

HUMBERTO DE CAMPOS
(Da Academia Brasileira de Letras)

MEMÓRIAS INACABADAS
Obra póstuma

Editora MÉRITO S. A.

NO LIMIAR DO SÉCULO

Quando o século XX amanheceu, encontrou-me perfeitamente identificado com a vida comercial, e contente com ela. O trabalho tornara-se, para mim, não uma obrigação, mas um prazer; não um sacrifício, mas uma alegria. Todas as minhas horas pertenciam ao homem generoso que me dera o pão e o agasalho, e, mais que o agasalho e o pão, um tratamento paternal. Meu estômago era grato à sua mesa, e minha cabeça ao seu teto. Mais profundo era, porém, à sua bondade severa, e sempre igual, o reconhecimento do meu coração de órfão, que já se havia acostumado, quase, ao escárnio e ao desprezo. Dedicava-me aos seus interesses como se eles fossem os do meu pai. E sentia-me crescer, com isso, cada dia, na sua confiança e na sua estima.

Eu já disse, creio, na primeira parte desta obra, que um dos segredos da minha ascensão na vida é a perseverança. Tenho desejos de subir, mas não gosto de mudar de escada. Arbusto de raízes sôfregas, abro os braços, e floresço, e frutifico, onde me plantam. Na selva ou num horto, não invejo o terreno em que se erguem as outras, contentando-me com aquele que o Destino me deu, e do qual tiro para levantar a fronde acima do meu bosque, toda a seiva que posso. Daí, a situação vantajosa que me cabia, dentro em pouco, no círculo estreito daquela casa de comércio. Não tendo conhecimentos na cidade, não saía, jamais, senão para ir à Biblioteca Pública. Aos domingos, “seu” Zé costumava abancar-se à sua mesa de jantar, depois do ajantarado, e entregar-se à extração de contas ou à feitura de despachos para a Alfândega. Uma tarde, perguntou-me se queria auxiliá-lo. Aceitei. E, daí em diante, enquanto os outros empregados passeavam de bonde pela cidade, eu me impunha ao seu apreço, entrando na intimidade dos negócios da casa.

Esse convívio enchia-me de esperanças. Comecei a alimentar sonhos de vitória, dentro das possibilidades da minha vida. Via-me sócio de José Dias de Matos e apontado, na praça, como um dos donos da mercearia. Fazia cálculos sobre a nova firma, da qual constaria o meu nome. E, tirando o lápis de trás da orelha, escrevia, seguidamente, em uma folha de papel de embrulho, que depois amarrotava e punha fora:

— Matos, Veras & Cia... Matos, Veras & Cia... Matos, Veras & Cia...

E puxava, por baixo, um rabisco elegante, que engrossava à proporção que se desenvolvia da direita para a esquerda.

De repente, ensombrava-me o espírito uma contrariedade. Osório Lima, então primeiro caixeiro da casa, começava a namorar a Mundica, filha da Emília, que “seu” Zé perfilhara. O Osório devia, portanto, após o casamento, entrar para a firma. E eu, intimamente, embora contrafeito, condescendia em dar-lhe sociedade. E passava a escrever:

— Matos, Lima & Veras... Matos, Lima & Veras... Matos, Lima & Veras...

Surgiu, entretanto, outra ideia. “Seu” Zé falava sempre em ir para Portugal, onde compraria uma quinta, na qual terminasse tranquilamente os seus dias, ao lado da Emília. Afastado da atividade comercial, passaria a sócio comanditário. Picaríamos na casa o Osório, e eu. E arquitetava a nova firma:

— Lima & Veras... Lima & Veras... Lima & Veras...

Ou, então, por melhor soante, comercialmente:

— Lima, Veras & Cia... Lima, Veras & Cia... Lima, Veras & Cia...

Convém assinalar, talvez, aqui, o domínio absoluto que exercia, então, sobre mim o espírito mercantil. Eu gostava de ler. Eu amava os livros e acentuara esse gosto na passagem pelas tipografias. Eles constituíam, todavia, para mim, um passatempo amável, um delicado recreio da imaginação. Não me passava, mesmo vagamente, pela ideia, tornar-me homem de letras. Nunca me ocorreu escrever um verso. Nunca pensei em uma frase bonita. O lugar que, no meu coração e no meu cérebro, devia ser ocupado, tiranicamente, mais tarde, pelos nomes de Homero e de Virgílio, de Heródoto e de Tácito, de Rabelais e de diante de Goethe e de Hugo, estava repleto de firmas comerciais: Lima, Ramalho & Cia., Cunha, Santos & Cia., Maia, Sobrinho & Cia., Jorge, Santos & Cia. Os varões insignes que eu havia conhecido na *Galeria de Homens Célebres da Antiguidade* tinham se dissipado, como sombras. Uma firma comercial dava tal expressão de força aos homens que a constituíam, que eles eram, aos meus olhos, como semideuses de nova espécie. É que eles representavam anos de trabalho, de esforço, de tenacidade, isto é, das virtudes cuja significação eu compreendia porque as havia tomado para base da minha prosperidade e da minha vida.

Os homens que nunca viveram no comércio não podem compreender, absolutamente, a mentalidade comercial. O comércio antigo constituía, sob o

ponto de vista social, um mundo aparte, com a sua aristocracia, e a sua moral, e um padrão especial para julgamento das virtudes e dos defeitos. O empregado de uma firma identificava-se de tal maneira com ela, que participava do orgulho dos chefes, no seio da classe. O auxiliar de uma grande casa exportadora ou importadora sentia tamanha vaidade da sua condição, que, despedido, não aceitava emprego senão em estabelecimento do mesmo gênero, e de equivalente prestígio na praça. Por isso mesmo, cada um procurava manter-se no lugar conquistado, sofrendo, embora, dos chefes, as mais terríveis humilhações. O patrão era quase um pai. E era preferível o castigo sofrido em família, ao desdém lá fora, diante dos companheiros. O empregado no comércio era, em suma, como essas senhoras que, no lar, apanham do marido, mas, nos passeios, perante a sociedade, sentem profundo e secreto orgulho de serem portadoras do seu nome.

E eu, caixeiro de Dias de Matos & Cia., mercearia modesta, mas honrada, era animado pela mentalidade da minha classe. De passagem pela praça Gonçalves Dias, rodeada de palmeiras, nunca levantei os olhos para contemplar o poeta, lá em cima. Nunca, porém, deixei de olhar uma casa de secos e molhados que havia quase à esquina, para, examinando-lhe o sortimento, e o letreiro das tabuletas, e a arrumação das mercadorias, estabelecer, com íntimo desvanecimento, confronto com as pilhas de latas de leite, de azeitonas, de marmelada, de ervilhas, de paio, de banha de porco, e com os caracteres góticos, feitos por mim, com alvaiade diluído, nas lousas de madeira da “Casa Trasmontana”.

Os grandes e opulentos príncipes italianos da Renascença tratavam com desdém um duque de Modena. E os vendeiros do Maranhão não eram mais, no meu julgamento, do que insignificantes duques de Modena, a que eu, caixeiro de confiança de Dias Matos & Cia., olhava superiormente, como um valido, prestigioso homem da corte, do doge de Veneza ou de Gênova.

FREGUESES DA CASA

Quando leio as “Memórias” de Goethe, e vejo, lá, a galeria de grandes figuras a cuja sombra se formou o seu espírito, e examino a estatura dos homens de maior vulto que me coube contemplar, à distância, do balcão ou do tanque da “Casa Trasmontana”, é que avalio os recursos de que dispus para sair da mediocridade a que me votara o Destino. Houvesse eu encontrado a sombra, que fosse, de João Lisboa ou de Sotero, que se desdobraram em trabalhos e glória dentro da sua própria terra, e teria, talvez, recebido o eflúvio que delas emanava. Por isso mesmo, as pequenas entidades assumiam aos meus olhos proporções exageradas, e eu admirava cidadãos de Lilibut como se eles procedessem de Brobdingnag.

Considerada um dos primeiros estabelecimentos da praça no seu gênero, e o primeiro pela sua seriedade, demonstrada na excelência e autenticidade dos produtos que fornecia, a “Casa Trasmontana” contava entre os seus fregueses algumas das figuras notáveis, ou simplesmente curiosas, que o Maranhão ainda possuía. Achavam-se entre elas, por exemplo, o poeta Joaquim de Sousândrade, o jornalista Alberto Pinheiro, e o Dr. Brandão, engenheiro sexagenário que arquitetava, então, as mais famosas mentiras da cidade.

Sousândrade era, sem dúvida, entre eles, o mais considerável pela projeção do nome e pela originalidade do aspecto. Ao vedo, pela primeira vez, atravessar a rua, vindo da Biblioteca, eu começava a armar no rosto de menino um sorriso de espanto e de mofa, quando vi “seu” Zé encaminhar-se para a porta e recebê-lo entre mesuras respeitosas e de pouco emprego na casa, antes, mesmo, que ele tivesse pisado a orla da calçada. Era um velho alto, carão moreno e rigorosamente escanhado, colarinho entalando o pescoço, cabeleira grisalha caindo, fofa, para os ombros, cobrindo a orelha, e, sobre essa cabeleira, que dava a impressão de achar-se empoada, uma cartola, cuidadosamente posta e mantida em rigoroso equilíbrio. Calça de casimira escura, e de lista, descia-lhe até os joelhos uma sobrecasaca abotoada e trespessante. No rosto largo, um sorriso polido, mas deixando à mostra uns grandes dentes cuidados. E, pendente de um fio negro, um monóculo, que

levava de instante a instante, em gestos pausados, à órbita esquerda. Tipo de poeta ou de político norte-americano da primeira parte do século XIX.

— Sabe quem é esse? — sussurrou, a meu lado, Osório Lima.

Eu tinha visto, já, aquele sujeito não sei em que estampa de uma “História do Brasil”. Seria difícil, todavia, identificar essa estampa, depois de transformada em carne, osso, colarinho, cabeleira, sobrecasaca e chapéu de pelo.

— Este é o grande Sousândrade... Dr. Joaquim de Sousândrade — tornou Osório, compreendendo a ignorância revelada pelo meu silêncio.

Depois da explicação, fiquei como estava antes dela. Eu jamais, na minha vida, ouvira, ou lera, aquele nome. Os poetas não tinham me interessado nunca. Em matéria de poesia, eu conhecia apenas os versos que minha mãe me fizera decorar em Miritiba, os de meu pai, os *Oito anos*, de Casemiro de Abreu, com que minha mãe me fazia chorar, cantando-os em surdina, abraçada comigo, deitados na rede, quando eu contava precisamente a idade que o lírico celebrava; as quadras populares de Juvenal Galeno, e as rimas patrióticas de Dona Chiquinha Montenegro, professora municipal de Parnaíba. Poeta que não fosse cantado ao violão não ficava em minha lembrança. Eu tinha notícias de Gonçalves Dias pela estátua, e pelas coisas que dele me contara Dona Jovina Martins Ribeiro, senhora de Caxias, que o conhecera rapazola, na cidade em que ambos haviam nascido, e, mais vagamente, pelo *Nosso céu tem mais estrelas*. Poesia para mim era o *Bem sei que tu me desprezas, bem sei que tu me abandonas, e o Perdão, Emília, para um desgraçado*. Daquele Sousândrade eu não tinha a menor ideia de ter ouvido cantar qualquer modinha.

Ele era, entretanto, uma individualidade curiosa, a última relíquia do velho Maranhão glorioso, e o remanescente vivo das altas figuras patrimoniais da velha Atenas agonizante. Surgindo quando a grande geração se extinguiu, abandonou a pátria, e foi, no estrangeiro, afinar o espírito pelo rugido eólio dos ventos novos. Fixou residência nos Estados Unidos; fez-se, aí, republicano; e, fundando jornais de espírito brasileiro, repetiu, embora apagadamente, a missão evangélica de Hipólito José da Costa, o Paulo de Tarso da Independência, que pregava em Corinto o que devia ser ouvido em Jerusalém. Inteligência investigadora e rebelde, imaginou, então, um poema de proporções

vastas, interessando a todo o continente, do qual publicou um volume com os primeiros nove cantos, e que se tornou famoso pela bizzarria desconcertante da forma e das ideias. Camilo Castelo Branco, que o considerava o “mais estremado, mais fantasista e erudito poeta do Brasil” no seu tempo, achava que o seu poema “pesa e enfara pela demasia dos adubos”. Sílvia Romero apontava-o como o único poeta brasileiro que havia “tomado o faro do século”. Regressara, porém, para o Maranhão, e lá vivia, por esse tempo, isolado em uma velha quinta à margem do rio Anil. Cercada de grandes muros, essa propriedade tornara-se a gaiola enorme de um velho pássaro que não cantava mais. Lá dentro, à sombra das grandes árvores que rodeavam a casa e se debruçavam sobre o rio, o autor de *O Guesa e das Harpas Selvagens* lia Homero e Virgílio, no original. De tempos a tempos, vendia alguns metros de muro da chácara aos construtores, que aproveitavam o material, de primeira ordem, em novas edificações urbanas. E isso dava oportunidade ao velho poeta, que vivia dessas pequenas transações, para uma frase de fina ironia.

— Como vai o senhor, senhor Doutor? Está passando bem? — perguntavam-lhe.

E ele, a voz macia, o sorriso inteligente:

— Comendo pedras, meu senhor; comendo pedras...

Sousândrade entrava na mercearia, inclinava a cabeça, sorridente, num cumprimento a cada um, e, mesmo de pé, fazia a sua pequenina encomenda delicada: uma lata de espargos, um pouco de queijo, sardinhas de Nantes, e tâmaras ou ameixas. Sortimento para oito ou dez mil réis, que um empregado levava à quinta, e que ele, semanas depois, vinha pagar, com as cédulas miúdas e os níqueis rigorosamente contados.

À sua freguesia não dava lucro. Mas enchia de orgulho a casa.

Alberto Pinheiro era celebridade de outro gênero. Redator chefe do *Diário do Maranhão*, folha cuja matéria principal era constituída pelos atos do governo e pelos anúncios das companhias de navegação, tornara-se famoso na imprensa do Estado pelas tolices que escrevia. Era um velhote pequeno e ágil, de cabeleira alvoroçada e grisalha, no alto da qual acomodava, como um pequeno pássaro num grande ninho, um chapéu coco, de extremidades estreitas e reviradas. Usava invariavelmente um velho fraque presumivelmente preto, antiquíssimo, que lhe deixava a metade do colete a descoberto, e cujas

abas curtas se empinavam atrás, compondo a mais grotesca das caricaturas. Mastigava permanentemente um pedaço de charuto, que viajava da direita para a esquerda e da esquerda para a direita, sob o bigode sarrento. Devia ser excelente pagador. Pelo menos, havia ordem de “seu” Zé para dizermos que não havia mais nenhuma das mercadorias que ele desejasse comprar. As que se achavam na amostra já estavam vendidas.

As vitórias jornalísticas de Alberto Pinheiro ficaram inesquecíveis no Estado. Certa vez, uma carroça esmagou, com uma das rodas, o pé de um pretinho que brincava em frente ao mercado. Alberto Pinheiro deu a notícia. E pôs o título: *Pé de moleque*. Um dia, na pressa de encerrar o expediente da folha, noticiou ele o falecimento de um comerciante que se achava gravemente enfermo. O homem ainda estava com a alma neste mundo, e a família, no dia seguinte, foi pedir uma retificação, contestando o óbito. O jornalista corrigiu o engano, desdizendo-se a si mesmo. Dois dias depois, porém, o doente morre mesmo. E Alberto Pinheiro fez-lhe o necrológio, que principiava assim: “Até que, afinal, morreu o nosso distinto amigo, etc.”. A coleção do jornal sério em que ele escreveu é, hoje, o melhor patrimônio humorístico da imprensa do Maranhão.

O Dr. Brandão era um freguês que não comprava nada. Assim, porém, que ele chegava, e sentava-se fora do balcão sobre algum barril de vinho ou sobre alguma caixa vazia, os empregados acorriam de todos os cantos do estabelecimento para escutar-lhe as narrativas imaginosas. O seu tipo era, já, uma anedota. Alto, uma barbicha à D. Quixote, a originalidade da sua indumentária consistia em um fraque de brim pardo, calça da mesma fazenda, e chapéu de palha de carnaúba. E, como complemento, um cachimbo que só lhe saía da boca no momento patético da narração. Diplomado por uma das escolas superiores da Bélgica, dizia-se amigo íntimo do Rei Leopoldo, que o tratava como irmão. Uma vez, achando-se em Paris, lembrou-se que, no dia seguinte, era o aniversário do seu real companheiro de turma e de pândega.

— Nesse tempo, — dizia, — não eram conhecidos os trens diários, e o que me poderia servir já havia partido. Tomei uma deliberação: aluguei um cavalo e parti, a toda carreira. De isente, começou a chover. A velocidade da corrida era, porém, tamanha, que a chuva apanhava apenas a anca do cavalo... De repente, o animal começou a cansar. Na carreira em que ainda ia,

estirei a mão e apanhei um cipó que estava pendurado de uma árvore à margem do caminho. E chicoteei com ele o cavalo com tanta vontade que, no dia seguinte, pela manhã, eu pulava da sela em Bruxelas, na porta mesmo do palácio real. Como todos me sabiam íntimo da família, fui entrando, e ao ver o Leopoldo, atirei para cima de uma mesa o chapéu e o cipó e lançamo-nos nos braços um do outro. E estávamos ainda abraçados, quando ouvimos um grito desesperado, partido da saleta próxima. Corremos para lá, e, que vimos? A Bainha, o terror estampado no rosto, corria de um lado para outro, tendo uma cobra verde enrolada no braço! ...

E o Dr. Brandão concluía:

— Eu tinha viajado léguas e léguas, a chicotear o cavalo com uma cobra viva, que havia agarrado pela cabeça, pendente de uma árvore, e que eu supunha fosse um cipó! ...

O narrador, émulo do Barão de Munchkausen, trazia sempre, para contar, dez ou quinze histórias como essa, que aprendia nos livros ou imaginava na ocasião. Esgotado, porém, o repertório, ia ao interior da casa. E como a passagem era por perto de um balcão interior em que ficavam as garrafas e os cálices de bebidas fortes, não regressava sem, no caminho, limpar a boca, e a barbicha, na manga do paletó...

FREGUESES DE LUXO

Além desses, que faziam pessoalmente as suas compras ou as suas encomendas, ou compareciam ao estabelecimento para dar a impressão de que as faziam, possuía a “Casa Trasmontana” a sua galeria de fregueses de luxo, isto é, dos que as mandavam fazer por escrito ou pelos criados, e cujas contas se ia receber a domicílio. Nesse número estava, em primeiro lugar, o comendador Leite, pai do senador Benedito Leite, que era, por essa época, o chefe incontrastável da política estadual.

O comendador Leite era um homem moreno e enorme. De estatura acima de mediana, deixara crescer descompassadamente a barriga, sendo, talvez, o campeão de obesidade do Maranhão, de onde Artur Azevedo trouxera para os seus contos alegres todo um sortimento de capitalistas barrigudos. Residia à Rua Formosa, logo no princípio, em um daqueles vastos sobrados senhoriais, construídos no tempo em que a lavoura maranhense era uma das mais florescentes do Império, e cujas escadarias haviam sido feitas para dar passagem a oito pessoas de cada vez. Recordo-me que havia, lá no alto, uma claraboia em forma de cúpula, a qual fazia descer sobre as pessoas e sobre as coisas uma claridade suave e religiosa. E não evoco a figura do dono da casa, sem que ele me apareça à mesa, comendo. Apenas, não o vejo presidindo almoços ou jantares patriarcais, à moda da terra. A mesa em que o encontrei, algumas vezes, quando ia receber a conta do mês, era ampla e solene, mas não tinha a toalha posta senão em uma das pontas. À cabeceira, sozinho, o comendador. Diante dele, seis ou oito pratos pequeninos, com esquisitas gulodices, dando-me a impressão de que aquele septuagenário era, realmente, um gastrônomo, preferindo a qualidade à quantidade.

— Quer almoçar? — perguntava-me, mastigando com volúpia que me fazia vir à boca, habituada aos succulentos pratos portugueses de “seu” Zé, uma porção de água, que me engasgava sem que eu a tivesse bebido.

— Muito obrigado, — dizia eu, recusando.

— Tome aqui... Pegue... — insistia o velho espetando num garfo uma fatia de doce.

Eu me erguia da cadeira em que me haviam mandado esperar, tomava o doce na mão e voltava a sentar-me, agradecido, para comê-lo.

A sala em que o comendador fazia as suas refeições solitárias, ficava em frente à rua, no primeiro andar. Atrás, porém, ficava outra, com grandes rótulas abrindo para o quintal. Certa vez, fui conduzido a essa parte da casa, e contemplei, aí, um quadro legitimamente brasileiro, que nunca mais se me apagou da retina. Era uma sala ampla, e clara. No chão, de tábuas largas e limpas lavadas com sabão e casca de coco, que arrepiava as fibras da madeira, estendiam-se grandes esteiras de carnaúba, com arabescos coloridos. Sentada em uma das esteiras, tendo diante de si uma redonda almofada de fazer rendas, cujos bilros, manejava a esposa do comendador, a mãe do senador federal Benedito Leite! E, em torno, trabalhando todas ao mesmo tempo, enchendo o ar do ruído característico dos caroços de tucum impelidos uns contra os outros, oito ou dez mocinhas e mucamas, cada uma na sua almofada. E o barulho era tanto, que se tinha a impressão de haver entrado em um viveiro, em que se achassem escondidos cem ou duzentos canários doidos. Chegado à porta, estaquei. Uma funda e doce emoção se apossou do meu coração caboclo. Senti-me, de súbito, em Miritiba, nos Morros, nos lugares de gente simples, em que as moças e as velhas viviam desse ofício tão casto, e tão favorável aos devaneios da imaginação feminina.

— Entre, meu filho! — ordenou a velhinha, detendo entre os dedos murchos os dois punhados de bilros.

E enquanto eu esperava o dinheiro, pôs-se a conversar bondosamente comigo, com ternuras e interesse de avó. Perguntou-me de onde eu era. Se ainda tinha pai. Quem era minha mãe. E uma porção de outras coisas inúteis, que só as senhoras idosas costumam perguntar aos meninos a quem nunca viram. Saí encantado e comovido.

Aquela velhinha havia embalado nos braços o homem mais poderoso do Maranhão! ...

Freguês de luxo era, igualmente, o Barão de Itaparí, que morava nos Remédios, em um casarão rodeado de janelas, e que fazia canto com a praça em que se levantava a estátua do cantor dos Timbiras. O conhecimento deste fidalgo da Monarquia constituiu, entretanto, uma das minhas mais fortes e irremediáveis desilusões.

Eu tinha me habituado a imaginar os reis, as rainhas, e todos os demais personagens de uma corte, pelas figuras que eu havia visto nas cartas de

baralho. Quando eu era menino, o valete era conhecido, também, com a denominação de *conde*. E como o *conde* usava, na carta, coroa, gabão de veludo, cabeleira e um bastão de ouro na mão enluvada, eu tinha a ideia de que todos os fidalgos deviam afinar pelo mesmo padrão, em indumentária. Os livros que eu havia lido diziam-me que não era assim. A impressão da infância ficara, porém, no subconsciente, e de tal modo, que preponderava, sempre, na minha imaginação. Um dia, “seu” Zé entregou-me uma conta, dentro de um envelope, dizendo-me:

— Vá à casa do Barão de Itaparí, e receba isto. Ele pediu que a mandasse agora pela manhã.

Subi a Rua da Paz com a imaginação escaldando. Via-me à porta da casa, que eu já conhecia. Bateria palmas. E logo apareceriam dois pajem vestidos de veludo azul, calças presas acima do joelho, meias até à altura das calças, os quais me levariam à presença do Barão, numa grande sala de enfeites dourados. Sentado em uma cadeira de grande espaldar, colocada sobre um estrado, o Barão me receberia, de cara fechada. Entregar-lhe-ia a conta. O fidalgo voltar-se-ia, então, para o tesoureiro, e diria:

— Pague isso a esse menino.

O tesoureiro faria uma reverência, curvando-se todo, eu faria outra, e, ao fim de pouco tempo, eu me veria na rua, trazendo o dinheiro.

O coração batia forte, quando cheguei ao fim da rua dos Remédios. Bati palmas à porta. Achei a pequena escada um pouco suja, mas era possível que aquilo fosse para disfarçar a riqueza que reinava lá dentro... Um instante mais e entreabre-se a porta do corredor escuro, dando passagem à cabeça de uma preta gorda, e beijuda, que indaga, numa voz gritante:

— Qui é?

Disse ao que ia. E ela:

— “Seu” barão saiu agora mesmo... “Sinhô” corre que ainda pega ele no canto... Ele foi esperar o bonde no largo...

Desceu os dois ou três degraus. Chegou à porta. Estendeu os olhos, e, em seguida, o braço:

— Oi, tá acolá ele...

Olhei. Em frente à igreja dos Remédios, ainda cercada de velhos andaimes, um cavalheiro vestindo paletó preto e comum, fumava um fim de

cigarro, ao mesmo tempo que esgaravatava a terra com a ponta do guarda-chuva. Bigode negro, e, se bem me lembro, uma barbicha curta, da mesma cor. Figura vulgar de burguês. Cara de comerciante da Praia Grande. Encaminhei-me para ele. Entreguei-lhe o envelope quase com desprezo. Ele o abriu, examinou a quantia, cinquenta ou sessenta mil réis, meteu a mão no bolso da calça, pagou-me com displicência.

Agradei surdamente, e retirei-me. O homem continuou a esgaravatar a terra, e a fumar o seu cigarro. Olhei ainda de longe, para certificar-me. E sorri, superior: — Sim, senhor! ... Isto é que é um barão? ...

Eu acabava de vender, na verdade, por cinquenta ou sessenta mil réis, que nem seriam meus, uma das mais lindas ilusões da minha meninice!...

FIGURAS PARNAÍBANAS: “TIA PELONHA”

A pequena rua que liga a praça da Matriz à praça do Mercado, em Parnaíba, havia um resto de muro em pedra e cal, sustentando uma ligeira elevação do terreno. Sobre os escombros do muro, uma velha cerca de varas, arcos de barril, traves de madeira podre, pedaços de zinco, fragmentos de tábuas que o tempo devorara, estabelecia os limites de um quintal em que se erguiam mangueiras anciãs e entrelaçavam galhos de goiabeira sem idade. Lá dentro, por trás dessa arborização que peneirava a luz, esfarinhando-a na areia, uma casa de telha, antiquíssima, já sem reboque, o teto negro prognosticando desastre, portas e janelas sem pupilas, chão de tijolo, e que era, em síntese, menos um abrigo do que uma tapera. Dentro dessa casa, tia Apolônia, ou, melhor, tia Pelonha. E, em torno da casa, entrando e saindo, e guardando tia Pelonha, os seus vinte ou trinta cachorros.

Tia Pelonha era uma das figuras populares de Parnaíba. Grande, máscula, suja, ossuda como Dom Quixote, a cabeleira grisalha e crespa alvoroçada para cima, a face cavada, fisionomia nervosa e severa, pés enormes e sempre descalços, marchava a passos largos e rápidos como um general que tivesse perdido o seu cavalo no começo da batalha. Na sua casa não entrava ninguém. Não ia, também, à casa alheia senão para entregar alguma roupa lavada ou para prestar pequenos serviços de quintal ou de rua. E quando abria o velho portão entrelaçado de varas e tábuas e saía, era acompanhada de uma enorme e tumultuosa matilha de cães de todos os tamanhos e raças, que lhe formavam o séquito, trotando uns à sua frente, outros ao lado, outros atrás, enquanto os demais, sem a abandonar, se espalhavam em torno, ladrando e correndo, e irrigando às pressas todos os postes do caminho. De súbito, tia Pelonha emitia um grito gutural e surdo, sem voltar o rosto nem abrir a boca. E, de pronto, a canzoada acorria toda, fechando círculo de proteção à sua pessoa, como soldados que, na hora do perigo, viessem oferecer a vida para defender o seu general.

Tia Pelonha é uma das reminiscências mais graves da minha infância de menino vadio, e talvez ainda viva, com o mesmo aspecto atemorizante, na memória dos meus companheiros daquela época. Figura áspera de feiticeira, tipo autêntico de virago, não havia, entretanto, quem lhe dirigisse uma pilhéria

ou soltasse um assobio à sua passagem. Jamais alguém penetrou no seu quintal para tirar fruta. Lá dentro, as goiabas amareleciam nos galhos, e viam-se, à sombra das mangueiras largas, as mangas apodrecendo no chão. Mas os meninos passavam de longe, encolhidos e silenciosos. Não se aproximavam, sequer, da cerca, por trás da qual a matilha corria e ladrava. Quando uma parte da cainçada saía, a outra formava pelotão, guardando a casa. E nada mais estranho do que o espetáculo dessa Diana suja, destacada das páginas rotas de uma triste mitologia dos miseráveis, ao atravessar a praça da Matriz com a sua matilha ladrante. Ao vê-la à distância, os meninos que voltavam da escola enveredavam pelos corredores, procurando agasalho. Molecotes que iam a algum recado dos patrões, davam meia volta e desapareciam, na carreira, nas ruas próximas. E tia Pelonha, magnífica na sua sordidez, a cabeça erguida, o passo de soldado que vai à guerra, se eclipsava ao longe, entre uivos e ladridos da sua devotadíssima guarda de honra.

No peito murcho, e masculino, daquela mulher que havia perdido o sexo, batia, no entanto, um coração. Não tinha amizades humanas, nem sabia sorrir. Mas amava os seus cachorros. Era para eles que trabalhava. Era para eles que vivia. O dinheiro que conseguia nos afazeres domésticos de que se incumbia, era para eles. Com os níqueis que recebia em pagamento de serviços, ia, com eles, todas as manhãs, aos açougues e comprava pedaços de carne magra, ossos e vísceras, com que os sustentava. Para isso, reduzia a sua própria alimentação ao mínimo. O seu almoço, e o seu jantar, eram constituídos unicamente por farinha de pipoca, preparada numa lata, no fogo que fazia à sombra das árvores. E com isso ia ficando cada vez mais magra, óssea, mais masculina, mas, sempre de rosto alto, o passo esticando o vestido curto e sujo, e seguida, por toda parte, da alegria sinistra dos seus cães.

FIGURAS PARNAÍBANAS: “MARIA REZADEIRA”

Limitando, pelos fundos, com o quintal de “tia Pelonha”, estendia-se o da “Maria Padre”, ou, mais vulgarmente, da “tia Maria Rezadeira”. Esse era, porém, um quintal cheio, em que as ateiras se emaranhavam, e em que os mamoeiros precisavam esticar-se, para apanhar um pouco de sol. Galhos de laranjeira e cajueiro pulavam de vez em quando a velha cerca de troncos de carnaúba, para vir tomar fôlego na rua. E a pequena casa de telha, quase secular, essa mesma parecia empurrada pelas árvores, e de tal forma que os batentes de tijolos da porta iam acabar fora, na via pública.

Era dessa porta estreita, e de uma folha só, escurecida pelo tempo, que saía todas as manhãs, madrugada ainda, “tia” Maria. Era uma pretinha miúda, carapinha branca, sempre muito limpa e cuidada na sua saia preta e no seu casaquinho de morim. Na ponta dos pés, arrastando-as no seu passinho apressado, as chinelinhas de couro. No pescoço, os rosários negros, de grandes contas, que pareciam justificar aquela inclinação do seu corpo, quase infantil, para diante. E, nas mãos, ainda, um terço, que, para não perder tempo, ia sempre debulhando mesmo pela rua, nas suas numerosas viagens quotidianas entre a sua casa e as duas igrejas da cidade, a Matriz e a do Rosário. Esta última era, todavia, por mais modesta e solitária, e por ser a do culto tradicional da raça negra no Brasil, a da sua predileção.

A profissão de “tia Maria Rezadeira”, como seu nome está indicando, consistia em rezar. De manhã à noite, não cuidava de outra coisa. Todo mundo fazia promessa de orações; quem as pagava, porém, era ela. Rezava terços, rosários, ladainhas, prometidos pelos outros. E não cobrava nada por isso. Não fazia preço. Cada um dava o que entendia, ou não dava nada. Quando ninguém fazia contas diretas com o céu, para que ela as pagasse, fazia-as ela mesma. E desde cedo lá se ia, — cheque-cheque-cheque, — com a sua chinelinha arrastando, muito ligeirinha, rumo do Rosário ou da Matriz, espanar os altares, mudar as toalhas, guardar ou tirar dos pesados gavetões da sacristia os paramentos do senhor Padre, auxiliando o sacristão nesses pequenos serviços da casa de Deus, e fazendo, a cada passo, uma genuflexão diante de cada santo.

Não obstante essa piedade toda, e a solicitude com que rezava por todo o inundo, “tia Maria Rezadeira” foi golpeada, um dia, fundamente, no coração. O único mestre de obras de Parnaíba, com honras de construtor, era o mulato Pedro Braga, que reunia a essa qualidade a de diretor e proprietário da única banda de música que a cidade possuía. Pedro Braga edificava os prédios, tocava clarineta, compunha dobrados, ensaiava os seus homens, conduzindo a sua filarmônica a batizados, casamentos, funerais, bailes e manifestações políticas. Pela manhã, porém, os músicos mudavam a roupa, e iam trabalhar em construções, cujas plantas eram levantadas pelo maestro. Por isso mesmo, casa que ele construía, tinha de cair pelo menos três vezes. Antes do terceiro desmoronamento não era considerada segura. A nossa, que minha mãe fez edificar, nos Campos, pagou esse imposto com absoluta regularidade. Um dia, meu tio Emilio Veras mandou reconstruir o prédio em que funcionava a sua casa comercial da rua Grande, em frente ao Porto Salgado. As paredes haviam desabado apenas duas vezes quando lhe puseram a cumeeira, e iniciaram a cobertura. “Tia Maria Rezadeira” tinha um filho, Manuelzinho, que era carpinteiro, e tocava pistão na banda de Pedro Braga. Trabalhava ele nas obras, quando começou a chover. Quando se construía um prédio ideado por Pedro Braga e principiava a chuviscar, a praxe era retirarem-se todos os operários, e ficarem de longe, esperando o estrondo. Manuelzinho, dessa vez, entendeu que não devia interromper o trabalho. De repente, um ruído cavo e rouco anunciou o desastre esperado. Correram todos a ver de perto. Não ficara, de pé, uma coluna ou uma parede. Apenas um monte de tijolos, barro, caibros e telhas quebradas. E, sob os escombros, Manuelzinho com as duas pernas partidas.

Não obstante isso, “tia Maria Rezadeira” não perdeu a confiança em Deus, nem deixou de rezar. Pelo contrário, passou a rezar mais ainda. E a correr para a igreja em hora ainda mais matutina, curvadinha para diante, a saia preta amarrada na cintura, o casaquinho de morim muito limpo, a carapinha muito branca, os rosários ao pescoço, o terço entre os dedos magros, muito ligeira no seu passo miúdo, a chinelinha de couro na ponta do pé — cheque-cheque-cheque...

INICIAÇÃO ARTÍSTICA

Minha cultura artística, em relação ao teatro, fez-se gradualmente. O primeiro espetáculo a que assisti, foi, ainda, em Miritiba, e eu devia contar uns cinco anos. Tenho-o diante dos olhos, quando os fecho, como se o tivesse assistido ontem. Era uma sala grande, e quadrada, o chão de barro batido, na rua fronteira ao rio. Na sala, com as costas para a porta de entrada, numerosas cadeiras, todas ocupadas por pessoas de consideração. Em uma das cadeiras, eu, não me lembro se em companhia de meu pai, de minha mãe, ou de algum parente nosso. Os artistas eram apenas dois: um homem e um urso. O urso constituía, porém, a figura principal. Era, mesmo, tão importante que eu, que não conservei o nome do homem, guardei o seu. Chamava-se Miguel. Miguel era um artista soturno, e de poucas palavras, ou, melhor, sem palavra nenhuma. Amordaçado, com uma corrente ao pescoço, outra no focinho, era um animal respeitável, mas obediente. Com a mão na corrente que se prendia á argola das suas narinas, o domador, um cigano de faixa vermelha à cintura e turbante da mesma cor, ordenava:

— Levanta, Miguel!

Miguel fazia um esforço mole sobre si mesmo e punha-se de pé.

— Bota zipingarda no ombro, Miguel! Miguel segurava a tranca da porta que o homem lhe entregava, e punha-a desajeitadamente ao ombro.

— Marcha, Miguel!

Miguel marchava, o passo pesado e molengo, e pele grossa e gorda derramando-se pelo corpo, no meio do silêncio fundo, e constrangido, da plateia desconfiada. E tão impressionante era aquele silêncio humano, que eu guardei no ouvido, até hoje, os ruídos da corrente do urso de Miritiba, assinalando, na minha memória, a primeira impressão artística recebida numa sala fechada. Outros espetáculos tinha eu visto, e vi depois, aí mesmo, na minha vila natal. Estes não passavam, todavia, de cenas ao ar livre, e limitadas a saltos de macaco por dentro de um arco de barril, suspenso na mão do cigano, que explorava esse artista.

Em Parnaíba, o espírito encontrou, já, ambiente mais civilizado. O homem e a mulher substituíram aí, o urso e o macaco. A cidade não possuía, é certo, um teatro. Havia, porém, à Rua Grande, ao lado de uma vasta casa

térrea, de azulejo azul, um armazém com uma passagem lateral, o qual supria, quanto possível, essa falta. Quando ali aportava, procedente de Teresina ou do Maranhão, uma pequena companhia dramática, ou algum ilusionista solitário, tinha de fazer tudo: tinha de montar o tablado para o palco, de improvisar o pano de boca, de alugar os candeeiros de querosene para a iluminação. Aos espectadores cabia arranjar as cadeiras. Cada família, ao dirigir-se para o teatro, levava um ou dois moleques conduzindo à cabeça a mobília da sala de jantar. Por isso mesmo, a chegada de uma família determinava, invariavelmente, distúrbios inomináveis na plateia: as cadeiras, superpostas, enganchadas umas nas outras, tombavam, às vezes, sobre os espectadores que haviam chegado primeiro, ferindo cabeças e rompendo vestidos. Os mais previdentes, para conseguirem melhores lugares, mandavam, cedo ainda, essas peças do seu mobiliário, ligando-as umas às outras, com barbante grosso, arame ou corda de tucum. À saída, porém, a balburdia era irremediável. Mal descia o pano, os moleques, empregados das famílias que se achavam lá dentro, invadiam o armazém promovido a teatro, tomando conta das cadeiras, as quais lhes eram imediatamente postas à cabeça, formando verdadeiras montanhas, que se iam chocando umas nas outras, e levando, na passagem, chapéus de homens e de senhoras, e deixando um arranhão ou um “galo” em cada testa desprevenida.

Nós estávamos, já, há três ou quatro anos, em Parnaíba, quando ali desembarcou a primeira companhia dramática digna de memória. Compunham-na dois casais de artistas e uma ou outra figura de bastidor dirigia-a o ator espanhol Máximo Gil, que vivia maritalmente ou era efetivamente casado com a atriz Beatriz Rosália. O outro casal era constituído pelo ator, também espanhol, Antônio Perales, e pela atriz brasileira Maria Isabel. Máximo Gil era, já, um pouco avançado na idade e na gordura, e Beatriz Rosália não devia ter, então, menos de quarenta anos. Perales era moço, de pele cor de rosa ou cor de vinho, e Maria Isabel era igualmente jovem e bonita. Não obstante a disparidade dos dois casais, e na falta de um terceiro, a população da cidade dividiu-se em dois partidos, como reminiscência do que se fazia no Rio no tempo da Dehnastro e da Candiani, e no Recife, nos dias de Emília das Neves e Eugênia Câmara. Os partidários de Maria Isabel justificavam o seu entusiasmo com a mocidade e a beleza do ídolo. Os de

Beatriz Rosália com a perfeição da sua arte. E, na conformidade da tradição, estabeleceu-se que esse entusiasmo se concretizaria nas homenagens prestadas a uma e a outra nas festas de benefício. Rapazes, os mais distintos de Parnaíba, entre os quais um dos meus tios e um dos meus primos, subiram ao palco para representar na qualidade de amadores. Outro, Luiz de Moraes Correia, que é, atualmente, professor da Faculdade de Direito do Ceará, escreveu um dramalhão à velha maneira portuguesa, intitulado *Vinte e quatro de janeiro, ou a Independência do Piauí*.

E esse dramalhão, em honra de Maria Isabel, foi levado à cena pela rapaziada mais elegante da cidade.

Lembro-me ainda, perfeitamente, do sucesso comovente desta festa excepcional.

Entre os personagens da peça figuravam diversos militares da guarnição de Oeiras, capital do Piauí, em 1824. Como não eram conhecidos, porém, os uniformes da época, os oficiais do exército português daquele tempo se apresentaram, todos, vestindo a farda de cadetes, da Escola Militar do Ceará. E a representação correu bem. Apenas, ao entrar em cena, o meu primo se aproximou de meu tio, e saudou:

— Como vais tu, Jorge?

— Jorge, não, — protestou meu tio, — eu sou Fernando... Jorge é você...

Os partidários de Beatriz Rosália não quiseram parecer menos intelectuais no seu culto. Entre eles, havia um, charadista exímio, que teve uma ideia feliz: lembrou que, sobre a porta principal do armazém que servia de teatro, se abrisse um grande livro, iluminado por velas escondidas e sobre o qual se debruçasse uma grande rosa de papel. Era um logogrifo, e queria dizer: “Rosa lia”...

O sucesso foi absoluto, completo, integral.

Anos depois, tive notícias da companhia que tanto abalara a pacatez de Parnaíba. Máximo Gil morrera no Amapá, onde se dissolvera a última empresa ambulante que organizara. Em 1906, quando já residia no Pará, desembarquei, doente, em Camocim. Em frente ao porto, havia um pequeno hotel, onde um casal, dono do estabelecimento, criava uma dúzia de filhos.

O hoteleiro era Antônio Perales.

A hoteleira, Maria Isabel.

DON ANTÔNIO ETC. ETC. Y SEPÚLVEDA

Quando, em 1900, cheguei ao Maranhão, era isso o que eu conhecia em matéria de arte teatral. Isso, e nada mais. É de imaginar, pois, a impressão que me causou um espetáculo em um teatro com o seu palco definitivo, possuindo a sua ordem de camarotes, com os candeeiros de querosene substituídos pelos bicos de gás, e com artistas que se diziam procedentes da Europa, com escalas pelo Rio de Janeiro ou pelo Pará. Vem a propósito, aqui, informar que eu não tinha, até então, a menor ideia do que fosse um camarote de teatro. Camarote de navio, eu sabia o que era. E como os mesmos nomes me sugerissem ordinariamente as mesmas coisas, devo confessar que o camarote de teatro, constituiu, para mim, uma dolorosa decepção.

A “Casa Trasmontana”, de Dias de Matos & Cia., ficava, como tive ocasião de dizer, à rua da Paz, esquina da travessa do Teatro. No quarteirão fronteiro, à esquina da rua do Sol, isto é, uma distância inferior a uma centena de metros, estava o Teatro S. Luiz, que tem, hoje, o nome de Artur Azevedo, e acabava de sofrer uma reforma reputada considerável para a época e para o meio. Com o seu pequeno “bar”, em que se vendia cerveja do Rio e de São Paulo, e se retalhava uma cachacinha fina para viciados que usavam gravata, era natural que os artistas de teatro se tornassem frequentadores do estabelecimento, indo molhar, ali, a garganta, e avivar a memória, antes ou depois dos ensaios. Devia ser assim. E assim era. Quando se põe o milho junto à galinha, é, evidentemente, para a galinha comer.

Em princípios de 1901 foi ter a São Luiz, levada não sei se do Rio ou de Belém, uma companhia dramática, das maiores que por ali tinham passado desde a proclamação da República. O teatro do Maranhão é, porém, para as empresas que o procuram? O que é o seu porto para os navios: quando é grande, encalha. E foi o que sucedeu com essa, que, se não me engana a memória, ali permaneceu mais de cinco meses, e dali saiu aos pedaços.

Dessa companhia, e constituindo um dos seus elementos ornamentais, fazia parte um galã, de nacionalidade espanhola, e de nome Sepúlveda. Os espanhóis, por esse tempo, dominavam, como se vê, nos mercados teatrais do norte, colocando naquela parte do Brasil, ao mesmo tempo, as suas passas, os seus figos e os seus atores de terceira escolha. Sepúlveda tinha essa origem e

era uma curiosa figura de homem? Robusto, grande e bela cabeça, carão largo e escanhado, usava, posto de lado, cominando a cabeleira revolta, negra e encara colada, um chapelão de feltro de grandes abas, como o dos toureiros da sua terra, não abandonava um bengalão que pesava oito quilos, com o qual batia segui a e nervosamente no chão, como quem esta procurando dinheiro enterrado. Legítimo sua raça, era espetaculoso e quixotesco, possuía um vozeirão de tenor constipado, gabava-se, a todo instante, da sua genealogia, dizendo-se descendente das maiores famílias da Espanha, e parente de Cervantes, cuja linhagem desdobrava, cada dia modo diverso, de acordo com os recursos ocasionais da imaginação. Devia ter uns quarenta anos e chamava-se, no seu nome civil, mais ou menos assim: Don Antônio Miguel Rodrigo de Rodríguez Saavedra Lopes Menendez Fuente de la Cuenca de Aguilar Gutierrez de Aragon y Sepúlveda. E dizia tudo isso com uma voz tão cheia, e um orgulho tão fundo, que parecia verdade.

Logo à chegada no Maranhão, Sepúlveda começou a frequentar o “bar” da “Trasmontana”. Figura simpática e insinuante de espadachim, captou, logo, a estima da casa, e, em particular, a minha, que corria a servi-lo, quando ele batia vigorosamente com o seu bengalão na tampa da mesa de ferro. A sua tentação não era, todavia, a cerveja, nem o conhaque, nem o vermute, nem o Xerez patricio, que a firma importava diretamente: era a aguardente nacional, o parati indígena, a cachaça cabocla, a tiquira maranhense, cristalina, límpida, transparente, servida no copito sem pé, lavado na hora, e cheio até à borda. Sepúlveda sacudia-o na garganta, de uma vez, e ficava com o rosto para cima, em êxtase, os olhos fechados, sentindo a volúpia do paladar. Ao fim de dois minutos, abria os olhos, estalava a língua, e lambia os beiços, deliciado. E pedia outra dose, para repetir a cerimônia.

Foi este Sepúlveda que me proporcionou a ventura de assistir ao primeiro espetáculo, em que não figuravam urso, nem Máximo, nem Rosália, nem Perales, nem Maria Isabel. Ia ser levado à cena o “Don César de Bazan”, que Dumanoir e d’Ennery foram buscar em Victor Hugo, e Sepúlveda me disse, entregando-me um bilhete para o “galinheiro”:

— Toma, rapaz... Não deixes de ir... Vais ver o que é artista... Quando eu representava isso em Madri era um delírio... Don César é um dos meus melhores papéis...

E engrossando a voz, já empastada pelo álcool:

— E é natural... Don César de Bazan era meu parente... Estava ligado à nossa família por Don Beltran de Castilho Hernandez y Hernandez, que foi casado com dona Consuelo Martinez de Molina, sobrinha dos marqueses de Vila Hermosa.

E desenrolava uma genealogia infundável, para concluir, limpando a boca úmida com a manga do paletó preto:

— Vai... Não deixes de ir aplaudir-me hoje... Vais ver o que ó a voz do sangue...

À noite, fechada a mercearia, e obtida a licença de “seu” Zé, metí-me na indumentária groenlandesa trazida de Parnaíba, e, com o meu bilhete na mão, penetrei no “galinheiro” do Teatro São Luiz. O coração batia-me forte, denunciando a emoção. E tinha o pensamento em Parnaíba, desejando que minha mãe me visse ali, como convidado do maior artista da Espanha, quando o pano subiu e começou a representação. Exceção feita dos camarotes, tudo me parecia maravilhoso: os bicos de gás, as cadeiras presas no chão e pertencentes ao próprio teatro, o pano de boca enfeitado de figuras simbólicas, o vestuário das senhoras, os fraques dos cavalheiros, o conjunto, em suma, daquela festa elegante. E ninguém, talvez, batia mais palmas do que eu, à medida que as cenas se desenrolavam entre os aplausos entusiásticos da plateia. De repente, porém, entra Sepúlveda, e solta uma das grandes frases de efeito. Foi um sucesso. Encarnando a figura boêmia e simpática de Don César, Sepúlveda estava, aos meus olhos, magnífico, soberbo, inigualável. Caracterizado como convinha, o rosto alto, o porte majestoso e arrogante, a capa sevilhana, de forro vermelho, atirada para as costas, o vozeirão enchendo o teatro e reboando por ele todo, — o seu aspecto resumia nobreza e bravura. Pouco a pouco, auxiliando a beleza do papel com os recursos da sua estampa, ia ele conquistando a casa. E de tal modo que, quando, no último ato, o público, arrebatado pelos seus gestos e pelas suas hipérboles, passou a aplaudi-lo com delírio, foi tamanho o meu orgulho, que tive ímpetos de pular para cima do banco do meu “poleiro”, e gritar, metendo inveja àquela gente toda:

— Esse homem é meu amigo! ... Quem vende cachaça para ele sou eu!...

Do dia seguinte em diante, comecei a servir Sepúlveda com um respeito ainda mais profundo. Tão profundo, que, dos dez cálices de parati que ele bebia, eu só lhe cobrava três.

DOIS CASAMENTOS FELIZES

Foi nesse ano de 1901 e durante a minha permanência na mercearia da rua da Paz, que se verificou, no primeiro andar, o acontecimento mais importante da história da família: realizaram-se ali, no mesmo dia, dois casamentos.

José Dias de Matos vivia maritalmente com a Emília há dez ou doze anos. Montara-lhe casa. Recolhera sob o mesmo teto o pai e a mãe da companheira. Empregara o seu irmão. Reconhecera, como sua, a filha pequena que ela trouxera. Procedera, em suma, como um legítimo português, que troca a sua terra pela terra que o acolhe, e, sobretudo, como um homem de nobre e generosíssimo coração. E viviam bem, os dois. Poucos casais legitimamente constituídos, viveriam, por cada época, ou viverão hoje, no Maranhão, em tão completa harmonia. Se discutiam ou rezingavam na intimidade da sua alcova, o eco alarmante dessa discórdia não descia as escadas nem chegava, sequer, à sala de jantar. E “seu” Zé vivia feliz. E a Emília também.

E a menina perfilhada chegara, todavia, aos dezoito anos, e fora pedida em casamento. Osório Lima, primeiro caixeiro da casa, rapaz trabalhador e honesto, era o noivo. E o casamento foi marcado. Uma semana antes começaram a subir a escada dos fundos o fiambre inglês, vestido na sua camisa de pano, polvilhada de sal fino, em que atravessara o oceano; e o açúcar para os doces, e a louça nova, para o banquete de núpcias. Ao lado, porém, do movimento do pessoal subalterno, havia outro, mais importante, acionado por fios invisíveis. Tratava-se de legitimar a união de “seu” Zé com a Emília!

O casal não tinha, por escrúpulos naturais, muitas amizades. Entre estas havia, entretanto, uma, que era mantida com apreço particular: o comendador Domingos Gonçalves da Silva, ou melhor, o comendador Mingote, como o conhecia a cidade. Pequeno, claro, sexagenário, cabelo completamente branco, bigode da mesma cor e caprichosamente cuidado, trajando sempre com apuro um fraque preto, era, parece, homem de fortuna, colocada em ações de empresas industriais, de cuja diretoria fazia parte. Residia no largo do Carmo, em uma casa térrea, de azulejo, de janelas sempre fechadas. Não era freguês da mercearia, mas aparecia por lá, à noite, duas ou três vezes por

semana, sendo recebido com grandes aleluias por “seu” Zé, que se dobrava e desdobrava em atenções respeitosas. Por seu lado, a Emília possuía uma velha amiga, que estava sempre no pavimento de cima quando Mingote se achava no de baixo. Era mulher clara, gorda, de cabelo em ondulações pequeninas, e morava para os lados de São Pantaleão. Quando a mulata ia visitar a Emília, o comendador surgia, para visitar “seu” Zé. E, às vezes, subia. Subia pela escada dos fundos sempre distinto e solene, e lá ficava na sala de jantar, conversando como se nunca tivesse visto a visitante. Depois, vim a saber que a mulata era mantida pelo velho capitalista, que não subia, aliás, a escada dos fundos da mercearia, sem parar no primeiro degrau, afim de puxar do bolso um espelhinho e dar um último retoque às pontas empinadas do fino bigode branco.

Na semana que precedeu o casamento da Mundica, o comendador passou a frequentar a mercearia todas as noites, demorando-se em conversa particular com o dono da casa. Às vezes, aparecia à tarde. Confabulavam, e, quando ele se retirava, o proprietário da “Trasmontana” se encaminhava para a prateleira das caixas de charutos, mordida a ponta de um, acendia-o, e punha-se a passear de um lado para outro, a mordê-lo, e a cuspir, como era de seu hábito nos dias de alegria ou de aflição. Até que, uma tarde, toda a casa, lá em cima, se mostrou riosamente festiva: “seu” Zé concordara em solenizar o casamento da filha adotiva, casando-se, no mesmo dia, com Emília! Haviam servido de intermediários nas negociações o comendador Mingote e a mulata. A princípio, o honrado comerciante lusitano relutara. Vivia com a rapariga há muitos anos. Gostava dela. Fizera testamento deixando-lhe o que possuía. O casamento era, assim, uma formalidade que lhe parecia ridícula, na sua idade. Mas, acabou capitulando. Quando as mulheres querem, os deuses concordam. E, se não concordassem, desabaria o Olimpo, esmagando os homens.

Resolvido isso, fizeram-se os preparativos. A Emília casaria pela manhã, e a filha à tarde. E, assim foi. Um sábado, pela madrugada, o merceeiro meteu-se em um carro, com a companheira, e as testemunhas do ato religioso. Estava atrapalhado, aos cinquenta e tantos anos, na sua indumentária de noivo. Era hábito seu, desde rapazola, usar chapéu de palha, mole, batido no meio, e que equilibrava no alto da cabeça, lançado para trás, e de lado, numa inclinação muito mais acentuada que a da torre de Pisa. Na manhã do casamento

impuseram-lhe uma cartola. “Seu” Zé aceitou-a. Colocou-a, porém, na posição em que costumava trazer o chapéu de palha, e de tal modo, que ia batendo com ela na cara de todo o mundo.

À tarde, foi o casamento da filha com o primeiro caixeiro da casa. Almoço à portuguesa, farto e suculento, com leitoa assada e peru cheio. A mercearia fechou ao meio dia, para que todos se sentissem contentes. Muita cerveja. Muito vinho, engarrafado por mim. Após o almoço, descí para o armazém, fiz um monte de sacos no alto de um girau de tábuas, em que se guardavam caixas vazias e dormi, comendo tâmaras. Acordei para o jantar. Festejei de novo o peru e a leitoa. E dormi outra vez.

Na manhã seguinte, “seu” Zé se ergueu às seis horas, e encaminhou-se para o banho. A Emília fez o mesmo, e foi cuidar da casa. O Osório desceu a abrir a mercearia. Mundica foi ajudar a mãe, pondo em ordem a desordem festiva da véspera. Os quatro recém-casados, em suma, estavam de pé. Apenas eu tentei levantar-me, e caí.

Havia apanhado, com o peru e a leitoa uma das maiores indigestões da minha vida.

O ÚLTIMO ESTIO DE ATENAS

Enquanto eu, no balcão da “CasaTrasmontana”, embrulhava açúcar e pesava batatas, ou, no seu tanque, lavava as garrafas para encher do mais vermelho e genuíno vinho português, a quinze metros de mim se elaborava, sem que eu o suspeitasse, o destino literário do Maranhão. Diante da formiga anônima, e sem que ela as ouvisse, cantavam as primeiras cigarras do último estio de Atenas.

O Maranhão ressonava, desde o crepúsculo vespéral da monarquia, quando haviam emigrado para o sul e para o norte os belos espíritos que a província então produzira, num fundo sono, vizinho da morte.

De súbito, aparece-lhe, cercado da sua glória risonha e nascente, em visita ao seu berço natal, em 1989, Coelho Neto. À sua voz de pastor, as ovelhas se levantam. A juventude maranhense, vencida antes de combater, toma-se de coragem. Um sopro ar quente de vida e de esperança congrega os atenienses, que já haviam esquecido os grandes vultos ria pátria. E funda-se a “Oficina dos Novos”, destinada a operar, num milagre, a ressurreição do espírito literário, e que veio a oferecer, efetivamente, ao Maranhão, a sua última geração de escritores com projeção fora do Estado.

Quando, em 1900, eu entrei, como caixeiro, para a mercearia à rua da Paz, germinava precisamente no edifício fronteiro, a semente que a mão de Coelho Neto lançara. Do meu balcão, ou do meu tanque, nos momentos que me punha de pé, afim de reanimar a musculatura cansada, eu via entrar, todas as tardes, ou à noite, os lavradores encarregados de fazer fecundar aquela sementeira. Eram eles, além de outros menos expressivos na ação e na figura, Antônio Lobo, Fran Pacheco, Francisco Serra e Antônio Marques aos quais devia caber, especialmente aos dois primeiros, a missão de galvanizar para as letras, muna tentativa suprema e heroica, o velho Maranhão de Odorico e de João Lisboa, de Gomes de Souza e de Sotero, de Gonçalves Dias e de Henrique Leal.

Diretor da Biblioteca Pública, Antônio Lobo era, por esse tempo, o mais belo espírito da sua terra, entre aqueles que nela viviam. Escritor elegante e ágil, com uma cultura científica invulgar, que o conhecimento das boas letras enfeitava e coloria, estava ele indicado, pela sua função e pelo seu prestígio,

para congregar e orientar a mocidade, e conduzi-la à vitória segura. Contava, então, trinta anos, e era, de pessoa, pequeno e bem posto. Trajando, quase sempre, terno preto, de paletó abotoado, usava barba cerrada e negra, que o tornava extremamente parecido com os retratos de Silva Jardim. Vítima de um insulto cerebral, deixara-lhe este um cacoete impressionante, que consistia no repuxamento violento e inesperado do queixo para o ombro esquerdo, num movimento sacudido, como se quisesse mordê-lo. Orador notável, adquirira fama com essa atividade do espírito, e de tal modo que o brilho da palavra fazia esquecer o ridículo trágico e imprevisto da mímica, no momento em que as rédeas dos nervos lhe puxavam, como a um potro bravo, o rosto para o lado. Neurastênico, esgotado pelo trabalho e pela enfermidade, o animador de 1900 viria a ser, para desgraça das letras maranhenses, o suicida de 1910.

Fran Pacheco, escritor português, discípulo e devoto de Teófilo Braga, chegara ao Maranhão, procedente de Manaus, onde o seu temperamento combativo lhe havia criado grandes e aborrecidas incompatibilidades. Idólatra do seu mestre saíra a defendê-lo de Sílvio Homero, que o acusara de gravíssima desonestidade literária. João Barreto de Menezes, filho de Tobias Barreto, surgiu em defesa de Sílvio. Fran Pacheco volta à imprensa, investindo contra Tobias. E o resultado foi um pugilato em uma das praças públicas da capital amazonense, a partida de Fran Pacheco para o sul, e a perfídia de João Barreto de Menezes, que, segundo se tornou corrente em todo o norte, fazendo uma alusão espirituosa à transformação do nome de Francisco Pacheco em Fran Pacheco, mandou gravar no castão da sua bengala a seguinte legenda comemorativa “Esta bengala, no dia tanto de tal, tirou, em Manaus, o cisco das costas de um galego insolente”.

Aportando ao Maranhão, Fran Pacheco viveu aí como na sua terra. São Luiz era, aliás, por esse tempo, uma cidade portuguesa, e em que dominava, ainda, o reinol. O diretor de uma das folhas mais vibrantes da cidade era o português Manuel de Bittencourt. À frente do diário que defendia o governo estadual, estava o português Carvalho Branco, a que o Partido oficial, reconhecido pelos serviços relevantíssimo que ele lhe prestara nos trabalhos de alistamento eleitoral, havia dado, numa recompensa expressiva, o privilégio para fabricar caixões de defunto. O comércio era quase todo, português. De

modo que, estabelecendo-se na capital maranhense, Fran Pacheco se sentia tão à vontade como se tivesse desembarcado no Porto ou em Lisboa.

As vantagens que ele trazia, com a sua vivacidade e com o seu entusiasmo, justificavam, aliás, a cordialidade do acolhimento. Habitado a olhar o português como gente de casa, a mocidade maranhense, que saía do Liceu e se iniciava nos cursos superiores fora do Estado, saudou Fran Pacheco à chegada, e proclamou-o um dos seus guias e mestres. E o hóspede se identificou de tal maneira com ela, que olvidou a sua condição de estrangeiro, e passou a participar da atividade social da terra generosa com uma solicitude bárbara, mas que era, em tudo, de uma sinceridade intensa e profunda. Miúdo e barbado, era, todo ele, nervos e cérebro. Mais tarde, tirou as barbas. Mas conservou inalteráveis o temperamento, o espírito e o coração, até o dia em que Portugal o removeu para Cardiff, como vice-cônsul, isto é, em um posto equivalente ao que o Brasil dera, ali, anos antes, a Aluísio Azevedo.

Francisco Serra, sobrinho de Joaquim Serra, e descendente de João Francisco Lisboa pelo sangue materno, era o secretário da Biblioteca. De estatura mediana, rosto coberto de espinhas, bigode espichado e ralo, era o mais velho dos “novos”, e escrevia uns sonetos parnasianos, em alexandrinos que os companheiros admiravam. Devia ter, então, uns vinte e quatro anos, e anunciava, por essa época, um livro de versos, que tomaria o título de “Medalhas”. Morreu tuberculoso, anos depois, em Minas Gerais, cujo clima procurara, com esperanças da cura.

De todos esses operários, de cujas mãos saiu a obra heroica e titânica da ressurreição das letras maranhenses, trabalhada na “Oficina dos Novos”, nenhum me foi familiar. Jamais voltaram para mim, que os olhava com respeito, os seus olhos ilustres. Eu os tinha como semideuses, como personagens felizes, estranhos ao meu pequeno mundo. Uma das minhas vaidades era, mesmo, quando via Fran Pacheco entrar na Biblioteca, dizer aos meus companheiros de balcão:

— Eu já compus, na tipografia, um artigo dele...

E os meus companheiros sorriam, com indisfarçada incredulidade.

Uma figura houve, entretanto, no Olimpo, que permitiu a minha aproximação. Foi Raul Astolfo Marques, que se tornou conhecido, mais tarde, nas letras regionais, como Astolfo Marques, unicamente. Era homem de cor, de

tez escura e embaciada, como a dos negros que sofrem do fígado. De estatura mediana, a fronte larga e fugidia, boca enorme e bigode ralo, possuía dentes enormes e brancos, que fazia aparecer a cada instante, sob a beiçorra da raça. Era amanuense da Biblioteca, mas desempenhava todos os misteres de servente: varria o salão, espanava as estantes, etiquetava os livros, enchia o filtro, molhava uma planta que havia à porta, e atravessava duas, três vezes, diariamente, a rua, para ir buscar, na “Casa Trasmontana”, um refresco de tamarindo para Fran Pacheco, Francisco Serra ou Antônio Lobo. Era, segundo me disseram, filho de uma preta, lavadeira e engomadeira. E a isso devia ele, talvez, a alegria de exhibir, pondo em destaque o seu terno de casimira azul-marinho, cuidadosamente passado a ferro, os mais duros e lustrosos colarinhos do Maranhão.

Humilde e obscuro, mas infatigável no estudo e no trabalho, Astolfo Marques fez-se de tal modo indispensável aos homens brancos a quem servia, que, na organização da “Oficina dos Novos”, eles se viram forçados a dar-lhe um lugar a seu lado. Em breve, era ele o secretário geral da associação. Escreveu, então, em estilo sem brilho, mas de observação meticulosa e precisa, quatro ou cinco volumes de contos e de pesquisas históricas. E acabou tuberculoso, como Francisco Serra, aos trinta e poucos anos de idade.

Eram esses os chefes do movimento literário cujo objetivo era a ressurreição de Atenas, e que se processava naqueles anos de 1900 e 1901, a poucos passos de mim. De um lado da rua, em torno às mesas, curvados sobre os livros, eles estudavam, discutiam e meditavam. Do outro lado, junto a um tanque de mercearia, eu, um saco de estopa sobre os joelhos, metia chumbo miúdo pelo gargalo das garrafas vazias.

Metia-lhes chumbo, e sacolejava-as.

A MEDICINA DA CASA

O meu estado de saúde era, nesse momento, para apreensões, e, ainda mais, e maiores, quando eu, com o relativo bem-estar que o emprego me assegurava, e com o hábito das boas e das más leituras, começava a tomar algum entusiasmo pela vida. Não possuía amigos nem tinha namoradas. Não pensava em amor. E se algumas vezes me passava pela imaginação de adolescente a figura morena de uma rapariga alegre que morava numa rua próxima, e cuja graça estava toda, aos meus olhos, em um grande sinal escuro sobre o lábio superior, e que parecia uma grande formiga a subir-lhe para o nariz, era tão vagamente, que eu não imaginei, jamais, transportar aquele sonho para os domínios da realidade. O dinheiro custava-me tanto a ganhar, que eu não compreendia absolutamente, como se podia gastar em um instante de prazer, o que custava, às vezes, uma semana de trabalho.

A doença, que então se caracterizou, vinha de longe a espreitar-me. E tão traiçoeiramente, que, ao ser assaltado, não reconheci, sob a máscara do mal novo, os traços do mal antigo. Dois ou três meses após a minha entrada para a “Casa Trasmontana”, comecei a sentir insônias, acompanhadas de sufocações. Na minha rede do sótão da travessa do Teatro, ficava até alta madrugada com os olhos abertos, vendo espichar-se na parede, com os seus raios vermelhos e azuis, as varetas de fogo do pequeno leque do gás. Os galos acordavam e eu ainda não tinha dormido. Queixei-me à Emília.

— Isso é fraqueza. Mas, mamãe vai arranjar remédio que, ou você dorme, ou diz porque não dorme!

À noite, depois que me recolhi, a velha Nicota subiu, efetivamente, as escadas do sótão, arrastando, com o seu passo pesado e lento, o pequeno corpo mulato e a grande cabeça branca. Trazia à mão uma tigela, repleta de massa escura e indistinta.

— Que é isso, tia Nicota? — indaguei.

— É sopa de cavalo-cansado, pra você tomar, e dormir.

E repetiu o diagnóstico da Emília:

— O que você tem é fraqueza... Do tempo que você andou por aí de barriga vazia...

Olhei a tigela enorme, e a massa que a enchia. Tia Nicota havia derramado, nela, meia garrafa de vinho tinto, do melhor e mais forte vinho de mesa da “Trasmontana”. Quebrara, dentro, alguns pedaços de pão torrado. O pão amolecera, e inchara. Sobre ele, havia polvilhado canela. E era essa massa explosiva que ali estava, para que a comesse e dormisse.

A papa de pão, e vinho, e canela, estava gostosa, na verdade. E eu a devorei. Mas, não cheguei ao fim.

— Coma o resto... Vamos!...

Fiz um esforço. Engoli as últimas colheradas, e tombei para um lado, bêbado, não sei se de sono, ou de vinho. Dormi. Mas, ao acordar, quase não podia mover. O fígado estava enorme, e doía-me desesperadamente. Na outra noite, a velhinha voltou. Repeti o remédio. Ao fim de uma semana estava, porém, dispneico, ansiado, o fígado enorme. Compadecida, a Emília fez-me descer do sótão, instalando-me na cama de casal da sua alcova, passando, com “seu” Zé, para um quarto próximo. Supunham, parece que eu ia morrer. O organismo reagiu, todavia, com os recursos que a idade lhe facultava. E, em breve, isto é, poucos dias depois, eu descia para o trabalho, e subia, à hora do almoço, para encher-me de carne e feijão.

A medicina da “Casa Trasmontana” quer no andar térreo, quer no sobrado, era, aliás, quase sempre violenta. Certa vez, ao abrir uma caixa de conservas portuguesas, de Brandão, Gomes & Cia., pedi a um dos companheiros que segurasse a tampa, cujos arcos de ferro faziam pressão para baixo. O companheiro descuidou-se, largou a tampa crivada de pregos, um dos quais me varou o dedo médio da mão esquerda, cravando-se de novo na caixa e deixando-me preso, como numa ratoeira. O trabalho não foi pequeno para libertar-me sem me rasgar o dedo ao meio. Assim, porém, que me libertaram, “seu” Zé, vendo-me com a mão em sangue, ordenou:

— Azeite! Tragam azeite quente!

Um empregado trouxe, em uma pequena cuia, um pouco de azeite de oliveira. O Batista, velho carroceiro da casa, correu com um canudo de palha, tirado a uma capa de garrafa. Molhou o canudo no azeite, chegou-o a uma chama de vela, e, à medida que o líquido fervia, deixava-o pingar na ferida. Em seguida, amarraram-me o dedo. E eu ainda o tenho, na última falange,

ligeiramente defeituoso, e transformado em sede de todos os panarícios que Deus me dá.

Mas, se “seu” Zé possuía remédios um pouco bárbaros para os outros, tinha-os, também, para si mesmo. As suas receitas mereciam confiança porque ele próprio as tomava. Um dia, apareceu em São Luís, procedente de São Paulo, um homem moreno e grosso, de bigodes negros, óculos negros, vestido de preto, e que não ria nunca. Chamava-se Lucas do Prado, e, como todos os indivíduos que usam esse cognome no Brasil, mesmo quando se trate de pseudônimo, era, à sua maneira, parente de Dona Veridiana. Andava em viagem de propaganda de um sistema de curar pela água fria, o do Dr. Kulme. E contava maravilhas do processo. Honrado bebedouro de viajantes na cidade sem atrativos, a “Casa Trasmontana” tornou-se o ponto infalível das palestras monossilábicas do apóstolo da água fria. E tão convincentes foram, não as suas palavras, mas os gestos e os resmungues que as substituíam, que, dias depois, “seu” Zé mandava comprar dois metros de borracha, para lavagens internas.

José Dias de Matos era um português aseado. Tomava banho frio todas as manhãs, em um banheiro de tábuas, que havia em baixo, no quintal. Banho de cuia, com água de barril, por falta de chuveiro. E, junto do barril, uma torneira, que o enchia. No dia seguinte ao da compra do tubo de borracha, com o respectivo bico, “seu” Zé desceu com ela. E, quando à tarde, Lucas, o apóstolo-médico, chegou para a palestra em que não falava, contou-lhe a sensação:

— Tomei um choque, porque a água estava com muita força; mas, depois, senti-me bem.

E explicava como fizera:

— Pus o bico da borracha onde devia por, e liguei-o à torneira do encanamento de água. Abri a torneira duma vez, e o raio da água me entrou com tanta força que, se eu não dou fora com os aparelhos, a água fria me saía pela boca!

E esfregando as mãos, alegre, com uma expressão muito sua:

— Chiça!...

Lucas rosou que ele devia continuar, repetindo o processo todas as manhãs, lavando-se por dentro todas as vezes que se fosse lavar por fora. E o

certo é que “seu” Zé melhorou das palpitações cardíacas de que se queixava nos últimos tempos. Tornou-se mais rosado, mais alegre, mais lépido. E passou a recomendar aos fregueses mais íntimos a borracha de Lucas do Prado.

Meses após a sopa de cavalo-cansado, comecei a sentir os pés inchados. Os olhos começaram a estender cortinas sob as pálpebras. E um entorpecimento me tomava todo, diariamente, à proporção que entardecia.

— Vá a um médico, — aconselhou Osório Lima.

— Eu não conheço nenhum.

— Ali, o Dr. Juvêncio. É um bom médico...

— Quanto se paga?

— Dez mil réis... Eu tiro da gaveta e lhe debito.

Aceitei. O Dr. Juvêncio Matos morava perto, na travessa do Teatro, por trás da Biblioteca Pública, em um sobradão de azulejo azul e sujas sacadas de ferro. Subi a enorme escada, e bati palmas. O Doutor veio, ele mesmo, abrir uma porta que dava para o corredor. Estava se vestindo, e repuxava os suspensórios, acomodando a camisa branca, de peito engomado. Homem baixo, grosso, de carão gordo, aspecto de poucos amigos. Disse a que ia.

— Entre.

Entrei na sala vasta, e vazia, que não se sabia se era sala de visitas ou quarto de dormir. Consultório é que não era. Mostrei meus pés inchados. Chamei a atenção para as minhas pálpebras. Calado, o homem me olhava, e continuava a repuxar a fivela dos suspensórios. Ao fim de alguns instantes, diagnosticou:

— Isso é anemia... Vou receitar-lhe um vinho quinado...

Foi ao interior da casa, e voltou com a receita. Recebeu os meus dez mil réis, meteu-os no bolso, como se estivesse esperando por eles para sair, e, sem uma palavra de agradecimento ou de despedida, fechou-me a porta nas costas, como se eu lhe tivesse ido cobrar uma conta... O seu vinho quinado não fez senão agravar os meus males. Continuei inchando. O ventre começou a tornar-se timpânico, principalmente na segunda parte do dia. Sobreveio uma febrezinha triste, visita de cada tarde.

— Vá ao Dioclécio, menino! O Dioclécio vale mais do que todos os médicos do Maranhão! — recomendou-me o Pijuba, empregado da Companhia

do Gás, que vestia rigorosamente de preto, e deixara crescer o “cavaignac” de azeviche depois que lhe morrera a mulher, cuja lembrança procurava esquecer com alguns cálices vespertinos do melhor parati da “Trasmontana”.

Dioclécio Rabelo era proprietário de uma farmácia à Rua Grande. Não era longe. Fui. Sujeito moreno, gordo, moreno e alegre. Para carregar o corpo enxundioso, escancarava as pernas curtas, que pareciam Jazidas de empréstimo. Dioclécio examinou-me.

— Isso não é nada, menino! — disse-me. — Isso é o cigarro... Deixe de fumar!

Escancarei os olhos. Eu não fumava. Eu só havia fumado, na minha vida, um cigarro, furtado a meu tio Tancredo, em Parnaíba. Mas vomitara tanto que nunca mais quisera outro.

— Mas eu vou dar-lhe um remédio... Aqui está... Uma pílula ao almoço, outra ao jantar...

Paguei o remédio e saí. A ciência médica principiava a despertar-me desconfiança. Na mercearia, Osório lembrou-me:

— Por que você não vai passar uns dias no Anil?

— Na casa de quem?

— Na casa do Lauriano.

O Lauriano era o barbeiro do Anil. Mulato moço, magro e triste. Morava em uma casinhola baixa, escura, em que ele fazia a barba tateando a cara do freguês, depois de lhe haver esfregado sabão no nariz.

— Você fala com o “seu” Zé?

— Falo. E você pode preparar as suas coisas para ir amanhã, à tarde.

O Anil é o principal subúrbio de São Luís. Um grupo de pequenas casas de comércio para suprir os operários de uma fábrica de tecidos de algodão, e, em torno, algumas chácaras pitorescas, hoje quase abandonadas. Lá estive uma semana, sem que a febre vespertina me deixasse. As pernas continuavam inchadas.

E eu voltei triste, pensando ainda mais seriamente na vida à medida que se me apresentava à perspectiva da morte. Não contando ainda quinze anos, e longe da minha casa, eu começava a compreender o valor da saúde na batalha que travara, desde a infância, contra o Destino. Mas, não imaginava, sequer, que devia lutar com ele, até o fim, em prélios desiguais, em que, à semelhança

daqueles cavaleiros carlovíngios, o adversário me investiria lépido e repousado, fazendo faiscar ao sol as armas novas, e eu o receberia cambaleante no meu cavalo, com a espada partida, elmo roto, escudo quebrado, e o peito coberto de feridas, vestígio dos embates da véspera.

CARVALHAIS & CIA.

Corria, assim, mais ou menos tranquila, a minha vida, e enfeitada de aspirações que não ultrapassavam o ambiente em que exercia as minhas humildes funções de caixeiro, quando o Demônio foi ao Pará, meteu-se na pele picada de bexigas do meu tio Antoninho, que era a li o guarda-livros Antônio Doroteu de Campos, e desembarcou em São Luís, à minha procura.

Ia a Parnaíba em viagem de repouso, e foi visitar-me, na “Casa Trasmontana”. Apresentei-o, com orgulho, a “seu” Zé. Beijei-lhe a mão miúda e magra, com indisfarçada vaidade, diante dos meus companheiros de balcão. E tal foi a impressão que lhe causei com a minha indumentária de lavador de garrafas, vendedor de cebolas, e de candidato a sócio do merceiro português, que ele me disse, a voz surda:

— Peça licença a seu patrão, mude a roupa, e vá procurar-me no Hotel Central.

Mas vá hoje porque o vapor sai amanhã.

Pedi a permissão necessária, corri ao sótão, metí-me no terno trazido um ano antes de Parnaíba, o qual já me deixava de fora uma polegada de cada braço e um palmo de cada perna, enfiei o único par de botinas que possuía, e que só ainda me serviam porque deixavam em liberdade três dedos de cada pé, e corri ao lugar marcado para o encontro, no largo do Palácio. Arrancado à modéstia e a uniformidade da minha vida, meu coração era como o índio que pousa o ouvido na terra, e adivinha, mais do que ouve, os ruídos surdos da tempestade que vem longe.

Ter um tio no Pará era, então, em todo o meio norte, o mesmo que possuir, feita, metade da fortuna. Há uma “charge” francesa, em que, em um salão parisiense, palestram duas damas elegantes, quando passa, a pequena distância, um rapaz admiravelmente posto, cujas maneiras e roupas denunciavam prosperidade e distinção.

— Quem é? — pergunta uma.

— Não conheces? É um felizardo.

— Tem fortuna própria?

— Não; mas tem um tio que é mendigo em Nova York!

O tio do Pará ora, sempre, um tio de Nova York un da Califórnia. Aos olhos cio nordestino, valia mais ser mendigo em Belém ou em Manaus, do que fazendeiro no Ceará ou usineiro em Pernambuco. E o meu tio Antoninho vinha do Pará. Vinha, e trazia fraque e chapéu coco, e um guarda-chuva de seda, de cabo de prata. Por isso, ao ver-me no hotel, os seus olhos foram, direito, pousar nas minhas botinas.

— Quanto custa um par de botinas aqui? — perguntou-me.

Eu não sabia. Como nunca me havia passado pelo pensamento o luxo de comprar calçado novo, jamais me havia ocorrido adquirir um conhecimento que me não seria de nenhuma utilidade.

— Tome, — disse-me ele, tirando da carteira nova uma cédula de vinte mil réis.

— Vá comprar um par de botinas, e volte.

Saí contentíssimo. Na Rua de Nazaré havia uma sapataria, de um homem chamado Oséas, sujeito magríssimo, casado com a senhora mais gorda do Maranhão. Comprei as botinas de elástico, e regressei ao Hotel, fazendo gritar as suas rangedeiras, escada acima. Tio Antoninho fez-me sentar e, após algumas indagações sobre a minha vida, sentenciou:

— Aqui, no Maranhão, não há futuro nenhum. Você deve ir para o Pará.

— Meu tio poderá arranjar-me um emprego por lá? Eu prefiro em mercearia.

— Arranjo, pois não! Eu vou até Parnaíba, e, na volta, logo que chegue ao Pará, tratarei disso.

No dia seguinte, embarcou. Passou em Parnaíba dois meses, e tornou para Belém. O que não tornou mais, desde esse encontro, foi o sossego ao meu coração e ao meu espírito. As suas palavras sobre a inutilidade do meu esforço no Maranhão, tiveram, para mim, a significação do grito daquele garoto do conto antigo, que descobriu que o rei estava nu. A “Casa Trasmontana”, que constituíra até então o meu orgulho, a minha esperança de pobre, a minha vaidade de caixeiro obscuro, começou a parecer-me pequena, suja, escura, insignificante. Quando à mesa do “bar” se sentava algum sujeito procedente do Norte, corria a servi-lo, a fim de obter informações sobre a vida de um caixeiro como eu, em uma cidade como Belém. Indagava sobre os ordenados, sobre as despesas. Fazia cálculos. Tomava apontamentos. Um dia, um deles me disse:

— Se você apanhasse um lugar na “Casa Carvalhais”, estaria com a fortuna feita.

O nome soou sonoramente aos meus ouvidos. Pedi informações a outros fregueses.

— A “Carvalhais”, — disse-me um, — é a maior mercearia do Pará. E os empregados acabam sempre como sócios.

Essas palavras delinearam, no meu cérebro, um sonho largo e impreciso, que a imaginação definiu e enfeitou. Horas depois, ao servir cerveja a dois fregueses, um deles disse ao outro:

— Este menino é esperto. Está aqui, está sócio do português.

— Eu — intervim, com superioridade. — Eu estou, aqui, agora, por pouco tempo...

Eles ficaram calados, e eu insisti:

— Estou de viagem para o Pará... Tenho lá um tio guarda-livros, que me arranjou um emprego...

E sem que eles, ainda dessa vez, me perguntassem nada:

— Vou ser caixeiro da “Casa Carvalhais”...

— Boa casa! — confirmou um.

E acrescentou o estribilho:

— É a maior do Pará.

Ao fim de uma semana, eu estava absolutamente certo de que meu tio já me havia arranjado o emprego prometido, e de que esse emprego era na “Casa Carvalhais”. Via-me, por isso, nesse estabelecimento, que eu situava num prédio enorme, que ia de uma rua a outra, atendendo a um e a outro freguês, pesando charque, embrulhando queijos, ou me movia, contente, naquela atividade febril, tão diversa da pasmaceira do Maranhão. E quando o espírito regressava dessa viagem pelas terras do sonho, e eu, de pé, olhava as mesas de ferro pintadas de amarelo-palha, ou o balcão sujo em que zumbiam moscas, ou o tanque repleto de garrafas, ou mesmo a velha carteira em que me empoleirava para extrair as contas do fim do mês, sentia-me tão diminuído, tão humilhado, que perdia, inteiramente, o gosto de trabalhar. Até então, eu me comprazia em escrever, em uma folha de papel, com um rabisco por baixo: Dias de Matos & Veras... Matos, Veras & Cia... Agora, porém, já eram outras

firmas em que atinava a minha pena: Carvalhais, Veras & Cia... Carvalhais & Veras... E sentia-me, repentinamente, feliz.

Havia, já, sonhos de califa na cabeça desorientada desse pequeno Bagdá.

QUEIXAS SURDAS

Razão mais poderosa para o meu afastamento da casa em que fora recebido com as festas bíblicas da parábola do Filho Pródigo, estava, todavia, no desgosto secreto e profundo que me trabalhava o coração. A minha enfermidade, que era uma inflamação do fígado, complicada com um princípio de polinevrite, e que teria tomado esses, e outros nomes ainda mais complicados, se eu não fosse um simples e anônimo caixeiro de mercearia, alarmava-me intimamente. Mais, porém, do que a doença me preocupava a minha situação junto à Emília, que, não obstante o seu excelente coração brasileiro, não podia ver com simpatia o meu crescente prestígio perante o “seu” Zé, com evidente prejuízo do seu irmão, mais antigo na casa do que eu, e, ainda, com ordenado inferior.

Eu começava a ser, parece, aos seus olhos, um usurpador, um intruso, uma espécie daquela raposa do conto infantil, que o lavrador acolhe em uma noite de temporal, fazendo-lhe a cama sob o mesmo telheiro em que abrigava as galinhas. O meu amor ao trabalho, o meu esforço para subir, para impor-me, pareciam-lhe adulação. E a injustiça me doía, me magoava, sobretudo partida de um coração que tão vivamente se impusera ao meu pela beleza da sua caridade. Após o casamento de sua filha com Osório, a casa comercial ia se tornando um círculo de família a que eu era estranho, e que se comprazia, como em toda parte em que as mulheres intervêm na vida e nos interesses dos homens, em miúdas intrigas domésticas. E isso feria o meu orgulho, flor de cardo que nascia torturada e vermelha, no deserto dos meus dias, entre as pedras da minha infância infeliz.

Uma particularidade vinha, ainda, agravar o meu constrangimento. Homem extremamente confiante, José Dias de Matos não exercia uma vigilância rigorosa, e diária, sobre as fêrias de balcão. Neste havia apenas uma gaveta, em que era recolhido o produto das vendas, acumulando-se, aí, cédulas graúdas e miúdas. De súbito, porém, a conselho de Osório, que lhe chegou através dos lençóis da família, começou a contar e a recontar o dinheiro, a testa franzida, como quem se acha tomado de grave preocupação. Compreendi, em breve, que a casa estava sendo prejudicada com a subtração de dinheiro, e que, entre as pessoas suspeitas da prática desse crime, estava

eu. Eu era, mesmo, o único entre os empregados, sobre o qual podia cair essa desconfiança, pois que todos os mais eram, já, membros da família. E isso foi um golpe terrível contra o meu coração. Eu conhecia, por havê-la surpreendido, a mão que praticava, na gaveta da mercearia, a leviandade em que eu incorrera, dois anos antes, contra a de meu tio, em Parnaíba. Mas, não podia denunciar. O criminoso de agora desfrutava a inteira confiança da Emília, que desfaria todas as acusações que eu fizesse, impugnando todas as provas que eu apresentasse.

E eu sofri, então, uma dessas torturas surdas que só compreenderão, talvez, os que se viram acusados, sendo inocentes. Eu tinha contra mim o meu passado. Eu trazia, recente ainda, a responsabilidade de uma falta que me fazia suspeitado, onde eu estivesse toda a vez que se praticasse alguma desonestidade. E eu não tinha culpa nenhuma! Eu tinha as minhas mãos limpas e havia jurado a mim mesmo, e à minha mãe, nunca mais repetir, em nenhuma circunstância, o ato que havia envergonhado a sua pobreza heroica, e a memória honrada de meu pai. E, sofrendo assim, eu verificava que o maior castigo de quem comete um crime, não está na punição que recebe pelo mal que praticou, mas em ser acusado, mais tarde, daqueles que não cometeu. Eu não sei, em suma, de pena que doa mais, na terra, do que aquela que se cumpre, sendo inocente.

A “seu” Zé repugnava, parece admitir a minha culpabilidade. Para melhor vigilância, tirou-me ele do balcão, e entregou-me o pequeno escritório, onde o guarda-livros, o velho Antônio Gomes Pereira, que aparecia ali uma vez por semana, começou a ensinar-me escrituração mercantil. O “Contas-correntes” passou a ser escriturado por mim. Tirava as contas mensais, fazia os despachos da Alfândega. Mas, embora prosperando, não me sentia bem. A alma sofria como o corpo.

Um a dificuldade surgia, entretanto, impedindo o meu afastamento por iniciativa minha: como deixaria a casa em que fora tão carinhosamente acolhido em uma das horas graves da minha vida.

A ingratidão foi, sempre, para mim, um dos defeitos de mais difícil assimilação. É-me fácil esquecer aquelas que praticam comigo, as quais pouco me doem, pelo hábito, que adquiri, de recebê-las. Quando, porém, eu próprio as cometo, não há, para julgá-las e puni-las, juiz mais inflexível, nem carrasco

mais impiedoso do que eu. Revoltam-se, contra elas, e sobem dos subterrâneos da minha alma, todas as vozes da minha consciência. A prática da ingratidão é, finalmente, em mim, um ato de heroísmo. Quando eu quis abandonar a casa J. A. Santos & Cia., nada me deteve: marchei para o gerente, o áspero Sr. Carvalhinho, e, como lhe não devia qualquer atenção, despedi-me, sem nenhuma cerimônia. Na “Casa Trasmontana”, a situação era diversa: a Emília me havia recolhido na rua, quando eu me sentia enfermo, e tinha fome, e “seu” Zé me orientava como quem deseja, à semelhança do Criador, tirar alguma coisa do Nada. O reconhecimento, não obstante as queixas que eu reprimia me tornava covarde. Aqueles laços invisíveis eram mais resistentes que os meus pulsos.

O Destino estava, porém, à esquina, à minha espera. Certo dia, em fins de agosto de 1901, “seu” Zé que se sentia adoentado, resolveu passar algumas semanas fora de S. Luís, em companhia da Emília. Escolheu, para essa estação de repouso, a Maioba, lugarejo da ilha. Osório Lima, promovido a interessado nos negócios da firma desde o seu casamento com a filha adotiva do patrão, ficou com a direção provisória da casa. E isso me libertou do constrangimento em que me encontrava. Três ou quatro dias após a partida dos dois, procurei Osório, e disse-lhe:

— Venho comunicar-lhe que vou deixar a casa e peço-lhe mande tirar a minha conta.

— Por quê? Houve alguma coisa?

— Não; como você sabe, meu tio me prometeu um emprego no Pará. E, agora, arranjou.

Enchi o papo, e acrescentei:

— Arranjou um lugar para mim na “Casa Carvalhais”.

— Você embarca daqui para o Pará?

— Não; vou primeiro a Parnaíba, tratar dessa incharão das pernas.

Passo lá um mês, e de lá embarco para Belém, diretamente.

Osório ainda insistiu:

— Por que você não escreve a “seu” Zé, pedindo uma licença?

Recusei a proposta.

— Não vale a pena. Tenho já a minha colocação no Pará.

Osório extraiu, ele próprio, a minha conta, tomando por base o ordenado do ano anterior, que havia sido de R\$ 100.000 por mês no encerramento do balanço. Deduzidas as mensalidades de R\$ 50.000 que a casa mandava pagar a minha mãe, em Parnaíba, restava-me um saldo de cento e trinta e tantos mil réis. Pedi dessa quantia R\$ 50.000 em dinheiro, e fiz, com o restante, um sortimento de comestíveis, em que figuravam pacotes de maisena, latas de leite condensado e de ameixas, caixinhas de figos e tâmaras, e pacotes com alguns quilos de açúcar, de feijão e de café, que encheram uma caixa, como as de cerveja. Adquiri uma passagem, de 3ª classe, para Amarração. Passei um telegrama ao tio Antoninho, no Pará, comunicando a minha partida para Parnaíba, onde ficaria aguardando a sua ordem de embarque.

Abracei os companheiros. E parti.

O REGRESSO

Era em setembro de 1901, mês dos grandes ventos marítimos, e das grandes chuvas traiçoeiras, no litoral do extremo norte. O “Cabral”, pequeno navio da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, soltou dois apitos saudosos na manhã clara, remexeu as águas verdes com as hélices, e saiu a barra, em direção ao sul. Dobrou a fortaleza da Ponta da Areia, assaltada pelas ondas. Defrontou o farol de S. Marcos, empina do na ribanceira. E começou a cabritear, ganhando o largo, afirmando, na marcha veloz, mas incômoda, a fama, que legitimamente conquistara, de pior navio de passageiros entre os dez, ou quinze, que espinoteavam naqueles mares.

Portador de um bilhete de terceira classe, adquirido por vinte e cinco mil réis, eu não tinha direito ao menor conforto, ou menor consideração. Minha grande mala, e o caixão de mercadorias, haviam sido postos ao relento, no convés, sobre as tábuas que fechavam um dos porões. Se eu tivesse rede, podia armá-la, pendurando-a entre dois ferros. Se não tivesse, dormiria sobre a mala, ou sobre algum pedaço de encerado, estendido no chão. Assim havia, parece, um quarto de século antes, viajado, de regresso ao Rio de Janeiro, meu pai, cujo destino eu, em parte, reproduzia. Se chovesse durante a noite, correria a abrigar-me nos corredores escuros e estreitos, sujos de carvão, por onde transitava o pessoal das máquinas. Tudo dependia da resistência das minhas pernas, e da sua capacidade para equilibrar-me, sem ponto de apoio, sob os pinotes do navio.

De terceira, era eu o único passageiro. Lá em cima, no outro convés, havia gente de primeira. Três ou quatro cavalheiros, e duas ou três senhoras. Escanchado na minha mala, erguia eu, de vez em quando, para lá, os olhos, que deviam assemelhar-se, na inveja que os enchia, aos do homem rico, ao descobrir, das fogueiras do Inferno, o pobre Lázaro lá no alto, no Paraíso, nos braços do Senhor. O meu Anjo da Guarda não andava, todavia, por esse tempo, como hoje anda distante de mim. E tanto velava por mim nas horas difíceis, que algumas horas depois da partida, ao erguer a vista, descobri, em cima, na amurada, fumando um charuto, e apenas desfigurada pelo boné de viagem, uma cara conhecida. O dono da cara também me reconheceu, e gritou:

— Ó menino? Veras? Que é que você faz aí?

Respondi tão alto quanto era possível, mas o Acento levou para o mar, como folhas arrebatadas a uma árvore, as palavras que eu dizia.

— Suba até aqui... Venha cá... — ordenou o passageiro de primeira, berrando para baixo, e indicando-me com o dedo uma escadinha de ferro por onde devia subir.

Era José Tito, o comerciante da Praia Grande, a quem meu tio Franklin, dezesseis meses antes, havia incumbido de arranjar-me um emprego em São Luís. Tendo Muitos negócios com o Piauí e o porto do Geará, viajava constantemente naquelas regiões, visitando os fregueses. E ali ia, mais uma vez, na sua infatigável peregrinação, desprendi-me, assim, da mala, e subi a escadinha de ferro.

— Para onde você vai? Para Parnaíba? — indagou.

— Sim, senhor.

— Deixou o emprego na mercearia? Por quê?

— Porque arranjei outro, melhor, no Pará.

— Ah, está bem. E vai viajando de proa?

— Vou, sim senhor.

— E onde dorme?

— Não sei.

Emendei logo.

— Em cima da mala.

O comerciante sorriu, sem tirar o charuto da boca. E disse-me, pausadamente:

— Você não sabe, ainda, o que é viajar á proa. Daqui a pouco a água começará a lavar o convés, e você terá que sair dali...

E comida, você trouxe?

— Não, senhor. Passageiro de terceira classe não tem direito a comida?

— Tem, mas não come.

Indagou:

— Você tem aí cinco mil réis?

— Tenho, sim, senhor.

— Pois, eu vou falar o cozinheiro. Ele lhe dará um prato ao almoço, outro ao jantar. Você dá cinco mil réis a ele... E onde você muda a roupa?

— Em parte nenhuma. Eu vou assim até Parnaíba.

José Tito reconheceu, mais uma vez, que se achava na presença de um rapazola decidido a receber a vida como ela viesse. E ofereceu:

— Eu tenho um camarote. Não digo a você para dormir lá, porque ó proibido. Mas, quando você quiser mudar de roupa, me diga. Eu aviso o criado de bordo.

Chamou o taifeiro que passava. Disse-lhe algumas palavras, que me diziam respeito. E, voltando-se para mim:

— Tire uma roupa velha na sua mala, e vá mudá-la no meu camarote... O criado já sabe.

E empurrando-me para a escadinha:

— Vá.

Obedeci. Tirei a roupa que o Sr. Leôncio me fizera quase ano e meio antes, e cuja calça me dava já por cima das botinas de elástico, vesti uma calça de trabalho e uma camisa digna de um passageiro de terceira classe em navio costeiro, e vim sentar-me, de novo, no trono da minha mala. O mar, azul e empinado, era aquele mesmo que me trouxera. Mas, eu não era mais o mesmo, nem era a mesma a alma com que eu voltava. Ao passar por ali, cerca de ano e meio antes, eu levava comigo a saudade e a esperança. E, agora, que levava, de regresso, no coração? Uma grande e feia mentira! Uma ilusão quase morta, e a perspectiva de novos dias tristes, sem emprego, tornando mais amargos os dias da velha e pobre mãe, cada vez mais pobre, mais velha e mais doente!

A solidão, diante do oceano imenso, fazia-me voltar à realidade da vida. Meu tio arranjar-me-ia, mesmo, o emprego no Pará? Mas, se isso lhe era fácil, por que não obtivera, e não me fizera, logo, a comunicação? Era, porém, tarde demais para o arrependimento. E, para consolar-me, lembrei-me da minha doença, dos meus pés e das minhas pernas inchadas, da opilação do meu rosto, e resolvi, com os tabiques de uma frágil mentira, disfarçar o frontispício de uma crua verdade.

— Não! — deliberei. — Não direi à minha mãe que abandonei o meu emprego. Dir-lhe-ei que vou de licença, para tratar da saúde... Licença de dois meses... Até lá, receberei a resposta de meu tio.

Assaltava-me, todavia, uma reflexão:

— Mas, licença sem ordenado? Como poderei explicar à minha mãe a minha presença em Parnaíba, licenciado, e sem dinheiro nenhum, mesmo para mandar lavar a minha roupa?

O oceano viu que aquelas cogitações eram complicadas demais para a alma de um meninote que ainda não havia completado quinze anos. A um movimento do leme, o “Cabral” ofereceu o costado às ondas que o assaltavam. Uma destas, avançando, montanhosa, varreu o convés em que eu me encontrava. Um lençol de água espumante lavou-me dos pés à cabeça, indo de um lado a outro do navio, e voltando para o mar. Corri para um dos corredores, escorrendo água. E aí fiquei, até que, por interferência de José Tito, meu caixote e minha mala foram transportados para lugar mais seguro e cobertos com encerado, que os preservasse contra a fúria das vagas. Até que chegou a noite, e eu passei sentado sobre a minha bagagem, os olhos perdidos na escuridão, sozinho com os meus pensamentos. Um farol, a grande distância, faiscou durante largo tempo na amplidão marítima, como um pingo de luz ardente num profundo céu sem estrelas. Era, talvez, o de Pedra do Sal, pois que havíamos passado o de Sana Ana durante o dia. Acompanhei-o com os olhos, até que ele se perdeu no horizonte.

E, pela manhã, com o sol varrendo o firmamento azul e ensaboando o mar, surgiram alvas e enormes, umas sobre as outras, as dunas de Amarração, encarceradas no litoral.

DE NOVO, EM PARNAÍBA

Cerca de duas horas depois, visitado o navio pelo Dr. Joca Basto, médico da Saúde do Porto, vindo do Parnaíba, com o seu fraque e o seu chapéu coco, com um escaler impelido por quatro vogas, passava-me eu, com o meu caixote e a minha mala, para unia pequena canoa a remos. Amarração dormia ao sol, entre os seus morros enormes e nus, como um pequeno lagarto preguiçoso. Soprados do mar alto, os ventos brincavam com a vila, dando-lhe cada dia, ou durante cada noite, uma fisionomia caprichosa. Carregando, nas asas invisíveis, nuvens turbilhonantes de areia fina e branca, levantavam eles, entre dois vizinhos fronteiros, montanha tão alta, que de uma casa não se divisava, sequer, o teto da outra. Moradores que dormiam tendo entrado pela porta, viam-se, não raro, pela manhã, na necessidade de sair pela janela. Coqueiros que, hoje, nas praças, ameaçavam tombar, com as raízes à mostra, amanhã estavam sepultados, e com os cachos de frutos enterrados na areia. E o que os ventos faziam na terra, imitavam as águas no porto, mudando o canal cada semana, no fundo móvel do mar.

E, uma hora mais, começava eu a subir o rio. Um passageiro de primeira classe dividiria comigo as magras despesas da viagem. O dorso nu, ou aparecendo através os rasgões da roupa de algodão grosseira, a que a folha do murici ou do cajueiro havia dado a cor do sangue coagulado, os remadores faziam roncar a água, mergulhando profundamente a espátula dos remos, e batendo com os cabos, ritmicamente, na borda da embarcação. O sol ardente arrancava centelhas à água escura e fresca. E eu, enquanto a canoa avançava, ia identificando os velhos lugares que eu conhecera em menino. Aqui era o Testa Branca, designação antiquíssima de um barranco arenoso e nu, debruçado sobre o rio. Adiante o Cortume com a sua arborização baixa e alegre, com as lavadeiras acoradas na margem, cantando e fazendo estalar a roupa ensaboada na tábua inclinada sobre a correnteza.

As moitas, cobertas de roupa que seca, dão a impressão de que a praia se acha, até longe, coroada de neve. Quase chegando à cidade, a Coroa, com o seu casarão pobre, quase toda de palha, e revelando no nome o pedaço de terra conquistado ao rio. E, finalmente, Parnaíba, com o edifício amarelo da

Alfândega, e o cais do Porto Salgado, dando acesso à Rua Grande, e campo, antigamente, das minhas traquinagens mais perigosas.

A canoa encalhou na tabatinga da margem, e eu, pulando do alto da mala, pisei, de novo, a terra em que vivia minha mãe. Caboclos e pretos, sentados na pedra do cais, olhavam a bagagem dos recém-chegados, sem se oferecerem, entretanto, para carregá-la. Fiz um gesto com a mão, chamando um deles. Um caboclo velho mexeu-se lentamente, e, lentamente, desceu a rampa de pedra. Perguntei-lhe por quanto levava aquela bagagem aos Campos.

— Dois mil réis, — respondeu.

Era todo o dinheiro que me restava. E, espantando os conhecidos que encontrava pelo caminho, os quais ignoravam o meu egresso, lá me fui, rua Grande acima, gozando o meu momento de notoriedade, e esquecendo, nele, a preocupação que me afligira durante a viagem de repente, dobro a esquina da casa do Sr. Leôncio de Oliveira, de cuja calçada alta empinava outrora os meus papagaios coloridos e alegres. Uma rajada de vento recebeu-me, como uma vaia de garotos invisíveis. O cemitério branqueou à esquerda, no fim da rua marcada pela cerca de carnaúba do nosso quintal. Dou mais alguns passos, vencendo uma pequena elevação de areia. E eis-me, ofegante, e pulido de emoção, à porta da nossa casinha, a qual tem uma das folhas abertas, deixando à vista o alpendre largo e claro. Minha irmã, que se encontra ao fundo, caminha para mim, sem pressa nem surpresa, como se estivesse ali à minha espera. Não tem uma palavra de espanto. Não tem uma palavra de admiração. Noto que está de luto, e, como não vejo ali minha mãe, tenho um pressentimento terrível e subo, correndo, ao seu encontro, os dois degraus de tijolo:

— Onde está mamãe?

— Está doente, lá dentro. Está te esperando...

— A mim? Como foi que ela soube que eu vinha?

— Foi a lavadeira que te viu, quando a canoa passou no Cortume. Ela veio correndo até aqui, pedir as alvíssaras.

Entrei. Minha mãe estava no seu pequeno quarto, na sua rede. Adoecera dias antes, de cansaço. Continuava trabalhando muito, apesar de constituir um auxílio considerável a mesada de cinquenta mil réis, que eu lhe

mandava. Abraçamo-nos os dois, chorando, debruçando-me sobre a rede em que ela se encontrava.

— Que vieste fazer, meu filho? — indagou ela, como quem adivinha uma catástrofe.

Senti que uma lâmina, afiada e aguda, me atravessava o coração. E eu lhe menti!

— Vim de licença, mamãe. Estava adoentado, e pedi para vir tratar-me aqui.

Levantei um pouco a bainha da calça, desamarrei o cordão da ceroula de algodãozinho que ela própria havia feito, e, para convencê-la:

— Olhe como eu estou!

O edema continuava. Minha mãe examinou-o, e tranquilizou-me:

— Não é nada. Ficarás bom depressa.

E acrescentou, como quem teme as represálias do céu:

— Se Deus quiser...

Sáimos para o alpendre, ou e minha irmã. As duas tias abraçaram-me, achando-me crescido e forte. Indaguei o motivo por que minha irmã se achava de luto. E ela me explicou: tratava-se, parece, mais de um caso de amizade do que de parentesco. Eu notava, porém, em todos, um constrangimento, um mal-estar, uma contrariedade indisfarçável. Ninguém sentia, parece, alegria com o meu regresso. E eu sentia tanto arrependimento de ter vindo, como se, voltando, eu tivesse cometido um crime, que infamasse a família.

E, no entanto, nada disso acontecia. À desconfiança estava em mim mesmo. A atmosfera incômoda que me cercava era apenas a emanção da minha consciência. Os meus modos, os meus silêncios, a minha inquietação, denunciavam o meu pensamento, as minhas preocupações interiores. Felizmente, chegou a hora de abrir o caixote em que vinham as lembranças humildes. Entreguei a cada um o presente que lhe trazia. Instantes depois chegava a minha irmã casada, vermelha de sol, e sempre alegre, surpreendida pela notícia que um molequinho lhe foi levar, correndo, no desempenho da sua função de telefone vivo.

E passei, nesse dia, uma tarde quase feliz.

UMA CONFISSÃO

Eu tinha dito à minha mãe, à chegada, que ia a Parnaíba licenciado pela “Casa Trasmontana”. Dissera isso na certeza de que meu tio, recebido o telegrama que lhe mandara de S. Luiz, providenciaria os recursos para o meu embarque. Decorreu, porém, o primeiro mês. O silêncio do meu tio desolava-me. Para não confessar a minha precipitação, escrevi secretamente ao Sr. Dias de Matos, desculpando-me do meu gesto, abandonando-o na sua ausência, e pedindo-lhe que me aceitasse, de novo, como seu empregado. E quando sabia da chegada de um vapor na Tutóia ou na Amarração, corria aflito, para a Agência do Correio, à espera da carta que me livrasse daquela situação, resultado previsto e natural da leviandade e da mentira.

Um dia, o agente gritou o meu nome. O envelope era de Dias de Matos & Cia. Abri-o, o coração em alvoroço. Era uma carta lacônica, singela, em estilo comercial, começando pelo “prezado amigo e senhor” e acabando pelos “criados atentos e obrigados”. Nela, diziam-me os signatários lamentar não me poderem atender, devido à má situação dos negócios na praça. E só. “Seu” Zé não me queria mais!... “Seu” Zé me abandonava em Parnaíba, punindo severamente, e merecidamente, a minha ingratidão! ...

A minha mãe não escapava, porém, a mentira com que eu tentava explicar a minha situação. A minha chegada imprevista, sem dinheiro para regressar e, mesmo, sequer, para quaisquer pequenas despesas durante o período da licença, davam-lhe a compreender que eu lhe não estava dizendo a verdade. Até que, cerca de dois meses após o meu regresso, tomou ela própria uma resolução.

— Humberto, vem cá... — disse, como nos tempos em que me chamava para aplicar-me uma surra de corda.

Entrou para o seu quarto, fez-me entrar, fechou a porta. Sentou-se na sua rede.

— Senta-te aqui... — convidou.

Senti-me a seu lado. E ela, docemente, passando-me a mão pelos cabelos:

— Tu sabes que um coração de mãe não se engana... E o meu nunca me enganou, em relação a vocês... Por isso, dize-me a verdade: tu perdeste o teu emprego no Maranhão; não perdeste?

Olhei-a. A sua fisionomia era bondosa e tranquila. Os seus olhos, postos nos meus, convidavam-me à confissão.

— É mamãe, é verdade, — gemi, surdamente. — Mas, não foi por mal... Eu lhe conto.

E contei. Contei o susto que havia tomado com a minha enfermidade, com a inchação progressiva dos meus pés e das minhas pernas. Contei-lhe a confiança que tivera na promessa do tio Antoninho, no telegrama que lhe passara, no logro de que fora vítima. Omiti, apenas, a minha leviandade, a minha ingratidão, abandonando a “Casa Trasmontana” durante a ausência de “seu” Zé. E mostrei-lhe a carta que havia recebido dele, em resposta àquela em que lhe oferecia novamente os meus servidos. E minha mãe me ouviu calada, sem impaciência, e sem me fazer a menor admoestação. O fatalismo começava a arraigar-se na sua alma, dando-lhe a compreender a inutilidade do esforço humano contra a deliberação inclemente dos deuses.

— Tu não fizeste por lá nenhuma tolice? — indagou, olhando-me nos olhos, segurando-me o rosto com ambas as mãos.

— Juro que não.

— Juras pelas cinzas do teu pai?

— Pelas cinzas do meu pai!

Minha mãe refletiu durante alguns instantes.

— Vamos, então, recomeçar a luta... Assim, desempregado, é que tu não podes ficar... Mas, onde arranjar um emprego nestes tempos, principalmente depois do que aconteceu contigo na casa do compadre Emílio?

Sofri, nesse momento, por ter feito sofrer mais uma vez, a minha mãe. Mas, senti desafogo por lhe haver confessado a verdade da minha situação. Respirei fundo. Eu recordava, nesse momento, esses criminosos que, depositários únicos do segredo do seu crime, se sentem desoprimidos dia em que confessam e são condenados à morte, preferindo a força ao remorso.

Parnaíba era, ainda, por essa época, uma pacata cidade provinciana, bocejando a margem do seu rio, e pedindo milagres ao céu com os quatro braços das suas duas igrejas. Em dois anos, não sofrerá a menor modificação.

Não se calçara uma rua, não se plantara uma árvore, não se edificara um prédio, não se verificara o menor prenúncio de renovação. Às mesmas casas comerciais que eu deixara funcionando, continuavam com os mesmos empregados. Por isso, a geração que surgia para a vida prática não tinha, à sua espera, senão a ociosidade. Os pais encaminhavam os filhos nos seus ofícios. E quem não tinha pai, como me acontecia a mim, não contava senão com a inatividade ou com o exílio.

Uma esperança vaga tomava-me, todavia, ainda, o coração; um chamado do tio Antoninho, com a descoberta do emprego prometido. As semanas iam, porém, se passando. Minha mãe passava as noites em claro, pensando no meu destino. A casa era sustentada, agora, como outrora, por quatro mulheres heroicas, pois que minha irmã legítima tomara como costureira, o lugar da outra, filha natural de meu pai, quase casara. Meus tios nada mais remetiam da Amazônia. E eu me sentia humilhado, diminuído, ferido no meu orgulho de homem, comendo aquele pão humilde e pobre, amassado, com tanto esforço, por aquelas miúdas mãos infatigáveis.

A HORA SAGRADA

Foi por esse tempo que surgiu, e verdadeiramente, em mim, a paixão literária. É possível que eu a tivesse trazido do Maranhão, escondida nas camadas subterrâneas do espírito. No discurso com que me recebeu na Academia Brasileira de Letras na noite de 8 de maio de 1920, Luiz Murat, examinando a passagem da minha oração em que eu atribuía à influência de Coelho Neto a modificação do meu destino, opinou pela falsidade dessa suposição. O sentimento literário estava em mim; e quaisquer que fossem os fatores externos, eu viria a ser, tarde, ou cedo, prosador e poeta. O que eu supunha causa desse fenômeno constituía, e apenas, um pretexto para a revelação, que se daria, em qualquer circunstância.

É possível que, durante a minha permanência no Maranhão, eu tivesse lançado às leiras mais profundas do cérebro, ignoradamente, o gosto da criação. Ele ficara, todavia, no subconsciente, como a semente d'anunziana, que os gelos do inverno escondem, mas que germina tempos depois, quando lhe é propício o clima da primavera. O que é verdade é que, um dia, eu me sentei em uma pedra tosca, na ponta da calçada de nossa casa, na parte que dava para o quintal, tendo à mão dois jornaizinhos literários, publicados em São Luís. Intitulava-se um *Os Novos*, e era órgão da Oficina dos Novos, associação constituída pela geração moça, orientada por Antônio Lobo e Fran Pacheco. *Renascença*, denominava-se o outro, e reunia uma dissidência combativa e heroica, sob a chefia de Nascimento Moraes. O primeiro era sereno, ponderado, mergulhado em sonho e meditação. Trazia versos de Francisco Serra, Costa Gomes, e outro, cujo nome se me apagou na memória; e prosa de Godofredo Viana, Domingos Barbosa, Viriato Corrêa, João Quadros, e Astolfo Marques. A. J. Alves Farias, que foi mais tarde, no Rio, diretor do Lloyd Brasileiro e era, então, chefe do distrito telegráfico no Maranhão, assinava uns alexandrinos severos em que havia tamareiras debruçadas no Deserto. O outro periódico era mais variado e mais vivo. Nascimento Moraes, professor de português, criticava a língua d'Os Novos, arremetendo de palmatória em punho contra os rapazes do outro grupo. O que, porém, caracterizava a *Renascença*, era a fartura de sonetos. Nas suas seis páginas amplas, espalhavam-se mais de trinta, cada um dos quais assinado

por um poeta novo. Desses poetas, ao que parece, não vingou um só. À semelhança do que sucede, às vezes, às ninhadas de peru, desapareceram todos. O que mais me impressionou foi, todavia, um de nome Otávio Galvão, autor de quatorze decassílabos realistas de que faziam parte estes, num terceto, que nunca mais me desapareceu da lembrança:

*“E, enquanto lá por fora cai a chuva,
A carne agrilhoada de desejos
Treme de gozo ao lado da viúva!”*

Nos trinta e dois anos que rolaram sobre essa tarde parnaibana em que, na calçada do quintal de nossa casa, mergulhei na leitura de *Os Novos e da Renascença*, eu li grandes poemas, as obras capitais de quase todos os gênios da Humanidade. Li Homero e Virgílio; Hesíodo e Ovídio; Dante e Petrarca; Ariosto e Tasso; Shakespeare e Klopstock; Lope de Vega e Camões; Schiller e Goethe; Longfellow e Victor Hugo. Milhões de versos passaram sob os meus olhos, entraram pelo meu entendimento, fixaram-se na minha memória, viveram na minha imaginação. Nenhum deles conseguiu, entretanto, jamais, apagar no meu cérebro esses três decassílabos de Otávio Galvão. Viva eu um século e eles viverão comigo. E quem sabe se abusando da minha inconsciência, não serão eles as palavras que me irão à boca, profanando a santa hora da minha morte?...

Maranhão Sobrinho colaborava nos dois jornais, emprestando a cada um deles, com um punhado de versos, uma das asas da sua inspiração. Lembro-me, ainda, de dois sonetos seus, que vinham se bem me lembro, n'Os Novos. Tinham por título “Símbolos”. Serão citados, porém, mais adiante, em momento mais oportuno.

Concluída a leitura das duas folhas maranhenses, quedei-me quieto, os olhos perdidos no horizonte, que os coqueiros de Dona Páscoa enfeitavam de aranhas buliçosas. Seria difícil fazer versos? Evidentemente, não; porque, se fosse, aqueles jornalzinho não estariam repletos. Quem, porém, me ensinaria a fazê-los?

Resolvi examinar mais profundamente o assunto, consultando os almanaques, viveiro inesgotável de poetas. E levantei-me.

O primeiro raio de sol havia tocado a semente. Ia começar, no meu coração e no meu cérebro, o milagre da germinação. Soara, para mim, a hora sagrada.

UMA AGULHA PERDIDA

Há uns dezoito anos, aproveitando o exemplo e seguindo o rastro de Machado de Assis, que escrevera um apólogo sobre a Linha e a Agulha, eu imaginei outro, em que figuram a Agulha e o Alfinete. Espetados em uma almofada de costureira, encontram-se, um dia, o Alfinete e a Agulha. Entrelham-se por um instante, e poema-se a trocar impressões cerimoniosas. Até que, de repente, a Agulha se queixa, melancólica:

— Estou fatigada como o senhor não faz ideia. Passei o dia inteiro a arrastar um retrós cinzento, através de um vestido de seda, e de tal modo, que não posso, se quer me mover. À tardinha, era tal a minha irritação, que até espetei, com raiva, o dedo da costureira.

— Coitadinha!

— De quem? De mim?

— Não; da costureira.

— Ah!...

Dominado por um instante o seu despeito, a Agulha torna:

— O senhor ó que é feliz...

— Eu?

— Sim; o senhor não tem obrigações, não anda, não se mexe... Leva uma vida de capitalista, sem riscos, sem cuidados, sem dificuldades... E eu só desejava saber por que é que existem, no mundo, Agulhas e Alfinetes!

— Agulhas e Alfinetes?

— Sim: criaturas que trabalham e criaturas que, como o senhor, não fazem nada.

O Alfinete sente-se picado, e toma à ofensiva:

— A senhora não sabe, então, que é uma simples Agulha?

— Sei.

— E não sabe que, sendo Agulha, é mulher?

— Sei.

— E não sabe por que ó mulher?

— Não.

O Alfinete sorri, perverso, e explica:

— É porque não tem cabeça! ...

No apólogo do ironistas insigne, a Agulha se lamenta, sobretudo, do destino que lhe coube, e que consiste em enfiar nos tecidos a Linha, a qual vai, assim, a festa, enquanto ela, que lhe servira de guia, fica, tristemente anônima, esquecida de todos, no silêncio e na escuridão da almofada da costureira. E é essa página de profunda malícia e de mordente sabedoria que me vem à memória, todas as vezes que me lembro de um homem que serviu, mais ou menos, de Agulha, na história pitoresca da minha vida.

Chamava-se ele Luiz Dourado e era empregado do comércio, em Parnaíba, no Piauí. Alto, magro, pernilongo, possuía, contudo, o rosto cheio e redondo, imberbe por natureza e coberto de espinhas por hereditariedade. Trabalhando no escritório e nos armazéns da maior casa exportadora do Estado, tinha, pelo livro e pelas letras, uma paixão instintiva e pertinaz. Fundador de um pequeno estabelecimento destinado à importação de obras literárias, e que funcionava unicamente à noite, devo-lhe eu os primeiros volumes que li sem que fossem de empréstimo. E quando, em 1902, escrevi a primeira tolice que se fixou em letra de forma, foi Luiz Dourado quem a publicou, em jornalzinho do tamanho de uma folha de papel de cartas, e que não tinha mais de duas colunas em cada página.

Luiz Dourado foi, assim, a primeira Agulha que orientou, no vestido de chita ou de seda da literatura nacional, este pobre fio de Linha, que sou eu.

Em uma visita que fiz, em 1906, a Parnaíba, pedi notícias da minha Agulha.

— O Dourado foi para o Rio de Janeiro, e está empregado, lá, no comércio.

Anos depois, em outra viagem, fiz a mesma indagação. E a resposta foi triste.

— O Luiz Dourado morreu no Rio de Janeiro! ...

Hoje, quem está no Rio sou eu. E não vou, aqui, a um cemitério, visitar um morto querido ou levar outro para lhe fazer companhia, sem que me pergunte, a mim mesmo, olhando aquela multidão de túmulos iguálos:

— Onde estará, nestas areias, perdida a minha Agulha?

O PRIMEIRO SONETO

Quando, em uma pequena cidade do interior brasileiro, um espírito ingênuo amanhece espontaneamente para as letras, é como quem desperta, madrugada ainda, num quarto fechado. O seu mundo se reduz àquele âmbito. Lá fora, as primeiras claridades do sol põem em relevo os edifícios, as árvores, as montanhas. Aquele que acordou não vê, entretanto, senão os seus pequenos móveis familiares. A literatura nacional glorifica, no país todo, as suas figuras de maior porte. Para o moço do sertão que se inicia, essas entidades capitulares não existem. Seus mestres são os poetas da sua cidade, que o mundo ignora, e toda uma fauna de escritores de terceira ou quarta ordem, que nascem e morrem nos almanaques e nos jornais de propaganda, e de que o principiante nunca mais terá notícia, se romper o casulo e desferir, um dia, o seu voo.

No ano em que desembarquei, pela segunda vez, em Parnaíba, Alberto de Oliveira, Bilac, Raimundo Correia e Vicente de Carvalho eram, já, grandes nomes nacionais. Não aparecendo, porém, por lá, os seus livros, os poetas que eu conhecia, e invejava, eram unicamente os que colaboravam no *Almanaque de Lembranças*, no *Almanaque das Senhoras*, no *Almanaque de Pernambuco*, e em dois almanaques do Rio Grande do Sul. Infatigável decifrador de charadas, meu primo Canuto Veras possuía coleções quase completas dessas publicações curiosas. Daí, o culto que votei, então, a uns poetas que se chamaram Demóstenes de Olinda, Luiz Pistarini, Damasceno Vieira, Teodoro Rodrigues, Alcebíades Neves, e a inveja surda com que via o retrato e a biografia de poetisas de quatorze anos e que, nessa idade, já haviam publicado o seu livro. Oh, César, como eu compreendi a tua angústia anta a notícia das vitórias de Alexandre! Oh! Alexandre, como eu senti o desespero do teu coração quando te falavam dos louros de Milcíades!... Aquelas mulheres, quase meninas, possuíam um volume de versos, ou de fantasias, e, com ele, a glória, a notoriedade. E eu, aos quinze anos, não tinha sequer, ainda, um soneto, ou um conto! ...

A minha primeira ideia foi escrever um soneto. Era mais curto, e, aparentemente, mais fácil. Como era, porém, que se fazia um soneto? Por essa época, em Parnaíba, somente três pessoas escreviam versos: d.

Francisca Montenegro, a mais antiga e tenaz poetisa do Estado, João Vieira Pinto, lavrador e salineiro para os lados de Amarração, e Armando Madeira, guarda-livros de temperamento bizarro, que guardava com excessiva gravidade o segredo da sua inspiração. Qualquer deles era, para mim, inabordável. E, como Prometeu, resolvi sozinho, arrancar aos deuses a chama do fogo sagrado.

A primeira dificuldade estava na metrificação. Um verso comum devia ter dez sílabas. Tomava o almanaque, escolhia um soneto, e punha-me a contar-lhe as sílabas, gramaticalmente.

— Errado! — exclamava. — Tem onze! Contava outro:

— Quatorze!

Não era possível. Ou as sílabas não eram contadas daquele modo, e, nesse caso, não eram sílabas, ou, então, aqueles poetas eram todos idiotas. Na dúvida, resolvi escrever um soneto, contando as tais sílabas como as havia encontrado na gramática de João Ribeiro. E foi um tormento. O assunto, encontrei-o sem dificuldade. Meu primo Canuto Veras, dono dos almanaques que me instruíam, tinha uma namorada. Eu não tinha nenhuma. Deliberei, por isso, cantar a namorada dele.

Nada há, todavia, mais difícil na terra, do que encontrar uma rima, seja esta a mais banal, quando se começa a fazer versos. Não obstante, venci o obstáculo. Cheguei ao primeiro terceto, no qual, para falar na saia curta, que a moçoila usava, não trepidei em afirmar que a referida saia “cheirava a murta”. No segundo, a inspiração estacou. Era indispensável a rima para “tu”. Dois, três dias de luta. E, afinal, a descoberta feliz: concluí o soneto dizendo que os olhos da moça eram... de grisú!

Terminada a obra de arte, e passada a limpo na melhor caligrafia comercial, com riscos, feitos a régua, por baixo do título, pus-me a pensar na sua publicação. Aquela maravilha não podia permanecer desconhecida, na escura gaveta sem chave de uma pequena mesa do nosso alpendre. Dante, inédito, teria morrido tão ignorado como o seu sapateiro. As soluções para o meu caso não eram, entretanto, numerosas. Parnaíba possuía, por essa época, unicamente um jornal, o qual aparecia aos domingos. Intitulava-se *O Nortista*, e constituía o único veículo da literatura municipal. Pertencia, porém, à família Moraes Correia, inimiga tradicional da família Veras, isto é, dos meus tios,

e de todos os seus parentes e aderentes. Quando um Correia andava pela rua, ao chegar em frente à casa de um Veras, descia a calçada e passava para o lado oposto. E nunca houve um Veras, que, mesmo pela madrugada, com a cidade deserta, pisasse a pedra da calçada de um Correia. Os ódios de família não podiam, porém, privar o gênero humano daquela preciosidade que eu havia concebido. E como a criação poética se desenvolvia em mim de acordo com o espírito prático, a fórmula surgiu: assinei o meu soneto com um pseudônimo, e passei a rondar, depois das oito horas da noite, a redação *d'O Nortista*. Por duas ou três vezes avancei até à porta, fechada desde as seis. Faltava-me coragem. Até que, na terceira ou na quarta noite, avancei resoluto, o rosto vermelho de vergonha, como se toda a cidade presenciasse o meu gesto, curvei-me e enfiei o papel por baixo da grade. E fugi rápido, como se acabasse de imitar Jean Jacques, deixando um filho legítimo na portinhola da Casa dos Expostos. O coração batia-me apressado. Eu tinha a impressão de que havia cometido um crime.

No domingo seguinte procurei ansioso, *O Nortista*. O soneto não vinha naquele número. Nos domingos que sobrevieram, a ansiedade era a mesma. E foi a mesma decepção. E estava certo, já, de que a minha literatura havia sido levada para o quintal pela vassoura da redação, quando minha mãe, uma tarde, me chamou, e disse-me:

— Toma estes três tostões. Vai na loja de “seu” Jonas e compra um carretel de linha 60, e um papel de agulhas.

Após a minha chegada do Maranhão, minha mãe me havia feito, ela mesma, uma calça e uma blusa de brim pardo, abotoada até ao pescoço, para dispensar a camisa. Meti-mo nosso uniforme, e saí. Minha mãe era Veras. Eu também era. “Seu” Jonas era Correia. Mas, como o carretel de linha era mais barato na casa de “seu” Jonas, minha mãe punha à margem as rivalidades de família, que lhe não interessavam, e preferia a sua linha e as suas agulhas. Fui, assim, à loja de “seu” Jonas, e fiz a compra miúda. E continuava encostado no balcão, na atitude ociosa de quem saiu de casa sem hora marcada para voltar, quando o bacharel Francisco de Moraes Correia, sócio e irmão do dono da casa, e diretor *d'O Nortista*, que media alguns metros de chita para um caboclo que se achava a meu lado, se deteve, olhando para o bolso pequeno da minha

blusa, que me ficava à altura do peito. De repente, estendeu a mão, e, segurando um papel que ali estava com a ponta de fora, indagou:

— Essa letra é sua?

— É, sim, senhor, — respondi, trêmulo.

— Venha cá — disse, abandonando o freguês, e chamando-me para uma porta que havia ao lado, e dava para a rua.

Fui. E ele, pondo a mão no meu ombro:

— Foi você que meteu uma poesia ali, por debaixo da porta?

— Fui, sim, senhor.

— Eu a encontrei. Mas, não pude publicar. Os versos não estão certos... Mas você deve continuar... O principal é conhecer a metrificação... Você quer aprender? Eu falo com o Armando Madeira...

E batendo-me, de novo, no ombro:

— Procure o Armando... Ouviu?

— Sim, senhor, — prometi, envergonhado.

Não procurei, jamais, o poeta guarda-livros, que foi, aliás, mais tarde, meu amigo. Minha ignorância assentava, em alicerces; não sei se de orgulho ou de pudor. E como o verso se apresentava exigente e eu não podia ir para diante sem auxílio alheio, resolvi deixá-lo para mais tarde, e começar pela prosa.

EU, E CAMÕES

Entre os livros amáveis que meu primo Canuto Veras possuía na sua estante fechada, achavam-se alguns de Coelho Neto, autor a quem consagrava admiração comovida e profunda. “Baladilhas”, “Rapsódias”, “Fruto Proibido”, “O Morto”, “O Rajá do Pendjab”, “A Descoberta da Índia”, “O Rei Fantasma”, “Bilhetes Postais”, lá estavam, enfileirados na prateleira mais alta, destinada as obras da maior devoção. E como ele me houvesse franqueado essa pequena biblioteca, exigindo, apenas, que tivesse cuidado com as encadernações, foi a esse escritor que me atirei, tomando-o para meu modelo e meu mestre. O seu orientalismo encantava-me. A sua linguagem seduzia-me. Um, e outra, eram, então, duas expressões do mistério. E o mistério exercia, naquele instante, sobre o meu espírito, irresistível atração.

Lidos as “Baladilhas” e o “Fruto Proibido”, considerei-me em condições de escrever contos o fantasias. Um daqueles faquires ali encontrados havia posto os olhos na semente maravilhosa, que germinara em dois dias. E escrevi um conto. E depois outro. E um terceiro. Contos fúnebres, fantásticos, em que havia mochos e ciprestes, e sombras de mortos, e cruzes de cemitério. Os próprios assuntos eram, se me não engano, surrupiados ao mestre, e modificados, apenas, pela minha ignorância. E estava satisfeito comigo mesmo, e pensando, já, no meu retrato e na minha biografia, no *Almanaque de Lembranças* ou no *Almanaque das Senhoras*, quando transpirou e atravessou o rio, chegando a casa de residência de meu tio Emídio Veras, a notícia de minha atividade literária.

— Traze, Humberto; traze aqui o que tu escreveste! Vem ler para a gente! — pediu uma das minhas primas.

Outra, a quem eu dava o tratamento de madrinha, por haver saltado comigo uma fogueira de São João, insistiu:

— Eu gostaria de ver o que tu escreveste. Quem sabe se não serás um dia um segundo Coelho Neto?

Coelho Neto havia, com a sua excursão de 1899, enchido todo o norte dos ruídos metálicos da sua glória. Havia batizado com o seu nome colarinhos e rosas, chapéus e valsas, ruas de cidade e quitutes de sertão. Ser, um dia, Coelho Neto, era, pois, receber a senha para a imortalidade.

Essa insistência amiga deu-me coragem para a revelação. Seria o meu primeiro público, depois de minha mãe. A minha obra literária limitava-se, ainda, àquelas três produções, que eu não poderia dizer, evidentemente, se eram de Coelho Neto ou se eram minhas. Mas constituíam, já, então, um início. As pirâmides, que desafiavam os séculos, tinham começado por uma pedra.

Uma tarde, resolvi satisfazer a curiosidade, possivelmente irônica, da família. Eu continuava a morar nos Campos, em nossa pequena casa, em companhia de minha mãe e de minhas tias. Minhas primas residiam na outra margem do Parnaíba, em frente à cidade. E foi essa distância que eu venci, para ler os meus contos. Levava-os no bolso de cima, da minha blusa de brim pardo. Chegando à beira do rio, notei que a maré se achava de enchente, e que o vento forte, soprado das bandas do mar, tornava mais rápida a correnteza. Na margem, em um pequeno porto destinado unicamente a pequenas embarcações particulares, balançava-se, com o seu remo dentro, uma canoa que reconheci como de meu tio, deixada ali por algum empregado. Desamarrei-a, pulei para dentro, e, sentando-me à popa, comecei a remar, em direção à outra margem do Parnaíba. Havia passado mais de um ano longe dali, mas era, ainda, o mesmo caboclinho destemido, sabendo manejar um remo e governar uma canoa. Ao chegar, porém, ao meio do rio, o vento aumentou, e a correnteza também. Ondas miúdas, mas velozes e doidas, quebravam-se de encontro ao casco da embarcação, que as ia saltando e vencendo, a esmagar de vez em quando algumas vagas atrevidas, que se dissolviam espadanando espuma fervente. Essa luta com o vento e a água enchia-me de prazer, de uma alegria intensa e interior, determinada pelo contato, de novo, com os meus elementos familiares. Mas obrigava-me a multiplicar o esforço, a apressar as remadas, ora passando o remo para a direita, ora para a esquerda, transformando-o em leme, a fim de firmar a canoa, que o vento e a água desgovernavam. Em breve, porém, alcançava o remanso da outra margem, e conseguia aproar exatamente no porto do meu tio. A canoa tinha sido completamente lavada pelas ondas, e eu, por minha vez, estava com a roupa quase molhada.

Ao chegar ao pátio da casa, minhas primas já se achavam no alpendre, à minha espera. Tinham-me visto, daí, em luta com as águas agitadas. Tia Mariquinhas, uma das maiores expressões da bondade humana que eu tenho

conhecido na terra, aguardava-me, inquieta, com uma censura, em que havia muito carinho e nenhuma indignação. Cessado, porém, o alarma, uma das minhas primas indagou:

— E os contos? Trouxeste os contos?

Fiz um sinal afirmativo, com a cabeça.

— Então, le... Vamos ler!

— Espera, menina, deixa Humberto descansar! — protestou minha tia, sempre com os seus cuidados de mãe para todo mundo.

Notando que havia, mesmo, interesse pelo que eu havia escrito, levei, com um sorriso de vaidade, a mão ao bolso do peito da blusa. Mas o sorriso se desfez logo. Baixei os olhos para verificar, com a visão, se era verdadeira a desgraça que me era anunciada pelo tato. O bolso estava completamente vazio! Corri para o porto. Vasculhei a canoa. Nada! Ia e vinha, entre o alpendre e a margem do rio. Minhas primas auxiliavam-me.

— Perdi! — exclamei, desconsolado.

— Perdeste todos?

— Todos.

— Mas tens a cópia em casa, não tens?

— Não; não tenho cópia nenhuma.

Um silêncio de compunção tarjou a notícia do meu infortúnio. Minha tia teve uma esperança:

— Quem sabe não ficou no porto, do outro lado?

Desfiz essa ilusão generosa. Não; não tinha ficado no outro porto, do lado da cidade. No momento de tomar o remo, na canoa, eu ainda vira o papel no meu bolso, com a ponta de fora. Os meus contos, o rio levava! Na batalha contra o vento e as ondas, agitando violentamente o remo, os originais haviam caído na correnteza, e sido arrastados, rio acima, pela maré de enchente. À semelhança de Camões, a minha glória havia começado por um naufrágio. Apenas, para desgraça minha, eu não me havia lançado à água com os meus manuscritos.

— Ora, que pena! — exclamou uma das moças.

Tomei uma xícara de café, e regressei para a cidade, indo atravessar o rio em outro porto, onde a municipalidade mantinha uma canoa destinada ao transporte de cargas, homens e animais. Ia sucumbido, vencido, aniquilado. Fui

ainda ao lugar em que havia embarcado à tarde. Percorri uma parte da ribanceira, com a esperança de um milagre, na ilusão de que aquelas águas restituíssem os pedaços do meu sonho como as do Helesponto haviam restituído à Hero o corpo inerte de Leandro. E nada encontrei. Os ventos e as águas haviam se apossado dos primeiros frutos da minha desastrada inspiração!

Cheguei em casa triste, com um grande peso na alma, e com a fisionomia tão abatida que minha mãe me perguntou:

— Não gostaram?

Não respondi. Mergulhei a cabeça entre os braços, e, sentando à minha pequena mesa, desatei a chorar.

VOLTANDO AO PONTO DE PARTIDA

Enquanto a minha pena voava por essas alturas, minha mãe refletia sobre a situação do seu filho. Aquela vida ociosa, ou pouco menos do que isso, não podia continuar. A máquina de fazer meias estava cansada e já bamboleava as agulhas no insano esforço da produção. O fio encarecera, e, como só era importado mediante encomenda, ficávamos, minha mãe e eu, únicos operários da indústria pobre, sem aquele ganha-pão. As suas mãos entregavam-se, então, a costura. E eu, à leitura e à manipulação dessa literatura irrisória, que ficava, então, na minha gaveta do alpendre, por falta de um jornal que a publicasse.

Convém acentuar, todavia, que, se eu não tinha editor, possuía, em compensação, público, que me animava. Constituía-o Firmino Sampaio, meu antigo professor de latim e francês, o qual, tendo ouvido, certa vez, a leitura do “Naufrágio”, que eu lhe fizera, não me encontrava na rua sem pedir-me que lhe repetisse, quase sempre em presença de terceira pessoa. E não tinha eu terminado, quando a sua admiração irrompia:

— Isto é que é! Puro Coelho Neto! ...

E, com um sorriso, que não sei, até hoje, se era de ironia ou de bondade:

— Assim é que eu gosto... Não é para todo mundo, não!

Eu me tornava todo vermelho. Mas gostava.

Um dia, tornei ao soneto. Dessa vez era um alexandrino, ou, pelo menos, em versos, ou linhas, que eu supunha, pelo comprimento, obedecerem a esse metro. Intitulava-se “O Banquete de Petrônio” e inspirava-se no *Quo Vadis?*, de Sienkiewicz. Eu havia catado no romance do polaco, e nos contos de Coelho Neto, uma infinidade de iguarias, gregas ou romanas. Frutas e aves. Peixes e condimentos. Cobri, com eles, a mesa do Árbitro das Elegâncias. E, na presença dos convidados e dos escravos, matei o dono da casa... Firmino Sampaio achou admirável. Pedia-me que lhe recitasse. E, quando eu terminava:

— Assim é que gosto. Não é para todo mundo, não!

Vagava eu por essas regiões do espírito quando minha mãe, uma tarde, me chamou, e disse-me:

— Teu tio Emídio falou-me na conveniência de dar-te uma ocupação. E ofereceu-me um lugar para ti na loja dele.

— Mesmo depois do que houve, mamãe?

Minha mãe quedou-se em silêncio. Uma nuvem de tristezas ensombrou-lhe o rosto.

E, após um instante:

— Teu tio tem bom coração, meu filho... Vai lá, e fala com ele, ou com o Canuto.

Fui. Meu tio não estava. Estava meu primo. Pedi-lhe que me concedesse algumas palavras em particular, e passamos para a casa contígua. Disse-lhe o que minha mãe me havia comunicado. Agradei. E acentuei:

— Peço a você que esqueça o que eu fiz... Eu era uma criança... Hoje, sou um homem...

Canuto não me quis ouvir. Bateu-me na perna, interrompendo-me:

— Não se fala mais nisso...

E, pondo-se de pé:

— Venha trabalhar amanhã.

No dia seguinte, lá estava eu, pela manhã, abrindo as mesmas portas, varrendo o mesmo chão de pedras, espanando as mesmas peças de chita, arrumando as mesmas prateleiras, como a dois anos passados. Dera uma volta por longe e voltava ao mesmo lugar. E a circunstância de me ver ali, de haver sofrido tanto e sem proveito, punha em minha alma um desencanto, uma tristeza funda, que eu procurava, inutilmente, vencer. Era preciso, porém, trabalhar. Era preciso auxiliar minha mãe.

O ordenado que meu tio me fez foi de cinquenta mil réis por mês. Cinquenta mil réis, casa e comida. E eu determinei, logo, que a metade desse dinheiro caberia à minha mãe. A princípio, recusei a moradia. Preferia, pela manhã e à noite, fazer a caminhada, de um extremo a outro da cidade, para ir dormir em nossa casinha dos Campos. Estava, ainda, em tratamento da enfermidade contraída no Maranhão. O chá de flor de mata-pasto grande começava, todavia, a realizar prodígios. Quando me restabelecesse, iria morar na casa do lado da loja, fazendo companhia a meu primo.

Chegado em casa, acendia-se o candeeiro grande, e eu me punha a ler. Por volta de meia-noite, a manga do vidro se tornava quase negra, com a

fumaça do querosene. Soprava a chama. E ia deitar-me, sonhando com aquela gente que se movia nos versos, nos livros de viagens e nos romances. E, não menos, com a que realizava as viagens, escrevia os romances, e fazia os versos.

E foi assim que me encontrou o ano de 1902.

DE CAZUZA PORTO A AUGUSTO COMTE

Há no interior da África, uma ave pernalta, que depois de emplumada, põe um ovo rigorosamente estéril e que, desobrigada dessa maneira com a Natureza, passa muito tempo sem tornar à postura. Não lhe guardei o nome. O seu exemplo me ficou, todavia, inconscientemente, na memória, e eu o segui abandonando a atividade criadora após a publicação desta fantasia. Nesse “Naufrágio” eu tinha mergulhado demais.

Passei, então, a consumir na leitura o tempo que me era tomado pelo trabalho da criação. O dia inteiro, das sete da manhã às sete da noite, eu o passava, agora, de novo, encostado ao balcão de E. Veras & Filhos, medindo varas de morim, metros de chitas e côvados de algodãozinho a caboclos de camisa para fora da calça. O espírito, inquieto, trabalhava sozinho. Assim, porém, que se fechava a casa de comércio, eu me passava para a residência vizinha, acendia o lampião de querosene, e, curvado sobre a grande mesa que havia no centro da sala, me punha a devorar, com sofreguidão, os livros de meu primo. Então, não era mais apenas a literatura que me seduzia e encantava. Eu queria conhecer os segredos da Natureza e arrancar aos filósofos as verdades colhidas por eles no estudo e na meditação. Li, para começar, Luiz Figuiier, *Homem Primitivo*. Peregrinei com Eliseu Reclus, tomando conhecimento das particularidades geográficas das cinco partes do mundo. Oito ou dez volumes da Biblioteca das Maravilhas deram-me o gosto da ciência. Atravessei o continente africano com Capello e Ivens. E foi, quando, um dia, entrei em contato com Samuel Smiles, cuja tradução, em português, meu primo possuía.

Smiles foi, positivamente, o melhor amigo que encontrei na adolescência. Os seus livros, ricos de exemplos, coloridos com a vida de homens eminentes que haviam, pelo próprio esforço e pela tenacidade, subido do anonimato mais escuro aos esplendores da glória mais límpida, constituíram o maior incentivo do meu espírito e da minha vontade. Ao ler a história daqueles inventores, daqueles poetas, daqueles homens de Estado que haviam marchado para a notoriedade como os Reis Magos marcharam para Belém de Judá, isto é, com os olhos fixos numa estrela, eu me enchia de coragem, e uma alegria intensa, e nova, se apossava de mim. O Dever, o

Poder da Vontade, O Caráter, Ajuda-te, A Vida e o Trabalho, tornaram-se a minha Bíblia. Aqueles varões insignes, orgulho da sua Pátria e do seu século, animavam-me do fundo dos tempos e dos túmulos, lembrando-me a sua pobreza, a sua fome, os seus tormentos, e o desassombro com que haviam vencido os obstáculos que os cercavam. Eu não receberia, com certeza, jamais, o prêmio que lhes havia coroado o estudo, a pertinácia, e a resignação. Mas a alegria de conhecê-lo, de saber que eles haviam sofrido o que eu sofria, era, já, um consolo para a minha humildade. Trabalhando e sonhando, eles tinham sido, de algum modo, meus irmãos.

Por essa época, exatamente, chegava a Parnaíba, procedente do Recife, onde se matriculara como ouvinte da Faculdade de Direito, o outro meu primo, antigo sócio da casa E. Veras & Filhos. Chegava, e trazia duas ou três dezenas de bons livros de filosofia e ciências. E, entre eles, além das obras adotadas no primeiro ano do curso jurídico, uma coleção de capa vermelha, em que figuravam Nordau, Luiz Büchner, Spencer, Haeckel, e alguns outros ingleses e alemães. E eu me atirei a eles, famintamente, descobrindo, no que me contavam, um mundo novo, que meu espírito jamais suspeitara. Haeckel e Büchner integraram-me à Natureza. O evolucionismo, que doutrinavam, deu-me a consciência de um lugar definido no Universo. Um volume brasileiro de Teixeira Bastos, divulgando a obra de Comte, facultou-me a noção do que era o positivismo. E eu, filho de mãe católica, membro de uma família que não dera, jamais, um rebelde, levantei dentro de mim mesmo o grito de libertação, e, o peito inchado de orgulho, me proclamei, perante mim próprio, — positivista!

Aquela atitude era, para mim, um desafogo. Eu tinha dezesseis anos, e, desde os oito, ou os nove, a morte, e as coisas de além da morte, constituíam a minha constante preocupação. Certa vez, tendo andado a brincar com outros meninos, pelos campos que principiavam pouco adiante da praça de Santo Antônio, tornara para casa, já noite, trazendo oito ou dez ovos de galinhas da Angola, de uma ninhada que havíamos encontrado em uma grande moita de tucunzeiros, e tínhamos repartido irmãmente. Entreguei-os, contente, à minha mãe. Esta, suspeitando, parece, que eu os tivesse trazido de algum quintal, matou-me no rosto a alegria que eu nele trazia estampada.

— Não, senhor; não quero! Vá colocá-los no ninho de onde os tirou. Quem rouba os ovos de um bichinho desses, tenha ele dono, ou não, vai pagar no Inferno.

E num trocadilho, que nunca mais esqueci:

— Cada pena de um bichinho desses corresponde a uma pena que se tem de sofrer, quando chegar lá!

Avaliei os tormentos que me esperavam. Cada ave, a nascer daqueles ovos, devia ter milhares de penas. Os ovos eram oito ou dez. Fiz a conta, tomei os ovos, e, àquela hora mesmo, fui deixá-los uma moita onde os havia encontrado. Apenas, como o tucunzeiro estivesse já escuro, atirei-os de longe, sentindo que se espatifavam no chão. E tornei para casa, na carreira, com a alma desafogada.

De outra vez, num acesso de dúvida, consultei meu amigo Cazuzza Porto, filho do sapateiro Antônio Porto. A religião católica seria a verdadeira? O que o catecismo dizia estaria certo? Cazuzza não tinha hesitações a esse respeito.

— Você quer a prova? — disse.

Paramos os dois, debaixo da amendoeira que havia em frente à sua casa. E ele:

— A nossa religião é a religião da Cruz... Não é?

— É.

— Pois bem. Abra os braços assim... Abra.

Deu-me o exemplo, juntando as pernas e abrindo os braços, parados sob a amendoeira.

— Não é direitinho uma cruz? — tornou.

— É.

E ele, vitorioso, pondo-se a andar:

— Pois, então? A prova de que a religião da Cruz é a verdadeira, é que Deus fez o homem igual a uma Cruz.

Senti a força do argumento, o qual pesou, durante muito tempo, sobre a minha incredulidade. Não obstante, eu pensava:

— O melhor, porém, é não morrer... Eu tenho nove anos... Posso viver ainda cinquenta... Quem sabe daqui até lá não se venha a descobrir um meio de ficar eternamente neste mundo?

Era essa esperança que às vezes ainda me animava, quando Comte, e Haeckel, que divulgava Darwin, me consolaram. O Inferno não existia. Eu não era, para a Natureza, mais importante que um lagarto, um elefante, ou uma formiga. Mas, que existisse, mesmo, o Inferno: não seria um consolo ir encontrar nele Comte, Darwin, Haeckel e Luiz Büchner?

Essas reflexões me confortavam. E era mergulhado nelas que, alta noite, às vezes já pela madrugada, com os olhos cansados de ler à claridade melancólica do lampião de querosene, e o espírito cada vez mais ávido de conhecimentos, abria a porta, e saía para a noite estrelada. À minha esquerda, o rio, afogado na sombra, rolava para o oceano distante. Canoas e barcaças, ancoradas perto da margem, eram como grandes esquifes abandonados. À direita, a Rua Grande se estendia deserta, com os seus combustores tristes velando em cada esquina, e com as suas mongubeiras frondosas, pondo maiores sombras na sombra. Eu erguia a cabeça, de lado a lado, pela faixa ardente da Via Látea. Enchia os pulmões de ar fresco, respirando com superioridade e com orgulho. Lá em cima ardiavam outros mundos. Laplace, que eu havia compreendido através de Haeckel, tinha-me revelado a harmonia das esferas. E eu me sentia feliz por não ser, no Universo harmonioso, senão um grão de poeira, subido da terra, e que se dissolveria na terra. Deus não existia! Deus era a Natureza! Deus era aquela força consciente, mas surda e cega, que fazia germinar a semente e sustentava os astros no firmamento enorme. Não havia Inferno! Não havia Céu! E eu, não temendo o Céu nem o Inferno, era, na minha humildade e na minha miséria, tão poderoso com um deus, porque podia compreender, aqui de baixo, os mistérios da vida e da amplidão!

De repente, à esquina do Sr. Madeira Brandão, ouvia um sussurro, como de vozes humanas. Era o vento, a brisa noturna, sacudindo a fronde das mongubeiras. Um frio me percorria a espinha dorsal. O cabelo se me arrepiava. Um terror de morte me invadia. E o homem, rival dos deuses, e que não temia Deus, desatava em uma carreira doida pela rua deserta, sob a amplidão misteriosa e estrelada, e enveredava pela casa batendo a porta, como se viesse perseguido lá de fora por todos os monstros da Sombra e por todos os fantasmas da Noite.

O “VA RE IR”

O transporte de cargas, no Parnaíba, é feito em barcas de grande largura e pequena profundidade. Embarcações para os rios de pouca água chamam estas a atenção do viajante para a solução que os armadores fluviais encontram, com elas, para o seu problema comercial. De ferro ou de madeira, fabricadas nos estaleiros ingleses ou saídas das oficinas caboclas, nas cidades ribeirinhas, dão elas a ideia de “icebergs” escuros, descendo, ou subindo, a correnteza morena. Para compensar a falta de espaço no bojo raso, exageram os proprietários o seu carregamento no sentido da altura. As bordas da barca não saem da água senão uns quatro dedos, no centro, e apenas uns trinta centímetros, na popa e na proa. Mas a montanha de couros, de sacas de algodão, de cera de carnaúba e de outros produtos da região, eleva-se quatro, cinco, às vezes seis metros, acima do nível do rio. A embarcação desaparece quase, dando a impressão de que a sua carga viaja sozinha, rumo do litoral. E o mesmo acontece quando sobe, levando os produtos da indústria civilizada para o conforto precário dos homens do alto sertão.

O que caracteriza esse gênero de transporte primitivo é, todavia, a força que o aciona. Força humana. Braço de caboclo. Músculo de negro. Energia de homem branco embrutecido pela pobreza. Mas, é preciso contemplar estes heróis obscuros e anônimos na sua faina para admirá-los. De um lado e de outro da barca, Orlando a montanha de carga, estende-se um pequeno caminho de dois palmos de largura, e que vai do convés da proa ao da popa. É o caminho do “vareiro”. É a passagem dos tripulantes de bronze ou de ônix, que, com a robustez hercúlea do seu peito, levam aquelas toneladas de carga, no valor de centenas de contos, de Floriano a Parnaíba, rio abaixo, ou de Parnaíba a Floriano, rio acima, através centenas de léguas, vencidas penosamente.

Seminus, tendo apenas, entre a cintura e a coxa, um calção de zuarte ou de estopa, molambo que os mendigos recusariam, resto de uma calça ou de um saco, a musculatura à mostra, o “vareiro” é o pária soturno e heroico daquelas paragens. Dante não imaginou, jamais, para os seus réprobos, um círculo do Inferno em que se registrasse a pena daquele suplício calado. Três, quatro, de cada lado da barca, munido cada um de uma vara que mede seis ou

sete metros, e tão sólida que o seu peso é, já, suficiente carga para um homem, os “vareiros” vão, lentamente, passo a passo, um distante do outro, até a tolda da proa, e firmam a vara no fundo do rio. Fixam, em seguida, a parte superior, no músculo do peito, acolchoado de carne calejada pela constância do exercício. E, firmando-se aí, vergados para a frente, apoiados na vara, cuja maior parte mergulha na água, começam a caminhar vagorosamente, o passo medido, pela borda da barca, no rumo da popa. Eles caminham para trás, como quem volta para o lugar de onde veio. A embarcação caminha para a frente, avançando sempre. Cada passo que eles dão, regressando, a barca, na ascensão pesada, rio acima, conquista outro, para diante. Chegados á popa, retiram da profundidade a vara em que se apoiavam. Dirigem-se, de novo, para a proa. E, de novo, repetem a caminhada vagarosa e monótona, fazendo sempre o mesmo passo, naqueles quinze ou vinte metros de convés estreito. E a embarcação sobe o Parnaíba, de modo quase imperceptível. A água, na sua viagem para o oceano, chia docemente na proa de madeira ou de ferro, que a corta com preguiça. Cada palmo de caminho fluvial vencido, custa o esforço de seis ou oito feitos musculosos e nus, em que se fixam as varas, entrando pela carne.

O trabalho do “vareiro” não pode ser mais triste, mais monótono. As tábuas, ou o ferro, em que pisa, são sempre os mesmos. E, sempre o mesmo caminho que faz, movendo os seus passos vagarosos e medidos. A margem do rio modifica-se, é verdade. Mas, além de ser o rio sempre o mesmo, para vencer um “estirão” são necessárias duas horas. Ele sobe, assim, o Parnaíba, caminhando para trás. O rio todo, de Amarração ao último ponto navegável, quatrocentos quilômetros acima, é medido, desse modo, dezenas de vezes, pelo seu passo. É esse, no mundo, o seu castigo. Foi essa, no berço, por ter nascido nas proximidades do rio, a sua condenação.

E essa faina não é apenas diurna. Sendo longa a viagem, que demora às vezes um mês, é preciso empurrar a embarcação dia e noite. E, assim, o “vareiro” lá está no seu posto, fazendo o seu pequeno caminho sobre o estreito passadiço de tábuas ou de ferro, à chuva e ao sol, sob a tempestade, tiritando de frio ou sob a canícula, o dorso estalando às chicotadas de fogo do céu.

O dia morre. Surgem as estreias. E o “vareiro”, curvado sobre a vara cravada no rio, marcha, vagaroso, fazendo, solitário, viagens de centenas de

léguas, naquele caminho que não mede uma centena de passos. Às vezes, canta baixinho, com toada triste, uma cantiga saudosa e dorida, que trouxe do seu povoado ribeirinho. Quase sempre, porém, a sua canção é apenas um gemido, um lamento longo, a expressão de um esforço de músculos. Atira a vara ao rio. Finca-a na areia. Firma o peito na outra extremidade. E grita, soturno e magoado:

— U-u-u-u-êêêi...

E continua a caminhar em silêncio, no rumo da popa.

Na descida, com as águas baixas, o trabalho é quase o mesmo. A água não tem força para carregar a barca, e é preciso que o “vareiro” a auxilie, pelo canal estreito e traiçoeiro. No inverno, porém, é menor o trabalho, mas é maior o perigo. A água, impetuosa e vermelha, trazendo na viagem o barro de todas as ribanceiras lambidas e desmoronadas na passagem, tem a velocidade das torrentes. Carregada pelo rio, a barca se precipita, como se quisesse chegar mais depressa que ele. O “vareiro” não tem o trabalho de empurrá-la, de impeli-la; mas tem a defendê-la. Na velocidade com que desce os estirões, a embarcação vem, nas curvas do rio, de encontro às margens. E, então, é a vez do “vareiro” impedir o choque: lança a vara de encontro à ribanceira, ou ao fundo da água. A vara curva-se, à correnteza; às vezes, porém, o ergue no ar, suspende-o, atirando-o, como um boneco esfarrapado e sujo, sobre a montanha de carga. O “vareiro” vomita sangue. Faz mais uma ou duas viagens. Emagrece. A febre, que o visitava cada ano, torna-se a sua companheira de cada dia. Desembarca, para curar-se. Toma um ou dois remédios caseiros. Sustenta-se com as esmolas que lhe dão, no povoado em que agoniza. E morre, indo fecundar com a sua carne mortificada, ou com os seus ossos, as ribanceiras do rio, que as águas avolumadas cobrirão nas enchentes do próximo inverno.

Assim vive, preso à sua vara, empurrando a sua barca rio acima, ou defendendo-a, rio abaixo, o “vareiro” do Parnaíba. E assim morre. Assim vivo eu, preso à minha pena. E assim morrerei.

— U-u-u-u-ôôôi...

AREVELAÇÃO

Antes, porém, que se tivesse arrancado, nos calendários da cidade, a última folha relativa ao ano de 1901, havia ocorrido na minha vida um acontecimento excepcional: eu tinha me matriculado entre os homens, cumprindo, pela primeira vez, os meus deveres de homem. Contava, precisamente, quinze anos e dois meses. Para um adolescente, não era tarde. Mas, para um menino brasileiro do norte, criado às soltas, não era cedo.

Era noite de Natal, noite da mais linda festa cristã. O céu estava sem lua, mas de tal modo carregado de estrelas, que dava a impressão de que a lua o iluminava, escondida. Eu tinha ido à missa da meia noite, na matriz da Graça. Antes da minha partida para o Maranhão, aquela festa, sem árvores de natal nem brinquedos às crianças, se revestia, para mim, na sua simplicidade brasileira, de uma doçura indizível. Era a noite das gulodices, em que os velhos se enchiam de saudades, os moços se enchiam de sonhos, e os meninos se enchiam de doces. Naquele ano, porém, havia alguma coisa que me atordoava, contribuindo para que eu me não sentisse feliz. É que eu deixara de ser uma criança, e ainda não era um homem. Não me tentavam mais os pudins e os pães de ló, e eu não tinha, ainda, uma namorada. A lagarta morrera em mim. Sobre os seus despojos batia as asas, aflitivamente, mas ainda não voava a borboleta. E eis que se dá o milagre. Faz-se a revelação.

O templo estava repleto. Os candeeiros de querosene, pregados às paredes, fumegavam o seu incenso escuro. Dois ou três candeeiros grandes, suspensos no centro da nave, auxiliavam essa iluminação. Os altares, pontilhados de velas, e cobertos de palmas de rosas de papel, renovadas naquele fim de ano pela devoção das senhoras parnaibanas, faiscavam, numa grande orgia de luz e de cores. Na assistência promíscua, viam-se moças de sociedade e caboclas do rio acima, rapazes da cidade, que andavam de botina o ano inteiro, e lavradores das ilhas do Delta, que haviam trazido as suas na ponta do cacete, para calçá-las à porta da igreja e tirá-las de novo, depois da missa. Um cheiro honesto de mofo e de maresia, cortado, aqui e ali, num mover de leque ou num puxar de lenço, por uma onda exótica de perfume civilizado.

Eu me encontrava à porta central da matriz, à esquerda de quem entra, junto à grande pia de pedra ali existente, e em que haviam mergulhado a cabeça quase todas as crianças de Parnaíba. De súbito, Arejo, em um grupo de mulheres do povo, trajando vestidos de chita novo ou de morim lavado, uma rapariga de olhos negros e vivos, mulata clara, cabelo crespo e repuxado para trás, dentes miúdos, fisionomia brejeira, de gente de cidade. Ao dar com os meus olhos nos seus, senti um estremecimento por todo o corpo, um calafrio delicioso, e uma vontade doida de me fechar. O magnetismo daqueles olhos tinha me penetrado. No altar-mor, o padre Leal, cuja besta equipadeira esperava selada, lá fora, para conduzi-lo imediatamente a outros pontos da freguesia afim de dizer outras missas antes de amanhecer, encurtava o latim, para acabar depressa. O velho Macário, seu sacristão, a capa de morim dura de goma, chocalhava a campã de instante a instante, marcando com ela os instantes solenes da cerimônia. A mulata ajoelhará-se com as companheiras. Eu ficara de pé, encostado à pia, ou a um dos pilares que sustentavam o coro. A mulata rezava, e, de vez em quando, punha os olhos em mim. Eu não rezava. A incredulidade e, mesmo, o sacrilégio, davam, na minha opinião, maior importância aos homens, aos olhos das mulheres. De repente, ressoaram os hinos católicos, festivos e comovidos. Os sinos repinicaram, alegres, nas duas torres, como as aves alviçareiras daquela madrugada nascente. Girândolas subiram ao céu, riscando o firmamento polvilhado com a poeira dourada das estrelas. E a multidão, bulhenta e feliz, desaguou na praça da Matriz, e nas ruas laterais, derramando-se em seguida pela cidade, em grupos grandes ou pequenos, a caminho das festas ou do porto, ou rumo de casa, para o seu repousado sono cristão. Vai alvorecer o dia mais bonito da cristandade! Acaba de nascer, Jesus, em Nazaré!

Residindo, ainda, em casa de minha mãe, eu, não tendo convite para nenhuma festa, devia tomar o caminho dos Campos. Quando dei por mim, ia, porém, já, em sentido diverso, em direção ao Porto Salgado. A mulatinha, esbelta e alegre, ia em um grupo de outras, suas conhecidas, parentas ou amigas. Eu a acompanhava de longe, com um grande susto no coração. Aonde ia eu, Senhor Deus? Que força me arrastava naquele rumo, que eu queria voltar, e não podia? Um susto, um desejo, uma emoção profunda me dominava inteiramente a vontade. O corpo se movia, caminhava, e a alma, parálitica, ia

arrastada por ele. Entretanto, como eu me sentiria feliz, se um conhecido, caixeiro ou comerciante da praça, me visse naquela ocasião! Como eu me sentiria orgulhoso se, no dia seguinte, ou no outro, em uma palestra de balcão ou muna conversa de porta, se viesse a dizer que eu tinha sido encontrado na Rua Grande, pela madrugada, perseguindo um grupo de mulatas ou de caboclas!...

À esquina da Rua Duque de Caxias, o grupo estacou. Despedidas, abraços, algazarra. A rapariga destacou-se, atravessou a Rua Grande, e as companheiras continuaram. Entre dois estabelecimentos comerciais, havia um muro, com uma série de portas. Eram quartos isolados, compartimentos de um telheiro baixo, espécie de “cortiço” do norte, sem qualquer dependência para a higiene do morador. Diante de uma dessas portas a mulata parou. A chave estalou na fechadura, mas a dona da casa não entrou, detendo-se à espera. Criei coragem, e atravessei a rua. Parei diante dela, calado. Faltava-me o fôlego.

— Entre, disse a rapariga, mergulhando na escuridão.

Entreí, detendo-me a um passo da porta, que se fechou atrás de mim. Passos se arrastaram para um pouco mais longe. Um fósforo cintilou. Uma lamparina de querosene, suja, bruxuleou, sobre um caixote, patenteando-me a pobreza, ou, antes, a miséria circunjacente. O chão, de tijolo, achava-se esburacado, como se por ali passassem carroças, veículos de grande peso. O teto, baixo, inclinava-se para o interior, ficando quase à altura da mão. Porta, não havia senão aquela, por onde eu entrara. E o quarto era tão estreito, que a rede o atravessava, de uma parede a outra. Rede imunda, escura, e sem varandas. Rede que substituía a cama dos prostíbulos civilizados. Rede em que havia, talvez, areia dos pontos mais remotos da cidade, trazida nos pés sujos dos caboclos urbanos e dos mulatos pacholas da redondeza. A um canto, um baú de folha amassado. Na tampa do baú, pintadas, algumas rosas. Símbolo, talvez, daquela alma. Símbolo, talvez, daquele coração de mulher desgraçada.

De pé, eu contemplava tudo isso, contando, com a mão no bolso da calça, as cinco moedas de dois tostões que possuía, quando a rapariga voltou-se, e pôs-me a mão ao ombro.

— Você é sobrinho de “seu” Emídio Confirmei surdamente.

— Eu vi logo... Você tem uns traços do Quincas... É seu primo... Não é?
Confirmei de novo. E ela:

— Eu gostei de você, por isso... Eu sou doida por ele! Desde mocinha... Eu fui criada na casa do coronel Joaquim Antônio, pai de “seu” Mundico... Me dê um abraço, para eu pensar que é o Quincas... Upá!...

Eram quase três horas da manhã quando eu atravessassei, de novo, rumo da casa, o largo da Matriz, inteiramente deserto. Os galos amiudavam em todos os poleiros de Parnaíba. Como as estrelas eram bonitas! Como era cheirosa, a manhã! As pernas tremiam-se. Meu corpo doía machucado. Mas eu me sentia feliz. Um contentamento me invadia, dando-me vontade de cantar e de chorar. Uma vontade doida de que tudo aquilo passasse, para que eu voltasse a renovar a tortura deliciosa. E como eu compreendia, agora, a vida! Como eu descobria, agora, em todas as coisas, o sentido novo do Universo! Só agora eu começava a sentir! Só agora eu começava a viver!

Ao chegar em casa, tirei a chave, que se achava embaixo da porta. Entrei, sem fazer ruído. Minha mãe estava, porém, acordada, e tossiu, dando-me a entender que vira a hora do meu regresso. Estendi-me na rede, no alpendre. Quando despertei, era dia alto.

E ah! que lindo dia foi, para mim, nesse ano de 1901, o Dia de Natal!... Quem nascera não tinha sido o Cristo. Havia sido eu!...

“PENSAMENTO”

EU tinha sete anos quando o conheci. No dia da minha chegada a Parnaíba, em companhia de minha mãe e de minhas duas irmãs, fomos para a casa do meu tio paterno Emilio Veras. À hora do almoço, não nos puseram à mesa, a mim e à minha irmã pequenina: estendeu-se no chão de tijolo do quarto contíguo uma esteira de carnaúba, na qual nos sentamos os dois, e mais os nossos dois primos menores.

As colheres em punho, conversávamos animadamente os quatro, mentindo uns aos outros, quando ele chegou. Mais de casa do que nós, aproximou-se do grupo, e enfiou familiarmente o seu focinho, farejando os pratos. Ao vê-lo, pus-me de pé, em defesa.

— Sai, “Pensamento”! — exclamou minha prima, abanando com a mão, num gesto de quem enxota.

E tranquilizando-me:

— É manso... Não morde, não...

Tentei ainda, diante da informação, abusar da boa índole do intruso, cuspiando-lhe no focinho. Mas a minha prima atemorizou-me:

— Ih! Isso não se faz! Quem cospe em gato ou cachorro, quando morre, e chega no céu, tem que lambe o lugar em que cuspiu.

Calado e firme, ele contemplava, de pé, impassível, o grupo de crianças das quais a mais velha era eu. Os olhos dourados, faiscavam-lhe na meia escuridão do aposento, mas ele não se movia. De vez em quando, apenas, batia uma das orelhas, afastando uma pequena mosca impertinente.

Foi então, que o examinei, embora sem a simpatia e a estima que lhe consagraria depois. Quando dois seres vivos cobiçam o mesmo prato, é inteiramente impossível qualquer entendimento entre eles. Era um canzarrão gordo, pesado, e de pelo em que se entremeavam os fios pretos e cinzentos, e que desfrutava, na casa, de um prestígio quase humano. Não havia notícia de jamais haver mordido alguém. Divertia as crianças, afagava os adultos, e era de tão apurada sensibilidade que se erguia de onde estava, e ia deitar-se longe, à menor observação que lhe fizessem. De uma probidade invulgar na sua espécie, passaria um dia inteiro com fome, mas não meteria o focinho numa panela, mesmo que a deixassem no chão. Era honesto, pacífico,

educado e bom. Não há lembrança, mesmo, de que tivesse levantado a perna diante de um muro, ou junto a um poste de iluminação, na presença de senhoras.

Três ou quatro anos depois, foi meu tio, com a família, residir em um sobrado, e minha mãe e nós em nossa casa térrea, nos Campos. “Pensamento” sofreu com aquela mudança. A vida em um primeiro andar tornara-se incompatível com o peso do seu corpo e a fadiga da sua idade. Não podia manter lá em cima os seus velhos hábitos higiênicos nem, tampouco, descer as escadas para realizar na via pública as necessidades vergonhosas, mas irrecusáveis, ditadas pela Natureza. O sobrado não tinha quintal. Mas “Pensamento” descobriu que nós, em nossa pequena casa dos Campos, dispúnhamos de terreno vasto, capaz de fazer a felicidade de mais um pobre, is to é, de mais um cachorro. E passou a viver em nossa companhia. Vivia como hóspede, mas não podia haver hóspede menos incômodo.

Pela manhã, quando se abria a porta, ele aguardava um pouco o descuido da família, e entrava. Entrava, atravessava o alpendre, e ia para o quintal, onde havia feito, já, à sombra de um casa-cedo enfeitado de amarelo, a sua cama, na areia macia e clara. Não pedia água; nem comia. Queria apenas sombra. Sombra, silêncio e solidão. E honrava com isso o seu nome, porque é sempre na sombra, na solidão e no silêncio, que vivem, e morrem, os “Pensamentos”...

Uma grande tristeza, adoçada de resignação, enchia-lhe, parece, aquele resto da vida. Mas ainda assim, não perdera o sentimento da obediência, que constituía uma das virtudes fundamentais do seu caráter.

E tão dócil se conservara, que, para fazê-lo erguer-se da sua cama de areia e partir, ligeiro, para a casa do seu dono, bastava que minha mãe dissesse no alpendre:

— Lá vem meu tio Emídio!...

Tio Emídio jamais lhe batera. Como, porém, era barulhento e não sabia falar senão ralhando, “Pensamento” lhe votava um respeito supersticioso. A simples enunciação do seu nome ia arrancar o velho cão ao sono mais profundo, trazendo-o à realidade. E de tal modo que, descoberto o prestígio daquela notícia, eu passei a divertir-me com a credulidade do canzarrão amigo,

gritando, a cada instante, toda a vez que o via enrodilhado no seu macio leito de areia frouxa:

— Lá vem meu tio Emídio!...

Passaram-se os tempos. Meus primos, companheiros daquele primeiro almoço em Parnaíba, deixaram a cidade, indo estudar nos Estados vizinhos. Eu parti para o Maranhão, levado pelo Destino. Voltei. Meu tio residia, já, na outra margem do rio, em uma grande chácara ensombrada, em que eram numerosos os cajueiros copados. Dias após o meu regresso, atravesso o Parnaíba em visita aos parentes. Do alpendre da casa, escuto grandes uivos tristes, em que há dor e saudade.

— Que é isso? — indago.

— É o “Pensamento”, — dizem-me.

— Ainda vive?

— Vive; mas está por pouco tempo.

Quis vê-lo. De longo, ele me reconheceu, e uivou mais longamente. Eu, porém, quase não o reconheço. Um cão reconhece um amigo quando este é lançado à miséria. Um homem não conhece o mais familiar dos seus cães quando esse cão emagreceu. Era horrível o quadro que se apresentava aos meus olhos. Grande, magro, e velho, “Pensamento” tornara-se a mais dolorosa das ruínas. Estampavam-se-lhe nos olhos injetados os maiores sofrimentos que podem torturar um cão. Uma corrente de ferro, presa à sua coleira, tinha a outra extremidade amarrada ao tronco do cajueiro. Ao lado, um prato repleto, em que ele não tocara, e uma bacia com água. E justificando todo aquele tormento, uma enorme chaga no ventre, pela qual começavam a aparecer os intestinos. Moscas zumbiam alto, atraídas pela carniça viva. E a corrente, com o seu sinistro ruído de ferro, dava, com elas, a música oportuna para o horror daquele espetáculo.

Afastei-me, o coração tomado de pena, a alma tomada de espanto. No dia seguinte, o velho cão amigo não se levantou mais. Os intestinos rolaram-lhe pela enorme ferida aberta, misturando-se com a areia e com os restos de folhas, espalhados no chão. E ele morreu espojando-se nas próprias entranhas, rasgando-as com os dentes para precipitar o termo daquela vida!

Morreu assim o “Pensamento”... E quantos pensamentos, no cérebro do homem, não vivem, e não morrem assim!...

INICIAÇÃO SENTIMENTAL

Com o desabrochar do espírito, dos dezessete para os dezoito anos, era natural que me desabrochasse, também, o coração. A sede de amor é como a que nos aflige a garganta. Quando se tem sede, qualquer água serve.

Eu senti, sempre, necessidade imperiosa de amar apaixonadamente. Hoje, vencido ao cabo Tormentoso dos quarenta e cinco anos, meu coração dorme, cansado. Mas, como ele sofreu, coitado! e sempre inutilmente!... Da encosta íngreme da montanha gelada, posso estender, enfim, os olhos pela planície, onde ainda descubro sinais dos meus passos nos carvões ardentes do caminho...

Ao chegar a Parnaíba, em 1902, de regresso do Maranhão, encontrei a cidade numa fase de festas familiares, havia muito rapaz e muita moça para casar. E logo vieram os bailes, que eram realizados cada sábado. Às vezes, dois por semana. Que é um baile senão uma feira de raparigas, obrigada a música? Lançado de súbito nesse turbilhão alegre, que a intimidade dos meus primos me facilitava, eu podia ter, possivelmente, uma namorada. Mas eu nunca encontrei uma, e isso por um motivo curioso: é que eu só vejo se uma mulher é bonita ou feia quando alguém me chama a atenção. Dai, este caso singular: eu me apaixono, quase sempre, pela namorada dos outros. Também, é nisso, unicamente, que eu me tenho deixado suggestionar pela opinião alheia. Em tudo o mais, em política, em literatura, em negócios, eu só me oriento por mim. Pertencço, nas coisas graves da vida, ao número dos homens que não pedem conselho e que, quando o recebem sem pedir, o atiram fora, desconfiados.

A minha iniciação literária guarda o vestígio daquele defeito. Ao empregar-me em Parnaíba, em fins de 1902, no estabelecimento comercial de meu tio, um dos meus primos, sócio da casa, mantinha namoro lírico, à distância, com uma bonita morena de olhos satanicamente negros, de nome Alice, irmã de um nosso amigo. Eu tinha quinze anos; a morena devia andar pelos dezoito; e meu primo, e patrão, pelos vinte e dois. Pois bem: foi essa namorada, que eu mal conhecia de vista, a moça que mais me impressionou... por informações, a ponto de lhe eu ter feito o meu primeiro soneto, aquele famigerado soneto em que falo em "olhos de grisu"! De viagem para o Pará, ia no mesmo vapor mlle. G. S., namorada do meu primo Nestor Veras, que foi mais tarde meu cunhado, e que a acompanhou, amarrado pelos olhos, até

Araíóses. E o meu sonho, todo o meu sonho de menino feio, era que o meu primo regressasse prontamente, afim de que me “apaixonasse” pela rapariga no resto do caminho! Também, tudo isso ficava apenas no desejo, na aspiração íntima e silenciosa, porque me faltava coragem para o resto... Eu sou — acreditar-me-á alguém? — o homem que nunca fez uma declaração de amor!...

Não sei se todos os adolescentes são como eu era, em coisas de sentimento. É provável que não. Ao ver uma mulher do seu agrado, o rapaz de dezoito a vinte anos, dominado pela libido, faz, logo, ordinariamente, cálculo do prazer que lhe daria o seu corpo, imaginando o gosto do seu beijo e a doçura do seu abraço. Eu nunca fui assim. Ao encontrar a criatura que me despertasse interesse, o que me vinha à imaginação era a ideia do lar feliz, tranquilo e pobre, com ela a meu lado. Nunca idealizei a mulher sem a casa. O lar foi sempre, aos meus olhos, o complemento do amor. Isso pode ser, todavia, explicado. Já naquele tempo eu havia lutado muito, e sonhava, já, com o repouso, compensação anônima dos tormentos sofridos. O mau rico, no Inferno, não pensava senão na gota d’água de Lázaro...

Foi assim que desembarquei no Pará. O coração sentia fome. Eu sentia saudades de alguém. Mas, quem seria esse alguém, essa criatura ideal, que eu jamais vira?

Certo dia, tive uma visão “dela”, uma ideia do que “ela” podia ser. Foi no primeiro mês após a minha chegada a Belém. Ia eu pela Rua João Alfredo quando, entre a Praça da Independência e a travessa S. Mateus, vi, andando ao lado de um ancião, corretamente vestido, uma encantadora menina de uns quatorze anos. Não sei se os seus olhos me acariciaram por engano, ou, mesmo, se atentou para mim. Na minha idade, isso era secundário. Ama-se por amar, à revelia da mulher amada. Ela pode, mesmo, jamais saber disso, sem que essa circunstância atenua a paixão. O coração dos dezesseis aos vinte anos é um vagabundo que procura emprego, mesmo para trabalhar de graça.

A menina que eu vi era bonita? Não sei dizê-lo, pois só a vi uma vez. Além do mais, eu nunca fiz questão de mulher deslumbradoramente linda. O que me encantou sempre, foi a doçura da fisionomia, uma certa candura, a graça honesta e simples, aquela tonalidade que reflete no rosto a bondade e a

pureza do coração. E a mocinha que eu vi era assim. Morena, pele feita de pétalas de rosa-chá. Era alourada, tinha olhos claros e vestia de branco. Vestido de renda, e de gosto.

Olhei-a de passagem, e acompanhei-a passivamente como o cão faminto acompanha o transeunte que leva na algibeira um “sandwich” de fiambre. Vi-a entrar em uma casa de comércio, com o ancião. Fiquei fora, na rua. Quando saíram, segui-os até à esquina. Tomaram um bonde. Tomei o mesmo carro, no último banco, e fiquei a admirar em silêncio aquele vultozinho adolescente que me causava tantas pancadas no coração.

Ao tomar o carro, tateava o bolso, como quem não ignora que a Pobreza costuma, às vezes, pregar peças à Felicidade. Toda a minha fortuna consistia em um níquel de duzentos réis, que eu guardava desde a véspera para almoçar uma posta de peixe no mercado público. Veio o condutor. Paguei meia passagem, cento e vinte réis, até o largo da Pólvora. Fiquei com quatro vinténs, e lá me fui, rodando, cidade acima.

No largo da Pólvora, em frente ao Café da Paz, o bonde parou. Fim de secção.

A menina e o pai, ou avô, não se moveram do lugar. Moravam, com certeza, em Nazaré, para onde ia o carro.

Agora, que fazer, se a minha fortuna de desempregado estava inteira naqueles quatro vinténs, que não davam para ir mais longe? Tive ímpetos de por-me de pé, e gritar: “Quem dá uma esmola de dois vinténs a um sonhador a quem faltam apenas quarenta réis para realizar o seu sonho de felicidade?” Preferi, porém, saltar. E saltei, e encostei-me triste, a um poste, a olhar melancolicamente o bonde, até que este desapareceu na curva distante, levando dentro, a trote de burro, um retalho do meu sonho, um pedaço do meu coração... Em seguida, regressei a pé para a cidade, para a água furtada do Ver o peso, à qual cheguei estafadíssimo, e passei, até a noite, sem comer.

Já nesse tempo, as mulheres me tiravam o almoço. Só mais tarde, muito mais tarde, é que passaram a tirar-me, também, o jantar...

Mlle. M. M. G. era uma das moças mais lindas com que eu havia, até então, deparado. Alva, de pele de seda, possuía uns belos olhos escuros e farto cabelo castanho. A boca era um encanto e os dentes miúdos um brinquedo para os beijos. Vestia sempre de branco, vestido fresco de linho e

rendas, pondo em realce a beleza das mãos fidalgas e o colo macio como uma onda de neve. Até então, fora a mulher de melhor trato, ou antes, a primeira mulher de luxo que meus olhos tinham visto.

Vê-la e sonhar com ela acordado, foi o primeiro trabalho do meu coração. Ter-se-ia ela, porém, apercebido disto. Apresentado à família, ao pai, à mãe, e ao irmão, passei a frequentar a casa. Ao ver-me, a moça, que devia ter a minha idade, cumprimentava-me e ficava por isso mesmo. Às vezes, ria de uma pilhéria, de um dito proferido. O comum, porém, era conservar-se calada, séria, olhando e escutando como simples espectadora. Diante daquele enigma, eu me perdia em conjecturas. Uma vez por outra a Vaidade me dizia: “Quem sabe se isso não é amor, e se o silêncio não é, mesmo, a voz do seu coração” O Bom-Senso, meu amigo velho, vinha, porém, e tapava a boca à Vaidade. Não seria aquela mudez uma demonstração da pobreza de espírito que alguns conhecidos lhe atribuíam? Palrador e jovial, o cunhado, que era meu amigo, foi buscar, um dia, o álbum de retratos da família, e pôs-se a mostrarmos:

— Este aqui é irmão de minha mulher. Está no Hospício, no Rio de Janeiro... Esta aqui é fulana, está louca também...

E fechando o álbum:

— A família é toda assim. O mais ajuizado quis inventar a navegação aérea: cortou duas folhas de coqueiro, subiu ao telhado, pôs uma folha debaixo de cada braço e atirou-se de lá. Morreu da queda.

Mlle. M. M. G. era, porém, para mim, uma obsessão. Ninguém lhe conhecia namorados. Por que, pois, aquele feitio? Só boje posso responder a mim mesmo. Mlle. M. sabia-se bonita e gostava do luxo. O seu ideal era um marido rico, uma instalação suntuosa, joias nos dedos, carro à porta. Mas sabia-se pobre, e condenada a viver entre pobres. O seu silêncio, o seu recolhimento de alma era, assim, o único protesto que encontrava contra a modéstia da sua condição.

TRADIÇÕES PARNAIBANAS

Parnaíba nada havia mudado naquele ano e meio. Mas eu havia mudado muito. O meio exerce influência mais sensível e rápida sobre a formação dos indivíduos do que o tempo. O vegetal que muda de clima não obedece, no desenvolvimento, ao mesmo ritmo daquele que permanece no solo em que nasceu. E o homem se acha sujeito, nesse particular, às mesmas leis que presidem o crescimento das plantas.

O sofrimento, e o panorama de outra cidade, haviam dado uma sensibilidade nova aos meus olhos e ao meu entendimento. Espetáculos e figuras que me eram familiares despertavam, agora, a minha atenção. As torres da matriz de Nossa Senhora da Graça, que, antes da minha partida, me pareciam de altura enorme, agora se tornavam baixas e humildes, dando-me a impressão de que a igreja se havia afundado na terra. De regresso de Brobdingnag, o capitão Gulliver abaixava a cabeça para passar sob os portais das casas inglesas, os quais ficavam, todavia, quase dois metros acima do seu cabelo. Procedendo do Maranhão, a cidade dos casarões de três e quatro andares, eu olhava, agora, para os poucos sobrados parnaibanos tomado de comiseração. Começava a distinguir e a comparar. Formava-se, em mim, uma individualidade, com as faculdades de julgamento e raciocínio. Foi por esse tempo que eu assisti, com interesse, a um “São Gonçalo”, festa religiosa que se extinguiu, e que, vulgaríssima até anos antes, havia constituído um dos encantos da minha meninice.

O “São Gonçalo” era realizado, primitivamente, à porta dos cemitérios. Levado a efeito em consequência de uma promessa feita às almas do Purgatório, achavam os devotos que era esse o local mais conveniente. Não tinham as almas necessidade de abandonar o seu remanso para verificarem a liquidação da dívida com elas assumida. O último vigário havia, porém, proibido essa profanação. E as promessas desse gênero passaram a ser pagas, senão na porta, pelo menos nas proximidades da casa dos mortos. A nossa casa dos Campos ficava, como tenho dito, nas proximidades do cemitério. E foi aí que testemunhei a agonia e a morte dessa antiga e fúnebre tradição parnaibana.

À porta do cemitério, ou nas proximidades dela, armava-se um arco de folhas de coqueiro, sob o qual ficava o autor ou autora da promessa. Pencas de banana, ou de laranja, molhos de cana; cachos de coco verde, araticuns e atas; mangas e cajus; tudo isso era pendurado ao arco, para, à semelhança do

que eu vira no Massena, no tempo de meu pai, ser vendido em leilão. De um lado e de outro do devoto, formando duas alas, uma em frente da outra, de pé, velhas negras e caboclas, cantando louvores ao senhor São Gonçalo. Indo e vindo como nas quadrilhas, trocando de lugar, passando as de uma extremidade para outra extremidade, mas cantando sempre, as pretas e caboclas gemem sempre a mesma melopeia, em que não são raros os vocábulos africanos e indígenas. No meio do povo, um barril, com aluá, e um caneco de folha, em que todos bebem. A algazarra aí é enorme, e termina, quase sempre, em barulho, com estalidos de cacetes, que se cruzam no ar. E se a festa, com isso, não termina toda, faz-se o leilão das prendas, e termina tudo ao primeiro canto do galo, porque, como o fantasma do rei Hamleto, a essa hora todas as almas se recolhem. O produto do leilão é destinado, parece, à missa, pelo repouso dos que padecem no Purgatório. É provável, porém, que poucas tenham saído de lá com o produto desses leilões.

Outra antiga tradição, cujo declínio começava, era o jejum à custa alheia, Sexta-feira da Paixão. Em todo o norte era seguido esse regime. Não sei, todavia, de cidade em que ele tomasse tamanhas proporções. Sexta-feira, pela manhã, desde às seis horas, começavam as ruas centrais de Parnaíba a encher-se de uma população adventícia, vinda de todos os bairros pobres e, mesmo, das vilas e povoados mais próximos. Vaqueiros e lavradores, carregadores do porto e operários de todos os ofícios urbanos, tudo isso descia em primeiro lugar para a rua Grande, que, dentro em pouco, enxameava de homens de camisa por fora da ceroula, e de mulheres e crianças, cada um dos quais trazia à mão um saco, de acordo com as forças do portador. As casas comerciais, grandes ou pequenas, abriam apenas uma porta, à qual eram postos um saco de farinha, uma caixa de bacalhau cortado em pedaços, e, não raro, também, um caixão repleto de pães, mandados fazer de encomenda. Indo de porta em porta, esses romeiros gemiam, gritavam, pediam, diante de cada porta:

— Uma esmola, para jejuar hoje... Uma esmola, para jejuar hoje!...

Encarregado de distribuir o bródio, o caixeiro do estabelecimento comercial, ou o criado da família rica, deitava em cada saco aberto diante dele pelas mãos dos pedintes, meio litro de farinha, um pão e um pedaço de

bacalhau. Dentro em pouco, os sacos estavam abarrotados. Mas, mesmo assim, os pedidos continuavam:

— Uma esmola, para jejuar hoje!... Uma esmola, para jejuar hoje!...

A circunstância de achar-se repleto o saco do romeiro não era motivo, entretanto, para que se lhe negasse a sua parte. Porque o mérito não estava em dar para quem precisasse, mas em dar, qualquer que fosse a condição do pedinte. E como, nesses dias, cada família pusesse na rua, com um saco, todas as pessoas da casa, o resultado era recolher, cada uma, naquela manhã de penitência, comida suficiente para as indigestões de uma semana. Algumas iam em casa esvaziar o saco, e voltavam, repetindo a colheita nos bairros familiares. E, tudo isso, em bandos alegres e bulhentos, que tornavam o dia mais triste do catolicismo em um dos mais festivos e tumultuosos da cidade.

Essa comemoração não era, no entanto, direito exclusivo das classes pobres. Entre a gente rica ou remediada, a animação é a mesma, na manhã de Sexta-feira Santa. Não se conhecendo ali as festas da Páscoa, dá-se o mesmo cunho alviçareiro a algumas horas do dia da Paixão. Desde cedo, criados cruzam as ruas conduzindo bandejas com guardanapos gomados ou toalhas de fino crivo. São garrafas de vinho do Porto, latas de conservas, pedaços de bolo, embrulhos de camarão seco, latas de leite condensado, que as famílias abastadas permutam entre si, ou mandam às mais pobres, ou de boa condição social. Em nossa casa, por exemplo, não dávamos senão aos pedintes ambulantes, que recebiam o seu pão de quarenta réis ou a sua tigela de farinha. Mas recebíamos bandejas repletas, especialmente da casa do tio Emídio e da senhora Martins Ribeiro, que nunca se esquecia dos pobres. Naquela manhã, eram certas as palmas à porta da rua.

— Entre! — mandava minha mãe, chegando ao alpendre.

O criado entrava, a bandeja coberta por um guardanapo de linho, circulado de listas vermelhas ou azuis.

— Está aqui, que Dona Antoninha mandou para Dona Anica, Dona Delmira e Dona Ritinha e os meninos jejuarem hoje, — declarava o portador.

Meus olhos se acendiam. Vinha para junto da mesa, ver os presentes. Mas, em geral, tudo aquilo ficava guardado para os dias solenes do ano. Porque, pouco mais tarde, íamos para a casa do tio Emídio, no outro lado do rio, onde, ao meio dia, reunida a família toda, se punha à mesa, composto

apenas de peixes, mariscos e ervas, o almoço mais lauto de todo o ano, e cuja fritada de camarão me deixava quase imóvel, de barriga cheia.

O jejum era, então, em Parnaíba, a maior mentira que os homens pregavam a Deus.

Em Parnaíba a rua que passa ao lado da Santa Casa de Misericórdia, chama-se “Coronel Pacífico”. À esquina, em um quadro feito de tinta escura, lia-se, quando ali cheguei em 1994, e ainda se lia em 1903, esse dístico, em tinta branca. No prédio enorme, que toma todo um quarteirão, em que funcionam hoje os serviços da caridade urbana, residia, há sessenta ou setenta anos, esse homem poderoso. Membro, dos mais preeminentes, da aristocracia da província, possuía numerosos escravos e grandes terras. O seu gado mugia em nove comarcas do sertão e os seus negros enchiam toda a praça fronteira, à hora da bênção a seu senhor. Um orgulho fundo enchia-lhe, por isso, o largo peito brasileiro, e era com displicência altiva que passava a mão pela barba grisalha e espalhada, que, aberta em leque, lhe cobria o coração.

Das suas escravas, uma houve, todavia, que conseguira o milagre da alforria pelo trabalho. Rezando e penando, juntando o vintém ao vintém, comprara, primeiro, a liberdade, e, em seguida, para pagar a Deus a bênção da liberdade, adquirira um caixão de defunto. Era o resultado de uma promessa que fizera. Prometera a Deus que, se um dia fosse livre, ofereceria à igreja do Rosário um caixão enfeitado como o dos brancos para conduzir os escravos ao cemitério. Que eles tivessem, na morte, uma igualdade que não haviam conseguido em vida. O caixão levá-los-ia a enterrar e voltaria para a igreja, à espera de outro viajante da Eternidade. A caminho do outro mundo, naquele esquife agalado, que substituiria a rede humilde e suja, o escravo teria a ilusão póstuma de que morrera redimido. E Teresa, a velha preta, era feliz e rezava consolada, porque dera esse último sonho de liberdade aos seus irmãos.

O negro era, porém, antigamente, não só animal de trabalho como objeto de ridículo. Ao passar o caixão de um branco os transeuntes se calavam, compungidos, murmurando um “Deus te leve!” com a pena e o terror no coração. Se era, porém, o caixão de Teresa que atravessava as ruas, aos ombros de quatro negros que levavam a enterrar um companheiro, os brancos paravam pilheriando, e as senhoras corriam para a janela, sorrindo, numa zombaria alegre da última vaidade daqueles homens de cor. E quem melhor sorria, do alto do seu orgulho de homem branco e de homem rico, era o coronel

Pacífico, antigo senhor da Teresa, diante de cuja casa, no outro lado da praça, para que ele sorrisse mais, ficava o cemitério.

Um dia, partiu o coronel, a cavalo, a visitar as suas numerosas fazendas do sertão. No segundo dia de viagem, ao apeiar-se em uma das povoações das margens do Parnaíba, teve uma síncope e morreu de repente. A população rodeia-lhe o corpo, compadecida e preocupada. Sepultá-lo no cemitério local, cercado de varas e esburacado pelos tatus, é desrespeito a homem tão poderoso. Amarrar o cadáver à sela de um cavalo a fim de conduzi-lo, por terra, para Parnaíba, é missão impiedosa e difícil, pelas vinte e quatro horas de marcha, que são necessárias. E como o caminho mais curto e cômodo é o rio, resolvem os moradores colocar o corpo sobre uma tábua, colocar a tábua sobre os bancos de uma canoa, e fazê-la descer, à força de remos, a toda velocidade, rumo da Parnaíba. Se os remadores não descansarem, remando dia e noite, lá chegarão em vinte e quatro horas. Fez-se isso, e a canoa partiu.

Animados pela esperança de uma larga recompensa, os tripulantes da embarcação fúnebre fazem-na voar pelas faces barrentas do rio. Horas seguidas, os remos roncam em ritmo surdo, deixando para trás os redemoinhos gorgolejantes das águas. Ao anoitecer, param, para repousar um instante, no porto de um povoado. Os remadores encaminham-se para uma taberna e põem-se a beber. A meia noite, embriagados todos, voltam para a canoa, e na exaltação do álcool, resolvem compensar as horas perdidas remando com maior fúria. Como tenham trazido para bordo um garrafão de aguardente, remam e bebem. E remam e bebem ainda quando, à primeira claridade do dia, um deles solta um grito:

— Cadê o defunto?

O morto havia, realmente, desaparecido. Com o impulso da canoa para a frente, o corpo se havia deslocado no rumo da popa sem leme, e, por aí, caído na água... A embarcação faz, porém, meia volta, e, em breve, os seus homens encontram o cadáver que descia na correnteza. Reembarcado, começa, de novo, a corrida vertiginosa da canoa, rio abaixo. Até que se ouve outro grito:

— Pega o homem!

Era o corpo do coronel que havia, de novo, caído na água. E como, ao reavê-lo, os remadores, completamente bêbados, não o punham

convenientemente sobre a tábua, tantas vezes o repescassem quantas ele voltava à água, forçando os tripulantes ora a mergulhar, ora a nadar, para que a embarcação não chegasse a Parnaíba sem a sua carga fúnebre. Da última vez, para não interromperem mais a viagem, e, mesmo porque o cadáver já tivesse entrado em putrefação, os canoieiros deliberaram:

— Deixa o homem na água mesmo!

E, amarrando o defunto pelo pé, prendem a corda à popa da canoa, e rebocam-no rio abaixo, rumo de Parnaíba.

Ao chegarem aí, o corpo em franca decomposição, foi arrastado para a praia. O mau cheiro espalhado, e a notícia da ocorrência fazem correr para o porto metade da população. A família do morto, surpreendida pelo acontecimento que a cobre de dor e de luto, movimenta-se. É preciso, quanto antes, dar sepultura àqueles despojos macabros, que jazem sobre a areia, à margem do rio. Os marceneiros, chamados, declaram que só no dia seguinte poderão dar pronto um caixão.

E é quando alguém lembra:

— E o caixão da Teresa?

A ideia é aceita, embora com constrangimento. Vem o caixão, que se achava na sacristia do Rosário. O caixão, promessa da negra velha.

E o corpo do coronel Pacífico atravessou a cidade, entre o dobre funerário dos sinos das duas igrejas de Parnaíba, no caixão de enterrar escravos, aos ombros de quatro escravos, que tapavam o nariz...

INVEJA

A vida, na redação do *Notícias*, diário paraense em perpétua agonia, era uma espécie de campeonato de resistência à fome, em que entravam todos os trabalhadores do jornal. Com a falta de pagamento, os ocupantes dos cargos de relevo iam desertando os postos, sendo substituídos, automaticamente, pelos seus subordinados, que aceitavam, sôfregos, o mandato, na vã esperança de, com o prestígio novo, liquidarem a dívida velha. E tantas haviam sido as substituições, que ao ser, eu, admitido como revisor, desempenhavam, já, as funções de diretor e secretário, dois antigos repórteres, os quais tinham conquistado com a preguiça do estômago, uma situação que, ordinária mente, se consegue com a atividade do cérebro.

Raimundo Fernandes e Manuel de Azevedo chamavam-se esses dois abnegados, que haviam chegado aos postos supremos na redação nesse campeonato gástrico da inteligência. O primeiro, de cor branca, pequeno e ágil, devia andar pelos vinte e oito anos e fazia, quando o promoveram a primeira vez, a reportagem comercial da folha. O segundo, da mesma idade, era mulato, quase preto, e tão melífluo de maneira que, ajudado pela cor e pela gesticulação pausada, mais parecia à sombra de si mesmo. Cada um deles havia feito, no início da carreira, um soneto. E esse soneto aparecia, reeditado na primeira página, toda a vez que o autor conseguia uma promoção dentro do jornal, e, ainda, em todas as edições festivas da folha. Eram versos descritivos, de uma vulgaridade comovedora, levando, todavia, o soneto do secretário, alguma vantagem, na inspiração lírica, sobre os quatorzes decassílabos do diretor.

Não obstante a vastidão do prédio, todos os serviços intelectuais do jornal funcionavam na sala da frente, ocupando uma grande mesa central. Essa mesa era a do diretor, a do secretário, a dos redatores, a dos repórteres, a da revisão. E isso porque o resto da casa, no primeiro andar, se achava inteiramente desprovido de mobiliário. O pessoal em atividade era pouco, mas a casa estava cheia, por uma circunstância curiosa: é que, fatigado de trabalhar sem receber o seu salário, o redator, o repórter e o revisor, não tendo aonde viver, se instalavam em uma das dependências da redação, e aí ficavam residindo, com a rede armada a um canto ou, simplesmente, com um monte de

jornais para servir-lhe de cama. À noite, ou pela madrugada, iam todos para a sala, disputando-se, para dormir, duas velhas cadeiras de balanço, ou aguardando algum visitante extraviado que os convidasse para um café, no botequim contíguo à Biblioteca Pública, no andar térreo do sobrado em que morava o Barão de Anajás.

Era esse momento que Manuel de Azevedo, com a sua risonha maldade de poeta mulato, escolhia para nos humilhar, a todos: por volta da meia-noite, punha-se de pé, desembrulhava um pão, dos que naquele tempo custavam cem réis, dentro do qual se estirava um pedaço de carne fria, e, depois de no-lo oferecer rapidamente, punha-se a comê-lo com voluptuosa indolência, passeando de um lado para outro do salão.

Eu tenho, algumas vezes, na minha vida, sentido inveja. Tive-a, ao ver um homem rico no seu carro; um homem de saúde, na sua alegria; um homem glorioso, com o seu nome trombeteado pela fama, ou um homem amado, levando pelo braço uma linda mulher. Jamais, porém, asseguro, fui tão fundamente ferido por esse baixo e implacável sentimento, como naquelas noites, e daquele mulato, ao vê-lo andar de um lado para outro, comendo aquele pedaço de carne, dentro daquele pão! Tão viva era, mesmo, a impressão que me deixava êsse espetáculo, que, suponho, se tivessem filmado a minha figura em uma daquelas horas, eu seria apanhado com os olhos presos naquele homem feliz, à semelhança do cão faminto que acompanha cada gesto da mão que conduz a sua ração de migalhas. Certa vez, ao ver Manuel de Azevedo desembrulhar o seu pão adubado de carne, e mordê-lo, senti-me subitamente mal. A vista se me turvou, uma palidez profunda cobriu a minha fisionomia, e um frio leve me correu pelo corpo, ao mesmo tempo que um suor gelado me banhava a testa e descia, fino e lento, pelo meu rosto desfigurado.

Era fome.

SOB A TORMENTA

Uma semana após o meu desembarque em Belém, passada a emoção feliz que me causara o progresso e o movimento da cidade atordoante, os nervos enfermos começaram a dar sinais evidentes do seu antigo desequilíbrio. As dificuldades do momento e as preocupações com o futuro desciam do cérebro ao coração. No Maranhão, aos treze anos, eu me vira sozinho, mas exceção feita da nevralgia facial gozava saúde. Agora contava dezesseis anos. Tinha, porém, medo de tudo, e via em cada canto, a cada instante, o fantasma da loucura ou da Morte. Era a neurastenia que aprofundava as suas garras de ferro no meu organismo, e que me não abandonaria senão depois dos trinta anos, para atormentar-me, embora, pelo resto da vida, com ameaças periódicas.

Eu me encontrava, ainda, residindo na casa de Nelson Sampaio, à travessa Rui Barbosa, quando, um dia, ao ouvir um gramofone, fiz uma reflexão:

— A memória, segundo li em Nordau, é determinada pela fixação de uma gota de sangue nas células cerebrais. Despertada a atenção do indivíduo por um dos sentidos, sobe essa gota de sangue por um filamento nervoso e vai colocar-se na célula correspondente. Mais tarde, toda a vez que uma sensação idêntica ferir esse nervo, a memória evocará o fato anterior, de modo que, enquanto essa gota de sangue não secar, restará, no cérebro, a lembrança do acontecimento que a determinou.

E indagava:

— Mas como é que um gramofone repete a voz humana, sem essa gota de sangue? O homem, fazendo reproduzir a sua própria voz por uma simples máquina da sua invenção, faz com singeleza o que Deus fez complicadamente. Apenas, o homem repete o que ouve, porque pensa. Mas, quem nos diz que um gramofone não pensa?

Essas cogitações multiplicavam-se no meu cérebro, cada vez mais complexas e extravagantes. Ao fim de alguns instantes, um suor frio me banhava a testa, o coração desatava a bater celeremente, e uma dolorosa agonia me tomava todo, como se eu fosse morrer. Para fugir a esse tormento comecei a evitar os gramofones. Quando, na rua, ouvia o berro de algum a

grande distância, regressava, para tomar por outro caminho. E como, para ir da casa do Nelson à cidade tivesse de passar pelo reduto, local em que eram numerosas as casas comerciais, cada uma com a sua trompa estrondante, via-me obrigado a dar grandes voltas pelas ruas centrais do bairro, para ir tomar o bonde alguns quarteirões adiante.

Com a mudança para a companhia do meu tio, comendo apenas uma vez por dia, tomando o café dos Genús diversas vezes no correr da tarde, e passando as noites sem dormir, curvado, com fome, sobre a mesa de revisão do *Notícias*, o meu estado de saúde se agravou. A ideia da loucura não me abandonava. Ao ler nos jornais a informação de que havia sido levado para o Hospício um alienado, ficava repentinamente lívido, e o suor gelado me corria pela espinha, com se a razão me fosse faltar naquele instante. E o mesmo me sucedia quando me assaltavam pensamentos filosóficos, ou religiosos. Para fortalecer a minha incredulidade, robustecendo o positivismo de que Augusto Comte havia lançado a semente no meu espírito, corria frequentemente à Biblioteca Pública e pedia um autor que me confortasse naquele abandono. Spencer e Pierre Laffitte, Darwin e Haeckel, homens de ciência e indagadores vagos do mistério das coisas, a todos pedia, ansioso, um amparo. Para compreendê-los fazia-se mister, porém, um esforço acima da minha capacidade de entendimento. E regressava mais vencido, mais cansado, mais abandonado dos homens que me haviam arrebatado o Deus de minha mãe, e, assim, mais atormentado na minha solidão!

O que me afligia e atordoava não era, todavia, o pavor do Inferno católico, o castigo na outra vida, a privação possível da bem-aventurança assegurada aos que tivessem fé. Os meus tormentos neste mundo já eram tantos que pouco me preocupavam os do outro. O que me perturbava e desorientava era o conhecimento, que eu tomara, da situação miserável do homem na Terra e no Universo. Eu tinha crescido na certeza de que o Homem era o Rei das coisas criadas, e de que tudo girava, no mundo, em torno dele. E eis que, lendo os mestres, conversando os espíritos culminantes do meu século, verificava que os mais esclarecidos, os mais fortes, eram, em relação aos fenômenos da Vida e da Morte, tão ignorantes quanto eu! De que tinham servido, então, os milênios rolados desde a origem das coisas para o abismo dos Tempos? Que tinham feito filósofos e cientistas, homens de pesquisa e

homens de meditação, que eu, chegando tão tarde no planeta, lançava, ainda, e debalde, o grito surdo do meu espírito, pedindo a todos os ventos uma voz enérgica e segura que me desvendasse a Verdade? Eu não pedia o Paraíso nem temia as chamas infernais. Eu queria, apenas, que alguém me decifrasse o mistério que me cercava! Deus não existia? Mas, se ele não existia, por que tantos homens eminentes proclamavam a sua existência? Existia? Mas, se ele existia, — por que tantos sábios insignes o negavam diante do mundo?

Certa manhã, tendo regressado do *Notícias* pela madrugada, não pude dormir um só instante, com fome. Tinham-me faltado, nesse dia, como em muitos outros, os trezentos réis para o café com pão dos canoieiros, vendido em carrocinhas, na doca do Ver-o-Peso. Era um domingo, e a manhã desabrochava fresca, linda e clara. Para fugir a mim mesmo, aos pensamentos que me perseguiam na solidão, saí para a rua. Subi a travessa Marquês de Pombal. Subi a Pedro Paiol. Saí no largo da Sé. O jardim estava deserto. Em frente, erguia-se a Catedral, vetusta, severa, imponente. Achava-se aberta para a missa dominical. Atravessei a rua. Entrei. O templo estava quase vazio, e pareceu-me, assim, mais vasto, mais solene, mais austero. Velas tremeluziam no altar, ao fundo, multiplicando-se no ouro católico dos ornamentos. Entrei a furto, passos calados, como quem penetra a horas mortas em casa alheia e vê, na sala silenciosa, um caixão entre quatro círios. De repente, estala, no coro, o órgão. Uma onda de harmonia desce do alto, e espraia-se por toda a nave, deixando no ar, fervendo, a espuma invisível do som. Outra onda se derrama. Outra mais. Pessoas espalhadas pelo templo se ajoelham, contritas, batendo no peito. Procurei Deus no meu coração. Não o achei. Tentei ajoelhar-me. A mentira da minha fé revoltou-me a mim próprio. A musica religiosa continuava a derramar-se, a diluir tudo, a envolver todas as coisas numa atmosfera de paz, de renúncia, e de doçura cristã. Olhei as pessoas que me cercavam. Todos rezavam, a cabeça baixa, a alma recolhida, o joelho no chão. Só eu não rezava! Só eu não tinha fé! Só eu não tinha Deus!... O suor, gelado, borbotou-me na testa fria. Uma agonia invadiu-me o cérebro. Uma nuvem toldou-me os olhos. Procurei sair dali, correr, fugir, fugindo àquele cenário, fugindo a mim próprio. Encontrei uma das portas laterais. Atravessei a rua. Desci, de novo, cambaleante, quase correndo, a Rua Pedro Paiol. Mas não cheguei ao seu fim. Em determinado momento as pernas me faltaram. Encostei-me a uma porta

fechada, e deixei-me escorregar para o chão. Sentei-me no batente de pedra. Mergulhei a cabeça nas mãos. E deixei-me ficar assim, ali, não sei quanto tempo, até que passasse a tormenta, a tempestade de fogo e cinza, que rolava tumultuosamente no meu cérebro.

Pessoas que se encaminhavam para a missa detinham-se, curiosas. Olhavam e passavam. Não sabiam elas que se estava decidindo, ali, naquele instante, o destino de um Deus no coração de um homem.

OS GENÚS

Na água furtada do pequeno sobrado da travessa Marquês de Pombal, à doca do Ver o Peso, em cujo andar térreo zumbiam as moscas nas prateleiras vazias de R. S. Lobo & Cia., firma em que meu tio era guarda-livros, residiam três estudantes, caricatura melancólica e faminta dos Três Mosqueteiros. Filhos de um velho cearense que fabricava tijolos e telhas para os lados do Maguari mandara-os o pai estudar em Belém, consignados à casa comercial que vendia na praça os produtos da sua olaria. Pouco a pouco, porém, foi o industrial se endividando. O gordo caboclo paraense Raimundo Lobo, chefe da firma credora, não atirou os rapazes à rua: cortou-lhes, apenas, o jantar, que lhes dava na sua casa de residência, e exilou-os para o forro do estabelecimento, onde, para se instalarem, tiveram que dar combate desesperado, e contínuo, aos morcegos e às aranhas.

Quando transportei a minha mala para o quarto do meu tio, no primeiro andar, estavam, já, os Genús, na água-furtada. Chamavam-se, eles, Joaquim, Antônio e Pedro. Contando dezenove anos, Joaquim, o mais velho, cursava, por esse tempo, o terceiro ano da Escola Normal. Era alto, magro, braços finos e longos, os ombros subidos e o busto vergado, lá em cima, pela tuberculose, que o levaria quatro ou cinco anos mais tarde. O cabelo gorduroso e úmido escorria-lhe de instante a instante para a testa pálida, cobrindo-lhe os olhos encovados, que lhe ardiam na caveira viva. A boca desdentada possuía um ornamento único: um canino inferior, amarelo, e agressivo, que não se escondia nunca, vindo acomodar-se como o das feiticeiras, sobre o lábio superior. Tossia muito, e queixava-se, já nessa época, de frequentes arrepios de febre.

Antônio andava pelos dezessete anos. Ao contrário do irmão, era de estatura mediana, entroncado, sólido, o carão largo, a testa estreita, o cabelo duro, partido ao lado. Boca rasgada, de dentes fortes e bem plantados, mas sem que tivessem, jamais, entrado em contato com a escova. Uma penugem quase invisível, mas densa, lhe cobria o rosto, anunciando barba forte e cerrada no futuro. Era terceiro anista do Ginásio Pais de Carvalho. E Pedro copiava, nos seus quatorze anos, os traços de Antônio. Era, apenas, mais

baixo, alourado, e trazia os dentes mais sujos. Estava matriculado, também, no Ginásio, e frequentava o primeiro ano, após dois ou três de Seminário.

Merece registro, aqui, o heroísmo desses rapazes, no esforço que faziam para se libertarem da ignorância. Tudo conspirava contra eles, na luta em que se empenhavam. Faltavam-lhes não somente os recursos materiais e prosaicos, mas, ainda, essa claridade do espírito, que mostra a quem marcha, as pedras do caminho. E, no entanto, eles avançavam. E quantas vezes me não compadecei, intimamente, de Antônio, o mais estudioso dos irmãos, ao vê-lo passar três, quatro horas seguidas, curvado sobre a “Gramática da Língua Grega”, decifrando a pequena lição passada pelo Barão Paungarten, e em que eu o auxiliava, às vezes, aprendendo com ele! A sua vontade era, porém, de ferro, e a tenacidade acabava por dominar a natureza.

Casado em segundas núpcias com uma rapariga da idade dos seus filhos, o velho Genú foi, pouco a pouco, descurando o destino dos seus rapazes. O barco em que ele mandava os seus tijolos chegava, sempre, aos sábados, e trazia aos moços estudantes unicamente isto: um paneiro de laranjas, um pacote de café, e cinco mil réis em dinheiro. Alimentação e tônico de emergência, preparado cinco ou seis vezes por dia em uma velha máquina, o café acabava, quase sempre, na quarta-feira, quando acabavam, também, as laranjas, em cujas cascas, espalhadas pelo soalho, os moradores tropeçavam a cada instante. Para aguardar a chegada do barco, passavam eles, então, a tomar chá de cascas de laranja, o qual servia, diziam, para corrigir os distúrbios nervosos e gástricos ocasionados pelo excesso de café nos outros dias da semana.

O velho Raimundo Lobo morava em Batista Campos, acima da praça deste nome, isto é, em uma das extremidades da cidade. Para ir de Ver-o-Peso à sua residência, tinha-se que atravessar Belém de lado a lado. Mas os Getis faziam, diariamente, esse percurso. Faziam-no para almoçar. E faziam-no a pé, ida e volta, por não possuírem dinheiro para o bonde. Apenas, como esse trajeto lhes saísse caro, consumindo-lhes os velhos sapatos, tiveram eles uma ideia: reforçaram o solado, por fora, com tampas de latas de manteiga. Um quarteirão antes da sua chegada à casa do velho Lobo, a família já sabia da sua aproximação, pelo barulho das tampas de latas nas pedras do calçamento. A ideia foi de Pedro. Onde há um Pedro há, sempre, um Malas-Artes.

O chefe da firma R. S. Lobo & Cia. possuía, porém, dois filhos, estudantes, como os Genús.

Quando eu me instalei no prédio da travessa Marquês de Pombal, lavrava, já, entre eles e estes, uma dissensão surda, que se manifestava em atos de irrefragável hostilidade. Marinho Lobo, mulato de gaforinha alta, partida ao lado, era o mais violento e impiedoso na ofensiva. Uma das suas primeiras providências, para irritar o inimigo, consistiu em tomar-lhes a chave, que permitia aos Genús a entrada pela travessa Marquês de Pombal, facultando-lhes a passagem unicamente pelo portão, isto é, pela travessa do Seminário, onde era lançada, então, grande parte do lixo dos sobrados vizinhos. E, em seguida, cortou-lhes a água, fechando o registro, que ficava no interior do armazém.

Os Genús não aceitavam, porém, esses desafios. Antônio traduzia, então, nas suas lições do Ginásio, os *Comentários*, de César, e aprendia, com os gauleses de Vercingétorix, a tática dos fracos contra os adversários poderosos. Que podiam fazer, na verdade, eles, naquela emergência, quando tinham necessidade de concluir o seu curso e não contavam com qualquer auxílio, paterno ou de estranhos? Pacientes e calados comiam, envergonhados, o pão alheio, e recebiam o agasalho do alheio teto, fornecido de má vontade.

E estudavam. Estudavam desesperadamente. Exaltando-se com café. Acalmando-se com chá de laranja.